

**PERCEPÇÕES DAS CAUSAS DA POBREZA NA EUROPA:
UMA APLICAÇÃO DE MODELOS MULTINÍVEL
COM CLASSES LATENTES**

Leonor Pereira da Costa

Tese de Mestrado
em Prospecção e Análise de Dados

Orientador:

Prof. Doutor José Gonçalves Dias, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Métodos Quantitativos

Abril 2010

RESUMO

A percepção das causas da pobreza tem-se revelado muito importante no estudo mais amplo deste fenómeno social, dadas as implicações directas na interacção social com os pobres e, indirectamente, na legitimação ou não de medidas de apoio social e de combate à pobreza. Foram considerados três tipos de atribuições da pobreza: individualista, estruturalista e fatalista. Os dados foram recolhidos pelo Eurobarómetro 2007, recolhendo-se informação dos 27 estados membros da União Europeia e da Croácia, país candidato. Dada a importância da cultura na formação das atitudes, estimaram-se modelos multinível com classes latentes, possibilitando estudar em simultâneo dois níveis de análise: o nível dos indivíduos, onde se conhece o seu perfil dentro de cada país relativamente às suas percepções da pobreza; e o nível dos países onde se percebem quais as semelhanças e diferenças entre os países europeus neste âmbito. A estrutura encontrada possui seis segmentos de países e sete segmentos de indivíduos. Apesar das causas sociais serem globalmente as mais apontadas pelos indivíduos, existem grupos que destacam igualmente algumas explicações mais individualistas, culpabilizando os pobres pela sua condição. A variável que parece ter mais impacto na distinção entre os grupos de indivíduos é o nível socioeconómico mencionado: os indivíduos com mais dificuldades económicas atribuem à pobreza causas mais sociais do que os com melhor condição económico-social. Ao nível dos países, o segmento dos mais desenvolvidos atribui à pobreza causas individualistas e fatalistas e os menos desenvolvidos explicam a pobreza com base nas injustiças da sociedade. Existem grupos de países que demonstram pluralidade na forma como pensam sobre a pobreza.

Palavras-Chave: Modelos multinível com classes latentes, Pobreza, Atribuições sociais.

ABSTRACT

The perception of the poverty causes has been very important in the broader study of this social phenomenon, given the direct implications in social interaction with the poor and, indirectly, in the legitimacy of measures of social support and combat against poverty. This study considers three types of poverty attributions: individualistic, structuralistic, and fatalistic. Data were collected by Eurobarometer in 2007, in all 27 EU member states and Croatia, as a candidate country. Given the importance of culture in attitudes shaping, multilevel latent class models were estimated, allowing the simultaneous study of two levels of analysis: the individuals' level, where it is possible to define the profile within each country regarding their perceptions of poverty, and the country level where it is possible to identify the similarities and differences between European countries, in this field. The model structure has six segments of countries and seven segments of individuals. Despite the generalization of the social explanations of poverty, that are the most quoted causes by individuals, there are also groups that emphasize more individualistic explanations, blaming the poor for their condition. The variable that seems to have more impact on the distinction between groups of individuals is their socio-economic condition: individuals with more economic problems attributed more social causes to poverty than those in a better economic and social situation. At the country level, the most developed segment believes in the individualistic and fatalistic causes of poverty and the less developed explains poverty based on the injustices of society. There are groups of countries that demonstrate diversity in how they think about poverty.

Keywords: Multilevel latent class models, Poverty, Social attributions.

AGRADECIMENTOS

Sempre fui avessa a trabalhos solitários, envolvo todos os que consigo no meu trabalho, porque só assim o sinto crescer. Em trabalhos de análise social, para mim, esta partilha faz ainda mais sentido. Por isso agradeço a todos os que me acompanharam neste trabalho.

Agradeço acima de tudo ao Professor José Dias, pelas horas infindáveis de disponibilidade, pela partilha do saber e de experiência. Pelo apoio incansável. Obrigada por me ter feito escolher este caminho.

Ao Eng. Jorge Cerol pelo incentivo e pelas palavras encorajadoras. Por acreditar. À Tânia, colega de trabalho e amiga de todos os dias, por tornar as rotinas do dia-a-dia mais agradáveis e por me ouvir e ouvir. Pela troca de opinião e de experiências diárias.

Não podia deixar de agradecer aos meus colegas de mestrado, ao Marcos, ao Bruno e ao Tiago. Esta tese é o culminar de dois anos de trabalho. Sem eles, as noites tinham sido mais difíceis de aguentar. Obrigada por me terem ajudado a aprender.

Agradeço ainda a toda a minha família e amigos com quem pude partilhar o que ia reflectindo. Ao Pedro por me aturar e por já quase saber dizer o que é um modelo multinível com classes latentes. Ao meu pai pelo amor no empenho em me ajudar e à minha mãe, amiga em todas as horas. Pelos dias de descanso, pelos sorrisos e a força que todos me deram.

Índice

Índice de Tabelas	ii
Índice de Figuras	iii
Sumário Executivo.....	vii
1. Introdução.....	1
2. Percepção das causas da pobreza.....	3
2.1. Estudos sobre atitudes.....	3
2.2. Atribuições causais da pobreza.....	4
2.3. Determinantes da percepção das causas da pobreza	8
2.4. Objectivos	10
3. Metodologia.....	12
3.1. Modelos com classes latentes simples	12
3.2. Análise multinível.....	13
3.3. Modelos multinível com classes latentes	14
3.3.1. Formulação do modelo	14
3.3.2. Concomitantes.....	18
3.3.3. Estimação do modelo.....	19
3.3.4. Ponderação.....	20
3.3.5. Escolha do número de classes em cada um dos níveis	21
3.4. Estudo de simulação	22
4. População e Amostra	26
4.1. Base de dados sobre pobreza	26
4.2. Amostra.....	26
4.3. Medidas.....	35
5. Resultados e discussão.....	42
5.1. Selecção do modelo	42
5.2. Segmentos ao nível dos indivíduos.....	44
5.3. Segmentos ao nível dos países	55
6. Conclusão	67
Bibliografia	73
ANEXO.....	80

Índice de Tabelas

Tabela 1. Valores BIC obtidos nos modelos multinível estimados	23
Tabela 2. Probabilidades <i>a posteriori</i> dos segmentos de nível superior	23
Tabela 3. Probabilidades condicionais dos segmentos de nível inferior dado a sua pertença ao segmento de nível superior	24
Tabela 4. Probabilidades condicionais das variáveis dependentes	25
Tabela 5. Número de respondentes por país inquirido, sua proporção no total da amostra, proporção da população real, respectivo valor do IDH 2007 e risco de pobreza (%)	28
Tabela 6. Medidas descritivas da idade dos respondentes em cada país.	30
Tabela 7. Medidas descritivas da idade de término de formação académica dos respondentes em cada país	31
Tabela 8. Medidas descritivas do posicionamento político dos respondentes de cada país	32
Tabela 9. Variáveis dicotómicas dependentes	35
Tabela 10. Indicador BIC para os modelos estimados.....	42
Tabela 11. Probabilidades dos segmentos ao nível do indivíduo	44
Tabela 12. Segmentos dos indivíduos e probabilidades de resposta positiva às variáveis dado o segmento de pertença	45
Tabela 13. Segmentos dos indivíduos e probabilidades de resposta a cada um dos itens da questão dado o segmento de pertença	45
Tabela 14. Denominação dos segmentos ao nível dos indivíduos.....	49
Tabela 15. Descrição das classes latentes ao nível dos indivíduos pela variável sexo.....	49
Tabela 16. Descrição das classes latentes ao nível dos indivíduos pela sua situação económica	50
Tabela 17. Descrição das classes latentes ao nível dos indivíduos pela sua situação profissional.....	51
Tabela 18. Média das variáveis idade e idade em que terminou os estudos em cada uma das classes latentes ao nível dos indivíduos	53
Tabela 19. Descrição das classes latentes ao nível dos indivíduos pelo seu posicionamento político	54
Tabela 20. Segmentos dos países e probabilidades de pertença dos países aos segmentos.....	55
Tabela 21. Valores do Índice de Desenvolvimento Humano em cada segmento de países	56
Tabela 22. Pesos relativos dos segmentos dos indivíduos	58

Índice de Figuras

Figura 1. Representação da distribuição dos respondentes pela variável sexo em cada país	29
Figura 2. Situação financeira dos respondentes, em cada país	34
Figura 3. Explicação estruturalista: Os seus trabalhos actuais não pagam o suficiente (% de respostas em cada país).....	37
Figura 4. Explicação estruturalista: Benefícios sociais/pensões não são suficientemente altos no nosso país (% de respostas em cada país).....	37
Figura 5. Explicação individualista: Sofrem de alcoolismo, abuso de drogas ou outros vícios (% de respostas em cada país)	38
Figura 6. Explicação individualista: Eles não fazem o suficiente para ultrapassar os problemas (% de respostas em cada país).....	38
Figura 7. Explicação fatalista: Sofrem de doença de longa duração ou alguma incapacidade (% de respostas em cada país)	39
Figura 8. Explicação fatalista: Sofreram alguma ruptura familiar, ou perderam um membro da família (% de respostas em cada país)	39
Figura 9. Explicação da existência de pessoas que vivem com necessidades (% de respostas em cada país).....	40
Figura 10. Declive do indicador BIC ao nível dos indivíduos.....	43
Figura 11. Declive do indicador BIC ao nível dos países.....	43

Sumário Executivo

A percepção das causas da pobreza tem-se revelado muito importante num estudo mais amplo deste fenómeno social, dadas as implicações directas na interacção social com os pobres e, indirectamente, na legitimação ou não de medidas de apoio social e de combate à pobreza. O combate à pobreza e à exclusão social só é possível com o envolvimento de todos os actores sociais, daí a importância do estudo das percepções da pobreza e das suas causas. O fenómeno é complexo, já que claramente a pobreza surge pela conjugação de inúmeros factores. Contudo, para alguns indivíduos existem determinadas causas que se poderão impor a outras quando pensam no porquê dos pobres serem pobres. Foram considerados três tipos de atribuições da pobreza: individualista, estruturalista e fatalista (Cozzarelli *et al.*, 2001; Bullock, 1999). Na primeira, os indivíduos culpam o próprio pobre pela sua pobreza, por exemplo considerando o comportamento dos pobres como indesejável, pela sua incursão em vícios como as drogas e o álcool, preguiça, pouca força e empenho para ultrapassar os obstáculos ou falta de inteligência (Morçöl, 1997, Cozzarelli *et al.*, 2001). Na perspectiva estruturalista sobrepõem-se as causas sociais, em que os indivíduos responsabilizam a própria sociedade ou factores contextuais (políticos, económicos, culturais) como causa da pobreza, por exemplo pelo facto da sociedade não lhes dar emprego ou lhes pagar mal pelos seus serviços, pela falta de ajuda do governo ou pela sua discriminação pelos demais cidadãos (Reutter *et al.*, 2006). Por fim, aqueles que vêem a pobreza como consequência da pouca sorte ou do destino dos pobres, como por exemplo o facto dos pobres sofrerem de alguma doença/incapacidade ou terem sido vítimas de algum acidente que determinou o seu futuro, constituem os que atribuem a causas fatalistas. Variáveis como o sexo, condições económicas, idade, religião e formação académica, revelaram em estudos anteriores influenciar a percepção dos indivíduos sobre as causas da pobreza.

Os dados utilizados foram recolhidos pelo Eurobarómetro 2007 (Papacostas, 2007), recolhendo-se informação dos 27 estados membros da União Europeia e da Croácia, país candidato (dois dos países estudados - Reino Unido e Alemanha, foram divididos em duas regiões, Alemanha Ocidental e de Leste e Grã-Bretanha e Irlanda do Norte). Dada a importância da cultura na formação das atitudes, estimou-se um modelo multinível com classes latentes (Vermunt, 2003), que possibilita estudar em simultâneo dois níveis de análise: o nível dos indivíduos, onde se conhece o seu perfil dentro de cada país relativamente

às suas percepções da pobreza; e o nível dos países onde se percebem quais as semelhanças e diferenças entre os países europeus neste âmbito. Ao nível superior do modelo possuía-se 30 grupos (26 países e 4 regiões) e ao nível inferior 27746 indivíduos. De forma a poder fazer-se uma generalização dos resultados a nível Europeu, ponderaram-se os dados garantindo a representatividade da amostra. Cada observação foi ponderada dentro do próprio país, de modo a tornar cada sub-amostra representativa da população do país. Para colmatar as diferenças entre as dimensões das sub-amostras dos países e a sua representação na população Europeia, ponderou-se também cada observação tendo em conta o peso do seu país na dimensão total da população.

Foram analisadas as respostas dos indivíduos a sete variáveis dependentes nominais, seis dicotómicas e uma com cinco categorias de resposta. As seis variáveis dicotómicas continham duas causas mencionadas de cada um dos tipos de atribuições, que podiam ser escolhidas pelos indivíduos como possíveis causas para os pobres serem pobres. A outra variável nominal respondia à questão do porquê de haver pessoas a passarem por necessidades, podendo ser escolhida uma entre várias opções, que corresponderia a uma atribuição entre as já referidas.

A estrutura encontrada possui seis segmentos de países e sete segmentos de indivíduos. Apesar das causas sociais serem globalmente as mais apontadas pelos indivíduos, existem grupos que destacam igualmente algumas explicações mais individualistas, culpabilizando os pobres pela sua condição. Quatro dos segmentos apresentam uma tendência mais estruturalista para explicar a pobreza, e dois dos segmentos explicam com base em características internas aos pobres. Relativamente às causas fatalistas, estas apenas se destacam como sendo as causas principais para um dos segmentos encontrados, que aliam às causas fatalistas o consumo de drogas ou álcool.

A variável que parece ter mais impacto na distinção entre os grupos de indivíduos é o nível socioeconómico mencionado: os indivíduos com mais dificuldades económicas atribuem à pobreza causas mais sociais do que aqueles com melhor condição económico-social. No posicionamento político também existe uma tendência para que os indivíduos que defendem causas estruturalistas sejam indivíduos com um posicionamento à esquerda, e os individualistas mais de direita.

Ao nível dos países, o desenvolvimento humano do país parece contribuir para a explicação da segmentação dos países, pois nota-se que os países mais desenvolvidos se agrupam num

segmento: Dinamarca, Suécia e Países Baixos; assim como os com menor índice de desenvolvimento também se agrupam: num segmento encontramos os países Balcânicos e Chipre e noutro os países da Europa de Leste e Portugal, que apresentam entre si níveis de desenvolvimento semelhante. Já a Europa Ocidental e Central, divide-se em três segmentos. Comprova-se que culturalmente existem diferenças na percepção que os indivíduos de cada país têm da pobreza. De forma geral, conclui-se que o segmento dos mais desenvolvidos, com nível socioeconómico superior e maior formação académica, atribui à pobreza causas individualistas e fatalistas; os menos desenvolvidos explicam a pobreza com base nas injustiças da sociedade. Os segmentos da Europa Central demonstram maior pluralidade na forma como pensam sobre a pobreza.

A análise multinível com classes latentes permitiu trabalhar este fenómeno de um ponto de vista multidimensional, revelando-se como uma óptima ferramenta para estudar dados com uma estrutura hierárquica. Permitiu não só conhecer qual o perfil dos indivíduos dentro do próprio país e qual a probabilidade dos países atribuírem às pobreza causas individualistas, sociais ou fatalistas, como também, conhecer quais as semelhanças e diferenças entre os países europeus no que diz respeito a esta problemática social. Este estudo valida a importância de considerar uma estrutura hierárquica neste tipo de estudos: os indivíduos são inevitavelmente influenciados por questões de ordem cultural, histórica, política do seu próprio país, e essas influências exercem uma grande importância na sua opinião (Pirani *et al.*, 2009).

1. Introdução

Estamos habituados a ouvir falar da pobreza diariamente e, à partida, poderá parecer que a sua definição é fácil. Contudo, dada a complexidade do fenómeno, muitos têm sido os estudos que se têm debruçado sobre o que é a pobreza e quais os seus limites. Não só é habitual ouvir falar sobre pobreza, como cada vez mais cidadãos a experienciam em maior ou menor grau. Cada vez mais, se ouve falar dos novos pobres, e das inúmeras famílias que vivem em constante instabilidade e risco de se tornarem pobres. De forma geral, considera-se que a pobreza passa por um conjunto de privações por falta de recursos económicos; mas, serão só económicos? O sentimento de pobreza é, sem dúvida, agudizado com a exclusão social que os pobres sentem na sua participação aos vários níveis sociais, como no acesso à saúde, educação e informação, por exemplo. A relação entre a pobreza e a exclusão social tem sido bastante discutida, e este ano, 2010, torna-se o centro da reflexão e da definição de novas estratégias de acção para o seu combate, visto tratar-se do Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Este trabalho surge motivado pela importância que a luta contra a exclusão social representa como um primeiro passo para a redução da pobreza, devolvendo aos pobres a motivação para lutar contra a sua própria pobreza. Neste sentido, o combate à pobreza e à exclusão social só é possível com o envolvimento de todos os actores sociais, daí a importância do estudo das percepções da pobreza e das suas causas. O fenómeno é complexo, já que claramente a pobreza surge pela conjugação de inúmeros factores. Contudo, para alguns indivíduos existem determinadas causas que se poderão impor a outras quando pensam no porquê dos pobres serem pobres. Assim, este trabalho estuda as diferentes percepções das causas da pobreza, partindo da hipótese de que diferentes perspectivas sobre este assunto têm consequências no modo como se interage com os pobres. Estas percepções podem, por um lado, conduzir a comportamentos que promovem a sua inclusão na sociedade, mas por outro, a comportamentos que os mantêm excluídos e à margem desta, perpetuando a pobreza e a falta de recursos sociais para que os pobres possam combater a sua própria pobreza. Para além da interacção pessoal, a aceitação e compreensão dos pobres é essencial para a legitimação de políticas de combate à pobreza.

Considera-se importante o conhecimento destas percepções para uma melhoria do desenvolvimento humano, através da mudança atitudinal dos cidadãos. Por isso mesmo,

torna-se importante conhecer o que acontece em cada país Europeu de modo a poder agir em conformidade com cada realidade.

Será utilizada a metodologia de modelos multinível com classes latentes (Vermunt, 2003), onde se procurará definir segmentos ao nível dos indivíduos através do conhecimento das suas percepções das causas da pobreza, e com base nas semelhanças e diferenças no perfil de cada país, estes serão também segmentados de acordo com as suas percepções sobre esta matéria. Deste modo, não só será possível conhecer o que pensam os europeus, mas também perceber como é que os vários países se posicionam comparativamente aos restantes países europeus.

O Capítulo 2 tem como objectivo enquadrar teoricamente esta investigação ao nível do fenómeno da pobreza, nomeadamente da problemática das percepções das causas da pobreza. Apresentam-se estudos anteriores realizados nesta área, ao nível de um só país ou comparativo de várias realidades. Neste capítulo apresentam-se também os objectivos propostos para este estudo. No Capítulo 3, apresenta-se a metodologia utilizada nesta investigação, modelos multinível com classes latentes. Apresenta-se um estudo de simulação com a utilização desta técnica, com o objectivo de confirmar a adequação do seu desempenho. Seguidamente, no Capítulo 4 apresenta-se a caracterização da amostra e da população, em particular uma breve descrição sócio-demográfica dos respondentes de cada país, e posteriormente apresentam-se as medidas utilizadas para a obtenção do objectivo deste trabalho. O Capítulo 5 é relativo aos resultados do modelo estimado, onde são apresentados e discutidos os vários segmentos de indivíduos resultantes da análise e os segmentos de países, interpretando os resultados tendo em conta as características sociais, políticas, económicas e históricas de cada conjunto de países encontrado. A conclusão faz um breve resumo dos principais resultados e conclusões deste estudo, apontando-se algumas limitações e motivações para futuras investigações nesta área.

2. Percepção das causas da pobreza

2.1. Estudos sobre atitudes

O campo do estudo das atitudes tem sido amplamente estudado em Psicologia Social (Eagly e Chaiken, 1998; Fishbein e Ajzen, 1974; Ajzen, 2002). Podemos definir atitude como uma tendência psicológica que é expressa através da avaliação de uma entidade particular, mostrando o seu grau de acordo ou desacordo (Eagly e Chaiken, 1998). A ideia de se tratar de uma tendência psicológica indica que uma atitude é interna ao próprio indivíduo e que pode perdurar por um período curto ou longo de tempo. Por sua vez, sendo interna aos indivíduos, indica que não é directamente observável, podendo ser inferida a partir de respostas observáveis: a pessoa terá uma resposta mais favorável caso a sua atitude seja positiva e uma resposta mais desfavorável caso a atitude seja negativa perante o objecto em questão (Eagly e Chaiken, 1998).

As atitudes podem ser divididas em três dimensões: cognitiva, afectiva e comportamental (Eagly e Chaiken, 1998). Todas estas componentes são direccionadas para o objecto da atitude, sendo que a componente cognitiva contém os pensamentos, a afectiva os sentimentos e emoções e a comportamental inclui as acções e intenções para agir. Esta última dimensão das atitudes, a comportamental, é a que mais importa a este estudo. Acreditando-se que estas são um bom preditor do comportamento, atendendo a que as pessoas tendem a agir de forma consistente com aquilo em que acreditam, torna-se importante o seu conhecimento. Segundo Ajzen (1991, 2002), quanto mais favorável for a atitude, mais elevada for a percepção da pressão social para agir, e ainda quanto maior for a percepção de que o indivíduo tem controlo sobre a situação (não existência de factores externos que dificultem o desempenho), mais forte é a intenção do indivíduo para apresentar o comportamento em questão.

Um aspecto importante no estudo das atitudes tem sido a importância da cultura para a sua formação e para o desenvolvimento de determinados comportamentos. O individualismo-colectivismo é talvez a dimensão mais central e mais estudada sobre a variabilidade intercultural (Triandis *et al.*, 1988; Aaker e Maheswaran, 1997): estudos indicam que indivíduos de culturas individualistas tendem a formar atitudes sobre as pessoas baseando-se apenas em traços disposicionais, enquanto os membros de culturas colectivistas fazem-no baseando-se também no próprio contexto situacional. A conjugação destes resultados leva a crer que a

orientação cultural dos indivíduos pode influenciar a forma como processam a informação e consequentemente a formação e mudança das suas atitudes (Cousins, 1989).

Dado a sua inerente relação com o comportamento, o estudo das atitudes tem sido estudado nos mais diferentes domínios sociais, nomeadamente nas atitudes ambientais, racismo, estudos políticos, aborto, homossexualidade, sem-abrigo, entre outros.

Relativamente à pobreza, apesar de já terem sido desenvolvidos alguns estudos, não se pode considerar porém que tenha sido amplamente estudada. Reconhece-se, no entanto, a importância destas atitudes no combate à pobreza, já que este só é possível com o envolvimento de todos os actores sociais. Estas atitudes têm importância não só na interacção directa da restante sociedade com os mais desfavorecidos, mas também nas políticas sociais defendidas e nos sistemas políticos apoiados.

2.2. Atribuições causais da pobreza

A maioria dos estudos sobre as atitudes face à pobreza foca-se nos tipos de atribuições causais que os indivíduos fazem no sentido de explicar porque é que os pobres são pobres, pois acredita-se que estas atribuições podem estar muito relacionadas com as atitudes (Cozzarelli *et al.*, 2001). A teoria das atribuições causais (Heider, 1958) é uma importante teoria no domínio das atitudes. Esta teoria assume que as pessoas tentam perceber porque é que as pessoas fazem o que fazem e, neste processo, podem atribuir uma ou várias causas aos comportamentos em questão.

No que diz respeito ao fenómeno da pobreza, praticamente desde sempre se procura perceber porque é que os pobres são pobres e quais as causas da pobreza. Com a intenção de responder a esta questão, em 1972, Feagin aplicou a teoria das atribuições para classificar as atitudes para com a pobreza em três dimensões: atribuição individualista da pobreza, que culpa o próprio pobre da sua pobreza; atribuição fatalista, que atribui como causa da pobreza a má sorte; atribuição estrutural da pobreza, que responsabiliza a própria sociedade ou factores contextuais (políticos, económicos, culturais) como causa da pobreza. Na perspectiva individualista, pode considerar-se por exemplo o comportamento indesejável dos pobres, incursão em vícios como as drogas e o álcool, preguiça, pouca força e empenho para ultrapassar os obstáculos ou falta de inteligência (Morçöl, 1997; Cozzarelli *et al.*, 2001). Por outro lado, a perspectiva que atribui como causa da pobreza o sistema social, a perspectiva

estrutural, considera que os pobres estão numa posição desfavorável em relação ao resto das pessoas e por isso são vítimas da sociedade que não permite que prossigam nos estudos, que não lhes dá emprego ou lhes atribui salários baixos, não são ajudados pelo governo ou pelos demais cidadãos, são discriminados, entre outros (Reutter *et al.*, 2006). Por último, a perspectiva fatalista atribui como causas da pobreza a má sorte ou o destino, como por exemplo o facto dos pobres sofrerem de alguma doença/incapacidade ou terem sido vítimas de algum acidente que determinou o seu futuro.

A importância que tem sido dada ao estudo destas percepções das causas da pobreza está relacionada não só com o facto de que estas podem influenciar as interações com os pobres (Bullock, 1999; Cozzarelli *et al.*, 2001; Reutter *et al.*, 2006) e os comportamentos de inclusão ou exclusão social destes, mas também, e sobretudo, com o facto de estas percepções terem implicações ao nível da legitimação de políticas anti-pobreza e as motivações dos próprios cidadãos para a luta contra a pobreza (Hine e Montiel, 1999; Niemelä, 2008). Assim, acredita-se que os indivíduos que explicam a pobreza em termos individualistas, acreditando que os pobres são-no por culpa própria, tendem a demonstrar-se menos inclinados, ou mesmo contrários, à aceitação dos gastos com segurança social, políticas de protecção social, do que aqueles que atribuem à pobreza causas sociais (van Oorschot e Halman, 2000; Zucker e Weiner, 1993). Já a visão fatalista pode conduzir a um conformismo e resignação face à pobreza por parte da sociedade, já que não há uma responsabilização social pelo fenómeno. Esta resignação dificulta a mobilização e participação activa da sociedade para a resolução desta problemática.

De modo geral, a literatura sobre pobreza tem-se dedicado sobretudo ao conceito de pobreza propriamente dito e à sua medição, tendo o estudo das causas da pobreza sido um pouco negligenciado (Niemelä, 2008). Contudo, desde os primeiros estudos realizados, vários autores têm aprofundado esta temática (Bullock, 1999; Cozzarelli *et al.*, 2001; Niemelä, 2008), utilizando estas três dimensões como base de investigação. Estudos posteriores sugerem, no entanto, uma outra classificação das atribuições da pobreza, através da integração de duas dimensões: Individual vs Estrutural e Culpa vs Fatalismo (van Oorschot e Halman, 2000; Niemelä, 2008; Halman e van Oorschot, 1999; Kreidl, 2000). Assim, segundo esta abordagem, a pobreza pode ser vista como o resultado de factores impessoais e inevitáveis que se processam à parte de qualquer actor social ou, pelo contrário, a pobreza pode ser vista como resultado de acções e comportamentos (intencionais ou não) específicos de determinados indivíduos ou grupos. O primeiro ponto de vista pode ser considerado como

fatalista e o segundo como *culpa* e ambos podem ser ao nível *individual* ou *social*: a combinação destas duas dimensões gera então quatro perspectivas distintas de percepções de pobreza (Halman e van Oorschot, 1999).

Foram desenvolvidos estudos a nível nacional em alguns países como Canadá (Reutter *et al.*, 2006), Estados Unidos (Cozzarelli *et al.*, 2001; Hunt, 1996), Austrália (Feather, 1974), Holanda (Halman e van Oorschot, 1999), Inglaterra (Furnham, 1982), Finlândia (Niemelä, 2008), Líbano (Abouchedid e Nasser, 2001), Irão (Hayati e Karami, 2005), Croácia (Ljubotina e Ljubotina, 2007), entre outros. Estes estudos não podem no entanto ser comparados entre si, dado que foram utilizadas diferentes metodologias de amostragem, questionários e escalas de medida (Nasser *et al.*, 2002). Embora em menor número, alguns estudos foram desenvolvidos a nível de comparação entre países (Nasser *et al.*, 2002; van Oorschot e Halman, 2000; Kreidl, 2000).

Estudos realizados junto da população Americana (Feagin, 1972; Hunt, 1996) revelam que a maioria dos Americanos possui uma visão individualista das causas da pobreza. Outro estudo, replicação do estudo de Feagin (1972) mas realizado para a população Australiana (Feather, 1974), revelou mais uma vez a existências das três dimensões apresentadas, mostrando, no entanto, que os Australianos possuíam um pensamento menos individualista do que os Americanos. Por outro lado, influenciados por uma cultura mais colectivista, a população da Turquia (Morçöl, 1997) e do Líbano (Abouchedid e Nasser, 2001) atribuíram uma visão estrutural às causas da pobreza.

Nos estudos desenvolvidos pela Comissão Europeia (Eurobarómetros), concluiu-se que a explicação da pobreza com causas de origem social tem vindo a aumentar ao longo dos anos entre os países Europeus (1976, 1990, 2007, 2009). Entre 1976 e 1990, a comparação entre os países permitiu verificar que os indivíduos estavam menos de acordo com a ideia de que a pobreza tinha como causa a preguiça ou a falta de vontade, principalmente nos países que tinham anteriormente demonstrado mais essa ideia (Reino Unido, Irlanda, Luxemburgo). Por sua vez, em 2007, 37% dos respondentes indicaram como percepção da causa da pobreza a injustiça social, tendo este valor aumentado para 47% em 2009, com o aumento em todos os países, excepto na Polónia (Comissão Europeia, 2010). O único país que não indicou esta causa como a maior causa foi a Dinamarca, em que 32% dos Dinamarqueses sente que os pobres são-no porque tiveram azar.

Por sua vez, van Oorschot e Halman (2000) analisaram os dados de 1990 do *European Values Study* e chegaram à conclusão que a dimensão de culpa social é aquela que é mais mencionada como causa para as pessoas viverem na pobreza e o fatalismo individual (má sorte) a indicada com menor frequência. Neste estudo, os países organizaram-se em três grupos de países: a Alemanha Ocidental, Países Baixos, Reino Unido e Irlanda encontram-se no grupo que atribui as causas da pobreza às quatro perspectivas consideradas (van Oorschot e Halman, 2000) considerando então como o grupo *pluralista*; a Suécia, Noruega e França demonstraram uma posição mais estruturalista, em que não tiveram tanto em consideração a dimensão culpa/fatalismo; os Estados Unidos da América, Itália, Áustria, Espanha, Canadá e Portugal apresentaram-se como os países que atribuem mais as causas da pobreza à culpa, independentemente de ser social ou individual. Fora desta classificação encontraram-se a Bélgica, que revelou fazer uma atribuição individualista, e a Dinamarca com uma percepção de fatalismo social. Concluindo, verifica-se que os países nórdicos tendem a demonstrar uma atitude mais estruturalista sobre as causas da pobreza, contudo, estudos comparativos indicam, no entanto, que a Finlândia é um caso desviante neste panorama Nórdico e que os finlandeses têm maior probabilidade de atribuir à pobreza explicações mais de cariz individualista do que os países vizinhos, atribuindo no entanto à pobreza causas sobretudo de cariz social e de puro fatalismo individual (Niemelä, 2008). Por sua vez, para os Holandeses a injustiça social é vista como a principal causa da pobreza (Halman e van Oorschot, 1999).

Para além da comparação entre o Norte e o Sul da Europa, foram também apresentados resultados comparando os países Ocidentais e de Leste, pós-comunistas (van Oorschot e Halman, 2000; Kreidl, 2000). No seu estudo, Kreidl comparou os Estados Unidos da América, Alemanha Ocidental e Holanda com a Rússia, Hungria e República Checa. Em nenhum dos dois grupos de países se evidenciou uma ideologia dominante, verificando-se que existem pessoas a pensar de vários modos (nos EUA verificou-se apenas uma ligeira superioridade da visão individualista). Contudo, no caso dos países de Leste, a República Checa foi o único país onde a percepção das causas da pobreza como de origem individual se sobrepôs às causas estruturalistas e fatalistas. Também para van Oorschot e Halman (2000), os resultados da República Checa se destacaram em relação aos restantes países de Leste: uma grande parte dos Checos culpavam os pobres pela própria pobreza, enquanto uma pequena parte atribui a injustiça social como explicação da pobreza. Para estes autores, apesar da maioria dos países de Leste terem uma visão estrutural, a atribuição da culpa aos pobres é uma explicação mais frequente do que nos países Ocidentais. Outro estudo indicou

ainda que tanto na Rússia, como na Estónia, uma grande parte das pessoas continua a atribuir à culpa individual as causas da pobreza (Stephenson, 2000).

2.3. Determinantes da percepção das causas da pobreza

Algumas destas investigações focaram-se no estudo das variáveis que podem determinar a percepção das causas da pobreza (Hunt, 1996; Bullock, 1999; Cozzarelli *et al.*, 2001). Contudo, não há uma evidência clara no papel das características sócio-demográficas como preditoras das atribuições causais da pobreza, sendo os resultados dos vários estudos divergentes (Cozzarelli *et al.*, 2001).

Uma das variáveis consideradas é a variável sexo, havendo alguns estudos que indicam que as mulheres têm maior tendência para defender uma perspectiva estruturalista da pobreza do que os homens (Hunt, 1996; Halman e van Oorschot, 1999; Reutter *et al.*, 2006; Niemelä, 2008), contudo há outros estudos que indicam não ter encontrado qualquer efeito do género (Cozzarelli *et al.*, 2001).

Relativamente à idade, tem havido coerência entre os estudos que indicam que os jovens parecem atribuir as causas da pobreza a factores externos aos indivíduos, enquanto as pessoas com mais idade têm maior probabilidade de ter uma visão mais individualista ou fatalista como explicação da pobreza (Feagin, 1972; Morçöl, 1997; Hunt, 1996). Apesar desta consistência, existem também resultados contrários que indicam que os mais velhos dão maior apoio à perspectiva estruturalista (Niemelä, 2008).

A etnia dos indivíduos foi também uma determinante estudada nas atribuições da pobreza. Tal como para Hunt (1996), outros estudos revelam que os respondentes caucasianos apresentam atribuições internas em maior número do que os respondentes de outras etnias, que por sua vez apresentam mais atribuições de ordem externa ao indivíduo (Cozzarelli *et al.*, 2001).

Em relação ao grau de escolaridade dos indivíduos, segundo Feagin (1972), esta apresenta uma relação com a pobreza em *U*, isto é, pessoas com um nível intermédio de educação apresentam atribuições individualistas, enquanto pessoas de um nível inferior e alto explicam a pobreza através de causas estruturalistas. Neste sentido, estudos mais recentes indicam que indivíduos de classe social mais baixa têm maior probabilidade de dar uma explicação

estrutural para a pobreza do que os indivíduos de uma classe social superior (média ou elevada), que revelam possuir uma explicação com cariz individualista (Hunt, 1996; Bullock, 1999; Hayati e Karami, 2005). Contudo, há também estudos que não encontraram esta tendência (Nasser *et al.*, 2002; Abouchedid e Nasser, 2001), ou que encontram precisamente o contrário, em que indivíduos com menor grau de escolaridade são aqueles que apresentam atribuições mais individualistas (Niemelä, 2008). Para além disso, atribuições fatalistas da pobreza parecem ser mais apresentadas por indivíduos com menor nível de escolaridade e menores rendimentos (Reutter *et al.*, 2006).

As opiniões sobre as causas da pobreza estão ainda muito relacionadas com a experiência de vida das próprias pessoas, nomeadamente no que diz respeito à sua situação económica. Acredita-se que pessoas com um nível de rendimento inferior às suas necessidades mais provavelmente defenderão uma visão estrutural, em que a culpa da sua própria pobreza é da sociedade, do que aqueles que vivem sem passar dificuldades económicas (Morçöl, 1997; Niemelä, 2008; Halman e van Oorschot, 1999).

Por outro lado, segundo Halman e van Oorschot (1999), a religião não é um factor importante para as atribuições que as pessoas fazem das causas da pobreza. Existem diferenças entre os Católicos e os Protestantes, no entanto, tratando-se a pobreza de um problema social, a explicação da pobreza tem mais em conta as orientações políticas dos indivíduos. Assim, vários estudos indicam que os indivíduos que se posicionam mais à esquerda do espectro político (democratas/socialmente liberais) têm maior probabilidade de atribuir à pobreza causas de origem externa aos indivíduos do que os conservadores/republicanos (Cozzarelli *et al.*, 2001; Zucker e Weiner, 1993).

É de referir, no entanto, que em praticamente todos os estudos mencionados, as características sócio-demográficas e económicas estudadas explicam uma pequena parte da variância das possíveis causas da pobreza (Reutter *et al.*, 2006; Halman e van Oorschot, 1999; Niemelä, 2008).

A relevância de estudar o país de proveniência dos indivíduos reside precisamente na importância da cultura na formação das atitudes, neste caso, das atribuições da pobreza. Uma análise de regressão, num estudo que comparou os países do Líbano, Portugal e África do Sul, demonstrou que o principal preditor para a percepção da pobreza foi precisamente o país, nas três dimensões fatalista, individualista e estruturalista (Nasser *et al.*, 2002). A compreensão das crenças dos indivíduos no que concerne as causas da pobreza depende

seguramente das condições económicas da sociedade onde está inserido, na estrutura religiosa prevalente no país e nos programas institucionais existentes para combater a pobreza (Abouchedid e Nasser, 2001).

Um importante aspecto no estudo das atribuições da pobreza, e que importa aqui referir, é que apesar de tão amplamente estudada e validada a existência de três dimensões das causas da pobreza (Estrutural, Individual e Fatalista), independentemente da sua conjugação, os indivíduos podem ainda ter percepções intermédias das causas da pobreza: podem olhar para a questão de um só ponto de vista como mais importante do que os outros, podem explicar a pobreza de mais do que um modo ou mesmo combinar todas as explicações. As explicações das causas da pobreza não são mutuamente exclusivas: uma forte crença de um indivíduo numa causa individualista não invalida que possa acreditar também que a origem da pobreza tem uma causa de origem social (Kreidl, 2000).

2.4. Objectivos

Este trabalho tem como objectivo principal conhecer quais as percepções das principais causas da pobreza para os Europeus e em que é que os diferentes países diferem entre si relativamente a esta temática. Partindo do conjunto de atribuições identificado em estudos anteriores nesta temática (Cozzarelli *et al.*, 2001; Bullock, 1999), procura-se perceber quais as causas a que os indivíduos dos diferentes países Europeus mais atribuem à pobreza: as condições intrínsecas aos próprios pobres, culpando-os pelos seus comportamentos que os conduzem à pobreza; à própria sociedade, culpando o sistema social por não pagar salários ou pensões mais elevadas; ou ao acaso, considerando que a pobreza se deve à pouca sorte e acontecimentos inevitáveis na vida dos pobres; ou ainda a uma combinação de vários destes factores.

Este estudo é um estudo exploratório, onde se procura conhecer qual a realidade existente dentro de cada país Europeu, estabelecendo comparações entre eles. Procurar-se-á estabelecer as relações entre os resultados obtidos e os resultados de estudos anteriores, de modo a contribuir para um melhor conhecimento desta realidade. Apesar de não se pretender estipular hipóteses de estudo, as investigações realizadas anteriormente conduzem a que se esperem determinados resultados, nomeadamente, esperam-se encontrar diferenças entre os países considerados mais desenvolvidos, onde os seus cidadãos têm um nível de escolaridade

mais elevado e melhor qualidade de vida, em relação aos restantes países europeus; do mesmo modo, dada a história dos países da Europa de Leste e o seu estado de desenvolvimento actual, espera-se também que os respondentes destes países tenham percepções sobre a pobreza que se assemelhem entre si e que sejam diferentes dos restantes países Europeus. Ao nível dos indivíduos, espera-se encontrar segmentos com perfis mais demarcados nas atribuições que fazem à pobreza. No entanto, tal como Kreidl (2000) indica, espera-se também que existam grupos que percebam a pobreza como algo que se não se pode atribuir unicamente a um factor, explicando o fenómeno pela combinação de atribuições de várias ordens.

Ao nível das variáveis que possam influenciar as percepções dos participantes, espera-se que possam existir diferenças entre as pessoas com níveis económico-sociais distintos, podendo também ser influenciado pelos ideais políticos que defende, pela sua idade e sexo.

Tal como referido por Feather (1983:229), “as explicações que as pessoas dão para os acontecimentos podem ser entendidas não só como produtos individuais do pensamento cognitivo, mas como produtos sociais. Elas reflectem a experiência da vivência social de um indivíduo em diferentes ocupações guiadas através da família, da escola, dos grupos, da comunicação social e de outras fontes de influência”. Daí que, no quadro teórico apresentado, esta investigação se revele como importante não só pela actualidade do seu tema, mas por contribuir para uma melhor compreensão deste fenómeno já a que maior parte dos estudos existentes reportam-se a um só país ou comparativo de poucos países. Foram encontrados poucos estudos que estendessem a sua análise a um conjunto de países tão vasto e tão marcadamente importante como é a Europa. Para além disso, este estudo reporta a dados mais recentes disponíveis.

De forma a alcançar o objectivo proposto, será estimado um modelo multinível com classes latentes, onde serão estimados segmentos ao nível dos países e ao nível dos indivíduos com base num conjunto de variáveis de um questionário. A metodologia dos modelos multinível com classes latentes será apresentada no capítulo seguinte.

3. Metodologia

3.1. Modelos com classes latentes simples

Este estudo utiliza um modelo com classes latentes. Classes latentes são, precisamente, subgrupos ou grupos não observáveis (variáveis latentes discretas) e a técnica de modelos com classes latentes pode ser aplicada com vários objectivos: análise de clusters, análise factorial, ou regressão.

A análise de classes latentes foi inicialmente introduzida por Lazarsfeld e Henry em 1968 como uma maneira de gerar variáveis latentes atitudinais de itens dicotómicos de inquiridos. Um pouco depois, Goodman, em 1974 desenvolveu a metodologia que se estendeu ao uso de variáveis nominais, tendo também desenvolvido um algoritmo para estimar estes modelos com base no princípio de máxima verosimilhança. Nos últimos anos, estes modelos foram alargados para incluir variáveis observadas de várias escalas (nominal, ordinal, contínua e contagens), covariáveis, e para lidar com dados omissos, entre outras generalizações (Magidson e Vermunt, 2004).

No âmbito deste estudo a análise de classes latentes será utilizada para a definição de clusters de indivíduos (Vermunt e Magidson, 2002). A análise de clusters pode ser definida como a classificação de objectos/indivíduos similares em grupos, sendo tanto o número de grupos como a sua caracterização desconhecidos. Esta divisão em grupos faz-se através de indicadores que podem, por exemplo, ser medidos através de questionários. Indivíduos que façam parte da mesma classe latente são homogéneos entre si para determinado critério, enquanto os casos que pertençam a classes latentes diferentes, diferem entre si nesses mesmos critérios importantes para a análise. Assim, o objectivo é precisamente determinar o menor número de classes latentes suficiente para explicar as relações observadas entre as variáveis observadas (Magidson e Vermunt, 2004).

Formalmente, o modelo com classes latentes trata-se de um modelo de mistura com variáveis não métricas, sendo definido por (Vermunt e Magidson, 2002; Dias, 2004)

$$f(\mathbf{Y}_i|\boldsymbol{\varphi}) = \sum_{k=1}^K v_k f_k(\mathbf{Y}_i|\boldsymbol{\theta}_k), \quad (1)$$

onde \mathbf{Y}_i é o vector de respostas dos indivíduos às variáveis observadas, K é o número total de classes latentes ou clusters, e v_k corresponde à probabilidade *a priori* de pertença ao cluster

k , isto é, o tamanho do cluster k . Como se pode ver pela equação, a distribuição de Y_i dado os parâmetros $\boldsymbol{\varphi}$ do modelo, $f(Y_i|\boldsymbol{\varphi})$, é assumida como sendo uma mistura das densidades específicas de cada classe, com a sua própria função de probabilidade, $f_k(Y_i|\boldsymbol{\theta}_k)$.

Neste tipo de modelos podem ser utilizadas, na mesma análise, variáveis com tipo de escalas diferentes: nominal, ordinal, contínua ou de contagem (Vermunt e Magidson, 2002). Para além disso, o uso das covariáveis, ou variáveis demográficas, na análise permite simultaneamente conhecer a relação entre as classes latentes e estas variáveis e identificar-se os clusters, eliminando-se a necessidade de recorrer a outras técnicas para este efeito. Uma outra vantagem desta metodologia face às técnicas clássicas, é que a análise com segmentos latentes apresenta uma perspectiva probabilística dos clusters, isto é, apesar de se assumir que dado indivíduo pertence a um ou a outro segmento, assume-se também que há um grau de incerteza quanto a esta pertença a uma classe. Assim, através desta análise é permitida a inferência para a população através da atribuição de probabilidades de cada indivíduo pertencer a um ou outro segmento.

3.2. Análise multinível

O ser humano é sobretudo um ser social, que vivendo em sociedade e interagindo com outros indivíduos nos mais diferentes contextos sociais onde está inserido, vai crescendo, formando-se, construindo atitudes e comportando-se em função das suas aprendizagens. Cada indivíduo é de certo modo influenciado por estes contextos e pelos restantes indivíduos dos grupos sociais a que pertence e, por sua vez, estes mesmos grupos são influenciados pelo conjunto de indivíduos que o constituem. Segundo esta lógica de vivência em sociedade, pode considerar-se que a população pode ser hierarquizada por indivíduos e grupos, como por exemplo, escolas, departamentos numa empresa, bairros, países, entre outros. Assim, pode considerar-se que os indivíduos e os grupos são como dois níveis diferentes do mesmo sistema hierárquico. A análise multinível, nas mais diferentes técnicas existentes, tem por base precisamente este conceito de sociedade e tem, portanto, como objectivo geral, o estudo das interações entre os diferentes níveis de um sistema hierárquico (Hox, 2002).

Este tipo de análises de dados pode ser problemático por não se poder assegurar que os indivíduos são independentes entre si, já que pertencem precisamente ao mesmo grupo. No entanto, tendo em conta que contêm informação relevante aos vários níveis, como

características dos indivíduos e dos grupos propriamente ditos, torna-se possível explicar o fenómeno através da análise multinível (Maas e Vermunt, 2004). Este tipo de análise é um modelo de efeitos aleatórios e tem em conta as dependências entre as observações dentro dos grupos.

3.3. Modelos multinível com classes latentes

A metodologia utilizada neste estudo é um modelo multinível com classes latentes (Vermunt, 2003). A palavra-chave neste tipo de análise é, precisamente, o conceito de nível, dado que o seu objectivo é analisar um dado problema num determinado nível, como por exemplo, no caso de estudos sobre educação, estudando ao nível dos alunos, ou ao nível da turma, ou da escola, ou da região ou ainda ao nível do país.

Neste estudo que agora se apresenta, tem-se como objectivo analisar as diferenças e as semelhanças sobre as percepções das causas da pobreza entre indivíduos de diferentes países europeus. A análise multinível de classes latentes permite estruturar a heterogeneidade existente entre os países e ao mesmo tempo entre os indivíduos, identificando segmentos relativamente homogêneos quer de países, quer de indivíduos (Bijmolt *et al.*, 2004), tendo em conta, neste caso, as suas atribuições da pobreza. Com o conhecimento destas diferenças e semelhanças é possível estabelecer agrupamentos e perceber que tipos de grupos existem nos dois níveis de análise: num primeiro nível podem agrupar-se os indivíduos dentro de cada país segundo as suas opiniões sobre a pobreza e a sua proximidade à problemática; paralelamente, num segundo nível, e com base na distribuição dos grupos formados no primeiro nível, podemos agrupar aqueles países que demonstram ter uma estrutura de segmentos de indivíduos semelhantes entre si: dois países serão agregados se forem semelhantes na sua estrutura interna de segmentação dos indivíduos. De referir que este tipo de análise é realizado em simultâneo e não sequencialmente.

3.3.1. Formulação do modelo

Começa-se por apresentar a notação utilizada neste trabalho (Vermunt, 2003), tendo em conta a análise a efectuar. Apresenta-se então uma análise em dois níveis, sendo o primeiro nível dos indivíduos denominados por i e o segundo dos países denominados por j . Assim, Y_{ijk}

corresponde à resposta do indivíduo i (nível 1) dentro do país j (nível 2) no indicador k . O número total de países é J , o número de indivíduos no país j é n_j , e o número total de indicadores é K . Um nível particular de um indicador k , é denominado por s_k e o seu número total de categorias é S_k . A notação \mathbf{Y}_{ij} é usada para referir o total de resposta dado pelo indivíduo i no grupo j , e \mathbf{s} para referir um possível padrão de respostas.

Tendo dois níveis de análise, pretende-se conhecer duas variáveis latentes discretas denominadas por X_{ij} e W_j , representando os segmentos dos indivíduos e os segmentos dos países respectivamente. Ao nível dos indivíduos (X_{ij}), um segmento específico é denominado por t e dado que temos um número concreto de classes, o número total de classes latentes por T . Ao nível dos países (W_j), um segmento específico é denominado por m e o número total de classes latentes por M .

Na sequência de um modelo de mistura, a equação que descreve um modelo com classes latentes simples é:

$$\begin{aligned} P(\mathbf{Y}_{ij} = \mathbf{s}) &= \sum_{t=1}^T P(X_{ij} = t) P(\mathbf{Y}_{ij} = \mathbf{s} | X_{ij} = t) \\ &= \sum_{t=1}^T P(X_{ij} = t) \prod_{k=1}^K P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij} = t). \end{aligned} \quad (2)$$

A probabilidade de se obter um padrão de respostas específico $P(\mathbf{Y}_{ij} = \mathbf{s})$ é condicionada pela pertença a determinada classe latente $P(\mathbf{Y}_{ij} = \mathbf{s} | X_{ij} = t)$ e é ponderado pela probabilidade de pertencer a essa mesma classe $P(X_{ij} = t)$. O peso $P(X_{ij} = t)$ corresponde à probabilidade de um determinado indivíduo i pertencente ao grupo j , fazer parte do segmento t do nível 1 do modelo. Como se pode ver na segunda parte da equação, os indicadores Y_{ijk} são considerados independentes entre si, dado a pertença à classe latente, sendo esta condição denominada por independência local.

Tratando-se de um modelo multinível, no primeiro nível, são especificadas as probabilidades de cada indivíduo i de um país j ter determinada opinião \mathbf{Y}_{ij} , condicionada pela pertença do país j ao segmento m , isto é, as dimensões relativas dos segmentos no primeiro nível, dependem dos segmentos no outro nível, como se apresenta a seguir:

$$P(\mathbf{Y}_{ij} = \mathbf{s} | W_j = m) = \sum_{t=1}^T P(X_{ij} = t | W_j = m) \prod_{k=1}^K P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij} = t). \quad (3)$$

Ao nível dos países, pode estimar-se um modelo de mistura semelhante, em que n_j representa o número de indivíduos no país j :

$$f(\mathbf{y}_j) = \sum_{m=1}^M P(W_j = m) \prod_{i=1}^{n_j} P(\mathbf{Y}_{ij} = \mathbf{s} | W_j = m). \quad (4)$$

Combinando as duas equações, tem-se:

$$f(\mathbf{y}_j) = \sum_{m=1}^M \left[P(W_j = m) \prod_{i=1}^{n_j} \left[\sum_{t=1}^T P(X_{ij} = t | W_j = m) \prod_{k=1}^K P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij} = t) \right] \right]. \quad (5)$$

Os parâmetros do modelo são:

$$\pi_m = P(W_j = m), \quad (6)$$

$$\lambda_{tm} = P(X_{ij} = t | W_j = m), \quad (7)$$

$$\theta_{s_k t} = P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij} = t). \quad (8)$$

Na primeira parte da equação (5), com π_m obtém-se a probabilidade do país j fazer parte de determinado segmento de nível 2; na segunda parte, obtém-se λ_{tm} , a probabilidade do indivíduo i do país j pertencer a determinado segmento nível 1 (t) condicionado pela pertença a um determinado segmento do nível 2 (m); na terceira parte da equação estima-se θ_{st} , a probabilidade do indivíduo i ter uma determinada opinião dado que pertence a determinado segmento t . É com a estimação de $P(X_{ij} = t | W_j = m)$ que se compreendem as diferenças principais entre os segmentos dos países, nomeadamente, as dimensões relativas de cada segmento de indivíduos. Com $P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij} = t)$ percebem-se as diferenças entre os indivíduos no que toca às variáveis dependentes analisadas e são precisamente estas últimas probabilidades das respostas condicionadas pela pertença do indivíduo a determinado

segmento, $\theta_{s_k t}$, que dão origem à classificação e interpretação das classes latentes encontradas.

Resumindo, pode dizer-se que este tipo de modelos tem uma estrutura hierárquica (Vermunt e Magidson, 2005), onde o nível mais acima corresponde à variável latente discreta ao nível mais alto (W_j), neste caso agrupando os países, ao nível intermédio encontra-se a outra variável latente discreta (X_{ij}) ao nível inferior, neste caso das opiniões dos indivíduos pertencentes a cada país, e por fim, as ramificações mais inferiores contêm as respostas observadas (Y_{ijk}). Tanto os segmentos ao nível mais baixo X_{ij} são mutuamente independentes dado W_j , como as respostas Y_{ijk} também são mutuamente independentes dado a pertença do indivíduo a X_{ij} .

Estas probabilidades podem ser modeladas com uma equação logit do modelo multinível mais geral:

$$P(W_j = m) = \frac{\exp(\alpha_m)}{\sum_{m'=1}^M \exp(\alpha_{m'})} \quad (9)$$

$$P(X_{ij} = t | W_j = m) = \frac{\exp(\gamma_{tm})}{\sum_{t'=1}^T \exp(\gamma_{t'm})} \quad (10)$$

$$P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij} = t) = \frac{\exp(\beta_{s_k t})}{\sum_{s'=1}^{S_k} \exp(\beta_{s' t})}. \quad (11)$$

Para identificação do modelo é necessária a imposição de restrições aos parâmetros logit: por exemplo, $\alpha_1 = \gamma_{1m} = \beta_{1t} = 0$. E, tendo em conta a estrutura de um modelo multinível, pode assumir-se ainda que os parâmetros α , γ e β são específicos para cada um dos segmentos encontrados.

Contudo, no caso de existirem vários grupos no modelo, podem encontrar-se problemas nível da estimação do modelo, não só pelo elevado número de parâmetros a estimar, mas também devido à instabilidade da dimensão dos grupos (Vermunt, 2003).

3.3.2. Concomitantes

A utilização de covariáveis ou variáveis concomitantes tem como objectivo, por um lado, caracterizar as classes latentes que se obtêm na análise através destas variáveis, normalmente de cariz sócio-demográfico, permitindo conhecer a sua constituição; por outro lado, através das características dos indivíduos, as covariáveis permitem prever a pertença destes às classes originadas.

Nos modelos multinível de classes latentes, é possível incluir variáveis concomitantes nos dois níveis de análise para cumprir este objectivo em cada um deles, como se pode ver na equação (12) (Vermunt, 2003; Bijmolt *et al.*, 2004; Pirani *et al.*, 2009).

$$P(\mathbf{Y}_j | \mathbf{Z}_j^g, \mathbf{Z}_{ij}) = \sum_{m=1}^M \left[P(W_j = m | Z_j^g) \left[\prod_{i=1}^{n_j} \sum_{t=1}^T P(X_{ij} = t | W_j, Z_{ij}) \prod_{k=1}^K P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij}) \right] \right]. \quad (12)$$

Aqui, considera-se como variável concomitante ao nível do indivíduo a variável Z_{ij} e ao nível do grupo considera-se Z_j^g . Na primeira parte da equação (12), tem-se a probabilidade condicional do segmento do nível superior dado a covariável a este mesmo nível e especificando segundo um modelo multinomial logit tem-se:

$$P(W_j = m | Z_j^g) = \frac{\exp(\alpha_{0m} + \alpha_{1m} Z_j^g)}{\sum_{m'=1}^M \exp(\alpha_{0m'} + \alpha_{1m'} Z_j^g)}, \quad (13)$$

com $\alpha_{01} = \alpha_{11} = 0$.

Na segunda parte da equação (12), encontra-se a probabilidade do respondente i pertencer a dada classe latente de primeiro nível X_{ij} , dado a classe latente do nível superior e as covariáveis aos dois níveis de análise. Especificando segundo um modelo multinomial logit tem-se:

$$P(X_{ij} = t | W_j = m, Z_j^g, Z_{ij}) = \frac{\exp(\gamma_{0tm} + \gamma_{1t} Z_{ij} + \gamma_{2tm} Z_j^g)}{\sum_{r=1}^T \exp(\gamma_{0trm} + \gamma_{1tr} Z_{ij} + \gamma_{2trm} Z_j^g)}, \quad (14)$$

com $\gamma_{01m} = \gamma_{11} = \gamma_{21m} = 0$.

Por fim, na terceira parte, encontra-se a probabilidade do respondente i ter determinado padrão de respostas dado a sua pertença a uma classe latente de nível inferior X_{ij} . Especificando segundo um modelo multinomial logit tem-se:

$$\prod_{k=1}^K P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij} = t) = \prod_{k=1}^K \frac{\exp(\beta_{0s_k} + \beta_{1s_k t})}{\sum_{s'=1}^{s_k} \exp(\beta_{0s'} + \beta_{1s' t})} \quad (15)$$

com $\beta_{0s_1} = \beta_{1s_1 t} = 0$.

Mesmo quando não são utilizadas variáveis concomitantes na estimação de modelos com classes latentes é esta a parametrização utilizada, apenas operando com constantes.

3.3.3. Estimação do modelo

Os parâmetros de um modelo multinível de classes latentes podem ser estimados pelo método de máxima verosimilhança, procurando a maximização da sua função log-verosimilhança de cada um dos níveis do sistema hierárquico em análise, sob a notação $f(\mathbf{y}_j)$, dada pela equação (5)¹. A função do log-verosimilhança a ser maximizada é:

$$\log L(\boldsymbol{\varphi} | \mathbf{Y}) = \sum_{j=1}^J \log f(\mathbf{y}_j). \quad (16)$$

A estimação dos parâmetros pelo método de máxima verosimilhança pode ser obtida pela utilização do algoritmo EM (Vermunt, 2003; Vermunt, 2008). O passo E do algoritmo EM envolve a obtenção das probabilidades *a posteriori* $P(W_j = m, X_{ij} = t | \mathbf{Y}_j)$ dado as estimativas dos parâmetros do modelo. No passo M do algoritmo, as estimativas dos parâmetros são actualizadas de modo a maximizar a função log-verosimilhança. A implementação do primeiro passo é mais complicada do que o segundo. De modo a reduzir a capacidade computacional necessária, e pela condição de independência condicional, torna-se possível calcular as distribuições das n_j probabilidades *a posteriori* sem recorrer a todas as distribuições de probabilidades *a posteriori*. Em primeiro lugar, as classes latentes são integradas do nível mais baixo para o mais alto. Posteriormente, as probabilidades *a posteriori* relevantes são calculadas dos níveis superiores para os inferiores. Esta adaptação do algoritmo, recorre ao facto da pertença dos indivíduos às classes latentes (X_{ij}) ser

¹ Ou dada pela equação (12) no caso de se considerarem covariáveis na análise.

independente da informação de outros membros do grupo dada a pertença dos grupos a uma classe (W_j). Isto é,

$$P(W_j = m, X_{ij} = t | \mathbf{Y}_j) = P(W_j = m | \mathbf{Y}_j) P(X_{ij} = t | \mathbf{Y}_{ij}, W_j = m). \quad (17)$$

Sendo que $P(W_j = m | \mathbf{Y}_{ij})$ e $P(X_{ij} = t | \mathbf{Y}_{ij}, W_j = m)$ são obtidos através de:

$$P(X_{ij} = t | \mathbf{Y}_{ij}, W_j = m) = \frac{P(X_{ij} = t | W_j = m) f(\mathbf{y}_{ij} | X_{ij} = t)}{f(\mathbf{y}_{ij} | W_j = m)} \quad (18)$$

$$P(W_j = m | \mathbf{Y}_j) = \frac{P(W_j = m) \prod_{i=1}^{n_j} f(\mathbf{y}_{ij} | W_j = m)}{f(\mathbf{y}_j)} \quad (19)$$

em que $f(\mathbf{y}_{ij} | W_j = m) = \sum_{t=1}^T P(X_{ij} = t | W_j = m) f(\mathbf{y}_{ij} | X_{ij} = t)$ e $f(\mathbf{y}_j) = \sum_{m=1}^M P(W_j = m) \prod_{i=1}^{n_j} f(\mathbf{y}_{ij} | W_j = m)$.

Na fase ascendente da estimação, calcula-se $f(x_{ij}, \mathbf{y}_{ij} | W_j = m)$ para cada indivíduo, agrega-se por $P(X_{ij} = t)$ para obter $f(\mathbf{y}_{ij} | W_j = m)$, de modo a ter $P(W_j = m | \mathbf{Y}_j)$ para cada grupo. A parte descendente do algoritmo envolve o cálculo de $P(W_j = m, X_{ij} = t | \mathbf{y}_{ij})$ para cada indivíduo, usando $P(W_j = m | \mathbf{y}_i)$ e $P(X_{ij} = t | \mathbf{y}_{ij}, W_j = m)$.

3.3.4. Ponderação

Numa análise multinível, poderá ser necessária a utilização de ponderadores ao nível individual, de modo a tornar a amostra utilizada representativa da dimensão real da população dentro do próprio grupo e ao nível do grupo no total da amostra, permitindo tirar conclusões a um nível mais global. Por exemplo, quando se trata de estudos a nível Europeu, que as amostras de cada país sejam representativas desse país, mas também é muito importante que os países sejam considerados no exacto peso que têm no contexto Europeu.

Num modelo de classes latentes, quando são especificados ponderadores, o programa Latent GOLD estima os parâmetros utilizados pelo método de pseudo máxima verosimilhança (Wedel, *et al.*, 1998; Patterson *et al.*, 2002; Bijmolt *et al.*, 2004). Para obter as estimativas de

pseudo máxima verosimilhança, deve multiplicar-se a função de máxima verosimilhança (Equação 16) pelo ponderador individual w_{ij} . Isto é, a função a maximizar no passo M do algoritmo EM é:

$$\log L_{pseudo} = \sum_{j=1}^J \sum_{i=1}^{n_j} w_{ij} \log f(\mathbf{y}_{ij}). \quad (20)$$

A maximização desta função fornece estimativas consistentes dos parâmetros do modelo para a população (Wedel *et al.*, 1998; Patterson *et al.*, 2002).

3.3.5. Escolha do número de classes em cada um dos níveis

A decisão do número de classes num modelo simples de classes latentes é por si só uma tarefa complexa. No entanto, quando se tratam de modelos com vários níveis de análise como é o caso da análise multinível com classes latentes, esta decisão torna-se ainda mais complexa, pois para além de envolver a escolha do melhor número para cada um dos níveis de análise, acresce a dificuldade de estas decisões serem também mutuamente dependentes.

Normalmente, esta decisão, que numa análise mais simples ou multinível, passa pela análise das medidas que tomem em consideração a parcimónia do modelo que resulta do ajustamento do modelo (o valor log-verosimilhança) e da complexidade do modelo (o número de parâmetros). As medidas mais populares são o Bayesian information criterion (BIC), Akaike information criterion (AIC) e versões ajustadas deste último, o CAIC (Consistent AIC) e AIC3. Tendo em consideração que o ajustamento do modelo, isto é, o valor de log-verosimilhança, será sempre crescente com o aumento da complexidade do modelo, então o cálculo dos critérios de informação entra em consideração com o número de parâmetros do modelo, introduzindo uma penalização. A sua fórmula geral é:

$$IC = -2\log L(\boldsymbol{\varphi}|\mathbf{Y}) + Cr, \quad (21)$$

em que $L(\boldsymbol{\varphi}|\mathbf{Y})$ é o valor máximo da função de verosimilhança do modelo com $\boldsymbol{\varphi}$ como parâmetros, r é o número de parâmetros independentes e C é o peso da penalização de r . Quanto mais baixo o valor do critério de informação, melhor será o modelo. A diferença

entre os vários critérios propostos na literatura está precisamente na penalização que atribui à complexidade do modelo (C). Assim, o BIC é definido por:

$$BIC = -2\log L(\boldsymbol{\varphi}|\mathbf{Y}) + \text{Log}(n)r, \quad (22)$$

onde n corresponde ao número de observações. Vários estudos de simulação indicam que o BIC apresenta um bom desempenho, contudo, nos casos em que as classes não são tão distintas, pode subestimar o número de classes latentes (Dias, 2004; Dias, 2006).

3.4. Estudo de simulação

Neste capítulo apresentam-se os resultados de um modelo multinível com classes latentes, simulado em MATLAB e estimado em Latent GOLD. Esta simulação teve como principal objectivo conhecer o desempenho da estimação do modelo multinível com classes latentes, mediante uma realidade conhecida.

Os dados correspondem a 20000 observações, pertencentes a 20 grupos (nível 2). A estrutura de classes latentes definida contém 2 segmentos ao nível superior (gerados a partir de uma distribuição Bernoulli com $p = 0.4$) e 3 segmentos ao nível inferior. A probabilidade *a priori* de cada segmento nível 1 depende do segmento de pertença ao nível 2. O agrupamento dos indivíduos teve como variáveis dependentes seis variáveis dicotómicas.

Estimaram-se 12 modelos diferentes, com 1000 réplicas de valores iniciais distintos, variando o número de classes latentes ao nível superior ($m = 1, \dots, 3$) e inferior ($t = 1, \dots, 4$) de modo a seleccionar o modelo com melhor ajustamento aos dados.

Na Tabela 1 apresentam-se as medidas de ajustamento (BIC) obtidas dos modelos estimados, para cada combinação de T e M , onde se pode ver que o modelo que apresenta menor valor para esta medida é precisamente o modelo com 2 segmentos no nível superior e 3 segmentos no nível inferior, indicando que é o modelo melhor ajustado aos dados.

Tabela 1. Valores BIC obtidos nos modelos multinível estimados

Nível Inferior	Nível Superior		
	$M = 1$	$M = 2$	$M = 3$
$T = 1$	150646.71	150656.61	150666.52
$T = 2$	133002.38	126862.39	126882.19
$T = 3$	132878.35	125815.26	125843.51
$T = 4$	132937.45	125880.61	125913.19

Passaremos a apresentar os resultados do modelo estimado com dois segmentos no nível superior e três no nível inferior. A par destes, apresentaremos também os parâmetros utilizados na simulação, de forma a ser efectuada a comparação entre os valores.

Como se pode observar nas tabelas seguintes, de acordo com o modelo com classes latentes estimado e relativamente às probabilidades de pertença das unidades j do nível superior às classes latentes deste nível ($P(W_j = m) = \pi_m$), o segmento um é aquele que apresenta uma probabilidade igual a $\hat{\pi}_1 = 0.74$ e para o segundo segmento tem-se $\hat{\pi}_2 = 0.26$. Estas probabilidades correspondem ao peso de cada segmento, sendo que 73.81% dos casos pertencem ao segmento um do nível superior e os restantes ao segmento dois. Estabelecendo a comparação entre os parâmetros e as respectivas estimativas, ao nível superior, o modelo estimado não é tão preciso na recuperação dos parâmetros reais do modelo, o que pode dever-se ao número reduzido de grupos. Contudo, considera-se a recuperação dos verdadeiros valores como aceitável.

Tabela 2. Probabilidades *a posteriori* dos segmentos de nível superior

	Parâmetros do Modelo	Parâmetros Estimados
$P(W_j = 1)$	0.60	0.7381
$P(W_j = 2)$	0.40	0.2619

Conjugando os dois níveis de análise, as probabilidades dos indivíduos pertencerem a cada segmento dado que pertencem a determinado segmento do nível superior ($\lambda_{tm} = P(X_{ij} = t | W_j = m)$), são as que se apresentam na tabela seguinte.

Tabela 3. Probabilidades condicionais dos segmentos de nível inferior dado a sua pertença ao segmento de nível superior

	Parâmetros do Modelo	Parâmetros Estimados
$P(X_{ij} = 1 W_j = 1)$	0.70	0.7152
$P(X_{ij} = 2 W_j = 1)$	0.30	0.2846
$P(X_{ij} = 3 W_j = 1)$	0.00	0.0002
$P(X_{ij} = 1 W_j = 2)$	0.10	0.1018
$P(X_{ij} = 2 W_j = 2)$	0.30	0.3297
$P(X_{ij} = 3 W_j = 2)$	0.60	0.5685

Podemos então concluir, segundo a análise efectuada, pertencendo ao primeiro segmento do nível superior, os indivíduos têm maior probabilidade (0.72) de pertencerem ao primeiro segmento do nível inferior e nenhuma probabilidade de pertencer ao terceiro segmento do nível 1 (0.0002). Por outro lado, os indivíduos que pertencem ao segundo segmento do nível 2 encontram-se mais distribuídos pelos três segmentos do nível inferior, sendo que a probabilidade de pertencerem ao terceiro segmento deste nível é a mais elevada (0.57). Aqui, pode observar-se que os parâmetros verdadeiros e os parâmetros estimados estão extremamente próximos, demonstrando assim uma excelente performance da estimação realizada. Estes valores são de facto muito coincidentes, sendo que as pequenas diferenças se atribuem ao erro amostral (na simulação dos dados).

Por fim, resta-nos apresentar as probabilidades condicionais das variáveis dependentes dada a pertença aos segmentos do nível inferior ($\theta_{s_k t} = P(Y_{ijk} = s_k | X_{ij} = t)$). Como se pode ver, também aqui os valores dos parâmetros e as estimativas são muito próximos, demonstrando a eficácia desta metodologia. Como se pode observar, os indivíduos do primeiro segmento, tendem a dividir-se nos resultados a todas as variáveis, mantendo sempre os valores em torno de probabilidade igual a 0.50 para cada categoria. Por outro lado, o segundo segmento tem um padrão de resultados também idêntico para todas as questões, mas apresentando em todas as variáveis com uma probabilidade de respostas à categoria 2 igual a 0.90 e 0.10 à categoria 1. Precisamente ao contrário, encontra-se o terceiro segmento que apresenta em todas as variáveis uma probabilidade muito próxima dos 0.80 para a categoria 1 e 0.20 para a categoria 2.

Tabela 4. Probabilidades condicionais das variáveis dependentes

	Parâmetros do Modelo			Parâmetros Estimados		
	$t = 1$	$t = 2$	$t = 3$	$t = 1$	$t = 2$	$t = 3$
$P(Y_{ij1} = 1 X_{ij} = t)$	0.50	0.10	0.80	0.502	0.103	0.790
$P(Y_{ij1} = 2 X_{ij} = t)$	0.50	0.90	0.20	0.498	0.897	0.210
$P(Y_{ij2} = 1 X_{ij} = t)$	0.50	0.10	0.80	0.496	0.100	0.793
$P(Y_{ij2} = 2 X_{ij} = t)$	0.50	0.90	0.20	0.504	0.900	0.206
$P(Y_{ij3} = 1 X_{ij} = t)$	0.50	0.10	0.80	0.506	0.102	0.799
$P(Y_{ij3} = 2 X_{ij} = t)$	0.50	0.90	0.20	0.494	0.898	0.201
$P(Y_{ij4} = 1 X_{ij} = t)$	0.50	0.10	0.80	0.515	0.976	0.796
$P(Y_{ij4} = 2 X_{ij} = t)$	0.50	0.90	0.20	0.485	0.902	0.204
$P(Y_{ij5} = 1 X_{ij} = t)$	0.50	0.10	0.80	0.503	0.104	0.801
$P(Y_{ij5} = 2 X_{ij} = t)$	0.50	0.90	0.20	0.497	0.896	0.199
$P(Y_{ij6} = 1 X_{ij} = t)$	0.50	0.10	0.80	0.521	0.103	0.815
$P(Y_{ij6} = 2 X_{ij} = t)$	0.50	0.90	0.20	0.479	0.897	0.185

Por fim, resta apresentar os resultados relativos ao nível superior, indicando as probabilidades *a posteriori* dos grupos pertencerem às classes latentes do nível superior. Como já foi referido, foram originadas duas classes latentes no nível superior. Os grupos que pertencem à primeira classe latente originada (onde se incluíam 73.8% dos casos) são os grupos 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. Na segunda classe latente (onde se incluíam 26.2% dos casos) encontram-se os grupos restantes. Como já foi referido, estes grupos agruparam-se em cada uma destas classes devido à semelhança que apresentaram no perfil de segmentação ao nível inferior.

Concluindo, comprova-se com esta simulação que o modelo estimado está correctamente especificado e que a modelação multinível com classes latentes é um boa metodologia de segmentação, já que os resultados obtidos aproximaram-se praticamente na totalidade aos parâmetros reais, demonstrando um excelente ajustamento do modelo. De seguida, será aplicada a mesma metodologia a um caso real, tendo esta simulação dado o enquadramento necessário para proceder à análise dos resultados provenientes deste tipo de modelação.

4. População e Amostra

4.1. Base de dados sobre pobreza

A base de dados utilizada foi disponibilizada por Interuniversity Consortium for Political and Social Research (ICPSR) e foi recolhida no contexto de um estudo desenvolvido para a Comissão Europeia, Direcção Geral da Comunicação. O *Eurobarometer 67.1: Cultural Values, Poverty and Social Exclusion, Developmental Aid, and Residential Mobility* (Papacostas, 2007) foi desenvolvido entre Fevereiro e Março de 2007 nos vários países participantes. Os dados foram recolhidos presencialmente nos domicílios dos respondentes.

4.2. Amostra

A amostra deste estudo é constituída por 27746 indivíduos provenientes de 30 países Europeus, com idades superiores a 15 anos. Os indivíduos são provenientes dos Estados membros da União Europeia, e ainda de um país candidato, a Croácia. Neste estudo, a Alemanha encontra-se dividida em Alemanha Ocidental e de Leste, o Reino Unido está dividido em Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, perfazendo então, um total de 30 áreas geográficas em análise. Assim, sob a terminologia de país, está-se a referir uma zona geográfica.

A distribuição dos indivíduos pelos países inquiridos não foi equilibrada segundo a sua representação na Europa, como se pode ver na Tabela 5. Contudo, dentro de cada país, o desenho amostral foi multi-etapas aleatório, sendo que foram seleccionados aleatoriamente um determinado número de pontos de amostragem com probabilidade proporcional à dimensão da população, garantindo a cobertura de todo o país e da sua densidade populacional². De modo a tornar a amostra representativa da distribuição real da população Europeia, utiliza-se uma variável ponderadora³ que para além de corrigir o desequilíbrio amostral entre os vários países inquiridos, pondera igualmente a distribuição dos

² Para mais informações sobre a aplicação deste inquérito consultar <http://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/ICPSR/studies/21522?q=eurobarometer+67.1>. Consultado em Dezembro de 2009.

³ Esta variável foi criada e disponibilizada pelas entidades que desenvolveram este estudo. Esta teve em consideração a distribuição das variáveis sexo, idade, região e a dimensão da localidade, no Universo. Para a ponderação Europeia, foram utilizados dados da EUROSTAT referentes à dimensão da população de cada país.

respondentes dentro de cada país, tornando cada sub-amostra representativa da população de cada país. Todas as análises efectuadas e apresentadas de seguida foram ponderadas por esta variável.

Apesar de todos os países serem países estados membro da União Europeia, à excepção da Croácia, estes apresentam grandes diferenças a nível cultural, social e económico que podem ser importantes na forma como os cidadãos percebem a pobreza e as suas causas. Deste modo, optou-se por utilizar nesta análise o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (PNUD, 2009)⁴.

Esta é uma medida apresentada todos os anos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e é uma medida do bem-estar da população de cada país e serve de comparação entre países. Tem como base de cálculo três dimensões: a riqueza (PIB *per capita*), a educação (percentagem de alfabetização e percentagem de escolarização) e a esperança média de vida à nascença em cada país. Para além desta medida, apresenta-se igualmente a percentagem de pessoas em risco de pobreza em cada um destes países. Este indicador é definido como a percentagem de indivíduos cujos rendimentos estão abaixo do limite para serem considerados como em risco de pobreza, que é fixado em 60% do rendimento médio nacional disponível, após transferências sociais (Eurostat, 2010).

Como se pode ver na Tabela 5, os países Europeus presentes neste estudo apresentam valores de IDH considerados elevados ou muito elevados (segundo o PNUD (2009) a partir de 0.900 é considerado muito elevado). Os países que apresentam um maior valor de IDH são a Irlanda, Países Baixos, Suécia e França com valores superiores a 0.96. Nos últimos lugares encontram-se a Letónia, Bulgária e Roménia com valores inferiores a 0.87. Repare-se que os países da Europa de Leste são aqueles que se encontram no final da lista de países.

A percentagem de indivíduos em risco de pobreza também alerta para algumas diferenças nos vários países da União Europeia. Os países com um IDH mais baixo, são aqueles que apresentam maiores valores para esta percentagem de pobreza, sendo a Letónia, Bulgária e Roménia os países que apresentam um maior número de pessoas nestas condições de vida, com o maior valor de 26% na Lituânia. Por outro lado, no topo da escala do IDH, os países apresentam menores valores para a percentagem de pobreza. Mesmo assim, a Irlanda, com maior IDH apresenta um valor de pobreza superior aos restantes países mais desenvolvidos.

⁴ O IDH utilizado corresponde ao IDH 2007, calculado em 2009, com dados referentes a 2007 (PNUD, 2009).

Nos grupos dos países com IDH superior a 0.90 podem encontrar-se maiores percentagens de pobreza nos países como Espanha e Grécia (20%) e Itália e Reino Unido (19%), fazendo parte dos países com mais pobreza na Europa. O país com menor percentagem de pobreza é a República Checa com 9% de pessoas a viverem em risco de pobreza.

Tabela 5. Número de respondentes por país inquirido, sua proporção no total da amostra, proporção da população real, respectivo valor do IDH 2007 e risco de pobreza (%)⁵

	Nº de respostas	Proporção Amostra	Proporção População	Média do Ponderador	IDH 2007	Risco de Pobreza
Irlanda	1000	3.60%	0.78%	0.224	0.965	16%
Países Baixos	1000	3.60%	3.28%	1.075	0.964	11%
Suécia	1011	3.64%	1.89%	0.631	0.963	12%
França	1031	3.72%	11.10%	3.126	0.961	13%
Luxemburgo	500	1.80%	0.09%	0.061	0.96	13%
Finlândia	1040	3.75%	1.10%	0.325	0.959	14%
Espanha	1006	3.63%	9.33%	2.824	0.955	20%
Dinamarca	1008	3.63%	1.11%	0.351	0.955	12%
Áustria	1011	3.64%	1.73%	0.511	0.955	12%
Bélgica	1040	3.75%	2.18%	0.621	0.953	15%
Itália	1000	3.60%	12.33%	4.084	0.951	19%
Grã-Bretanha	1009	3.64%	12.02%	3.445	0.947	19%
Irlanda do Norte	301	1.08%		0.369		
Alemanha Ocidental	1006	3.63%	16.23%	4.382	0.947	15%
Alemanha de Leste	528	1.90%		2.238		
Grécia	1000	3.60%	2.19%	0.671	0.942	20%
Eslovénia	1015	3.66%	0.43%	0.131	0.929	12%
República do Chipre	500	1.80%	0.15%	0.098	0.914	16%
Portugal	1013	3.65%	2.04%	0.578	0.909	18%
República Checa	1060	3.82%	2.16%	0.670	0.903	9%
Malta	500	1.80%	0.08%	0.055	0.902	15%
Estónia	1001	3.61%	0.22%	0.070	0.883	19%
Polónia	1000	3.60%	8.06%	2.484	0.88	17%
Eslováquia	1094	3.94%	1.09%	0.336	0.88	11%
Hungria	1000	3.60%	2.14%	0.675	0.879	12%
Croácia	1000	3.60%	0.94%	0.272	0.871	18%
Lituânia	1029	3.71%	0.71%	0.200	0.87	20%
Letónia	1006	3.63%	0.36%	0.105	0.866	26%
Bulgária	1009	3.64%	1.68%	0.476	0.84	21%
Roménia	1028	3.71%	4.58%	1.341	0.837	23%
Total	27746	100.00%	100.00%		0.933 (média)	16.60% (média)

⁵ Os países encontram-se ordenados pelo seu IDH de modo a uma melhor visualização das semelhanças e diferenças entre os países. As tabelas apresentadas em seguida serão igualmente ordenadas pela variável de interesse na análise.

Relativamente à variável demográfica sexo, pode ver-se a sua distribuição em cada um dos países da União Europeia na Figura 1. A distribuição dos dois sexos é, em quase todos os países, próxima dos 50% para cada um dos sexos, sendo os países Bálticos aqueles que apresentam uma percentagem de mulheres superior à dos homens, sempre superior a 54% nestes países. Na totalidade da amostra, foram considerados 48% de indivíduos do sexo masculino, após ponderação.

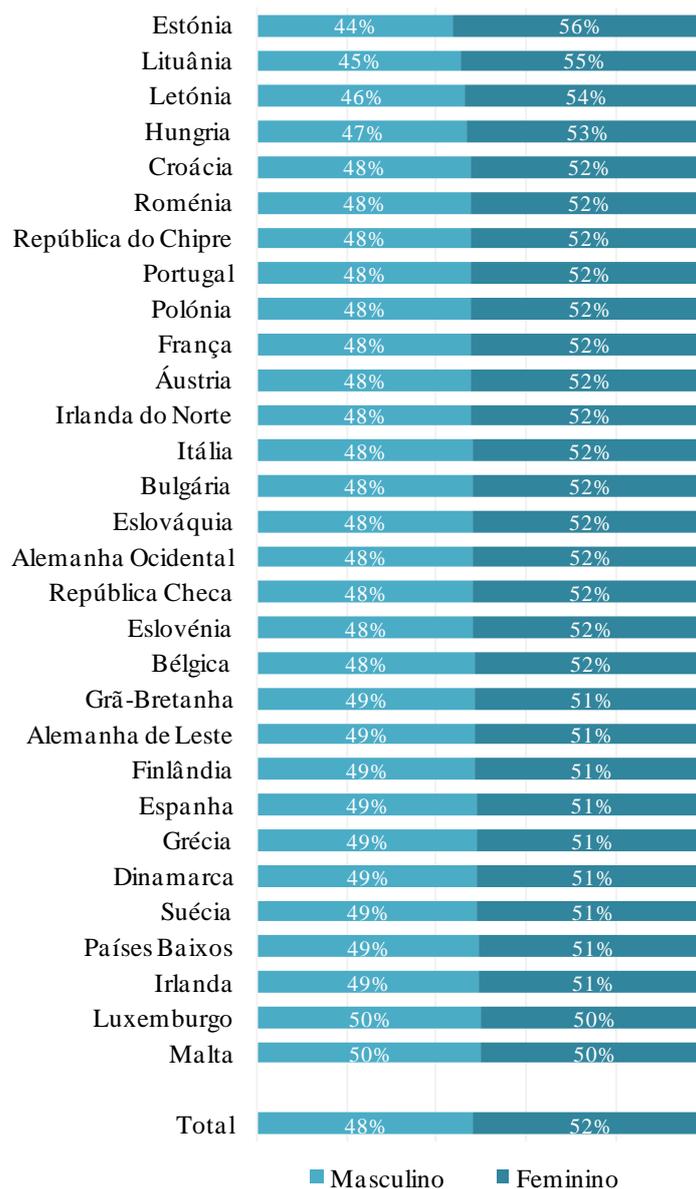


Figura 1. Representação da distribuição dos respondentes pela variável sexo em cada país

Tabela 6 encontram-se as medidas descritivas (média, mediana e desvio-padrão) para a variável idade em cada país inquirido. A Alemanha é o país com maior idade média, acima da média Europeia. O país mais jovem é a Letónia, onde em média os indivíduos têm cerca de 41 anos.

Tabela 6. Medidas descritivas da idade dos respondentes em cada país.

País	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Alemanha Ocidental	48.03	47.00	18.39
Alemanha de Leste	47.60	48.00	18.31
Suécia	46.91	46.00	18.48
Dinamarca	46.82	46.00	18.17
Finlândia	46.65	46.00	18.61
Bélgica	46.60	46.00	18.65
Grã-Bretanha	46.41	46.00	19.09
Itália	46.37	44.00	17.67
Bulgária	46.25	46.00	18.07
Espanha	45.85	43.00	19.07
Croácia	45.84	44.51	18.49
França	45.52	43.00	18.96
Eslovénia	45.45	45.00	18.09
Portugal	45.21	43.00	18.97
Luxemburgo	45.16	43.83	18.19
Hungria	45.12	45.00	18.64
Grécia	45.09	43.00	18.69
Áustria	45.08	43.00	17.51
Países Baixos	44.89	43.00	17.70
Irlanda do Norte	44.80	42.33	18.59
Malta	44.76	46.08	19.25
Estónia	44.64	43.37	18.86
Lituânia	44.12	42.00	18.59
República Checa	44.10	43.29	17.95
Roménia	43.87	43.00	17.80
Polónia	43.50	43.00	18.28
República do Chipre	42.74	41.14	17.88
Eslováquia	42.11	41.00	17.56
Irlanda	41.85	39.07	17.89
Letónia	40.72	39.40	17.01
Total	45.82	45.00	18.49

No que diz respeito ao nível de formação académica dos indivíduos do país em estudo, foi perguntado aos respondentes qual a idade com que terminaram os seus estudos a tempo inteiro⁶.

Tabela 7. Medidas descritivas da idade de término de formação académica dos respondentes em cada país

País	Média	Mediana	Desvio-Padrão
Dinamarca	23.54	22.00	7.35
Suécia	22.23	20.00	7.34
Finlândia	21.19	20.00	6.17
Países Baixos	19.92	19.00	4.40
Estónia	19.20	18.00	3.82
Eslovénia	19.08	19.00	3.73
Bélgica	18.87	18.00	3.43
Eslováquia	18.82	18.00	2.47
República Checa	18.81	18.00	3.00
Roménia	18.70	18.00	4.51
Luxemburgo	18.65	18.00	5.31
França	18.63	18.00	4.02
Bulgária	18.53	18.00	4.78
Lituânia	18.51	18.00	3.76
Polónia	18.46	18.00	3.60
Letónia	18.40	18.00	3.23
Alemanha Ocidental	18.40	17.00	4.45
Alemanha de Leste	18.29	16.00	4.61
Irlanda	17.87	17.57	3.39
Croácia	17.84	18.00	5.95
Hungria	17.63	18.00	2.99
Grécia	17.63	18.00	4.86
Áustria	17.59	17.00	3.23
República do Chipre	17.56	18.00	4.23
Grã-Bretanha	17.55	16.00	4.11
Irlanda do Norte	17.27	16.00	3.28
Itália	17.11	18.00	5.11
Malta	16.98	16.00	4.00
Espanha	15.92	16.00	5.72
Portugal	14.54	14.00	5.38
Total	18.05	18.00	4.78

⁶ Foi feita uma recodificação desta variável em que todos os indivíduos que responderam ainda estar a estudar, tendo um código específico para essa situação, foi transformado o valor para a sua idade no momento do inquérito. Os respondentes que responderam que nunca frequentaram o ensino a tempo inteiro foram codificados com valor nulo.

A nível político, aos indivíduos de cada país foi-lhes pedido para se posicionarem numa escala de 1 a 10, em que 1 seria encontrar-se totalmente à esquerda no espectro político e 10 totalmente à direita.

Tabela 8. Medidas descritivas do posicionamento político dos respondentes de cada país

País	Média	Mediana	Desvio-Padrão	% Recusas	% Não sei
Alemanha de Leste	4.40	5.00	1.69	4%	3%
Espanha	4.47	5.00	1.80	13%	14%
Bulgária	4.79	5.00	2.34	12%	26%
Alemanha Ocidental	4.88	5.00	1.52	4%	5%
Países Baixos	5.00	5.00	2.01	1%	4%
Áustria	5.06	5.00	1.89	5%	11%
França	5.07	5.00	1.95	5%	12%
Eslováquia	5.09	5.00	2.19	10%	10%
Irlanda do Norte	5.10	5.00	1.57	1%	23%
Bélgica	5.10	5.00	1.89	4%	6%
Grã-Bretanha	5.16	5.00	1.75	2%	14%
Portugal	5.16	5.00	2.25	7%	25%
Luxemburgo	5.17	5.00	1.71	8%	15%
República do Chipre	5.18	5.00	2.94	33%	5%
Eslovénia	5.20	5.00	2.35	23%	13%
Croácia	5.24	5.00	2.35	11%	23%
Suécia	5.32	5.00	2.27	1%	5%
Itália	5.37	5.00	2.55	21%	10%
Lituânia	5.49	5.00	2.62	8%	42%
Malta	5.54	5.00	2.48	9%	36%
Finlândia	5.57	5.00	1.93	6%	10%
Dinamarca	5.68	6.00	2.07	1%	4%
Grécia	5.77	5.00	2.27	23%	3%
Hungria	5.87	6.00	2.35	14%	12%
Irlanda	5.87	6.00	1.95	3%	26%
Polónia	5.88	5.00	2.45	4%	30%
República Checa	6.01	6.00	2.49	5%	6%
Estónia	6.08	6.00	2.22	3%	24%
Roménia	6.12	6.00	2.41	8%	38%
Letónia	6.32	6.00	2.10	30%	5%
Total	5.18	5.00	2.09	8%	14%

Como se pode constatar na Tabela 8, todos os países se encontram muito próximos do centro da escala, sendo os indivíduos da Alemanha de Leste aqueles que se consideram politicamente mais de esquerda. Por outro lado, o país com uma média mais elevada (mais posicionado à direita) é a Letónia, seguida da Roménia e da Estónia.

Nesta variável importa notar as diferenças que existem na proporção de indivíduos que se recusam a responder ou que não sabem como se posicionar politicamente: países como a

República do Chipre, Letónia, Grécia e Eslovénia são países que têm uma elevada percentagem de recusas a esta questão, face aos restantes países. Já no que toca à indefinição de um posicionamento político, o número de respostas sobe para níveis ainda superiores às recusas, onde se pode ver que os participantes da Lituânia, Roménia, Malta e Polónia são os que se encontram mais indefinidos.

A temática que neste trabalho se trata está intimamente relacionada com as experiências pessoais dos indivíduos, nomeadamente com o seu estado financeiro, pois acredita-se que este pode ter influência na forma como as pessoas pensam sobre a pobreza, nomeadamente, nas atribuições que fazem às causas da pobreza (Morçöl, 1997; Niemelä, 2008; Halman e van Oorschot, 1999). Para isso, utilizou-se uma questão que inquiria os participantes sobre o modo como geriam as suas contas e compromissos financeiros, sendo as respostas possíveis de acordo com a situação económica do seu agregado familiar:

- Estou/estamos a aguentar-nos sem qualquer dificuldade;
- Estou/estamos a aguentar-nos mas lutando para o fazer de vez em quando;
- Estou/estamos a aguentar-nos mas numa constante luta;
- Estou/estamos a deixar de pagar algumas contas e compromissos de créditos;
- Estou/estamos a ter problemas financeiros sérios e estamos a deixar de pagar muitas contas e compromissos de créditos;
- Não sei.

Na Figura 2 podemos ver que as respostas dos indivíduos diferem bastante entre os vários países em estudo: o país com maior número de pessoas com problemas financeiros com maior gravidade é a Bulgária, seguida da Roménia e Grécia. Na Bulgária, 96% das pessoas referem estar a passar por dificuldades, no mínimo, de vez em quando, seguida da Roménia com 90% de pessoas nestas condições. Se considerarmos as quatro situações possíveis de vivência de dificuldades (problemas sérios, pagamentos em atraso, constante luta, problemas de vez em quando), podemos ver que são precisamente os países com valor mais elevado no IDH que passam por menos dificuldades financeiras. Contudo, no caso da Irlanda, o país com IDH mais elevado, cerca de metade dos seus cidadãos referem passar, no mínimo, por

algumas dificuldades de vez em quando, tal como a percentagem de pobreza apresentada anteriormente fazia antever.

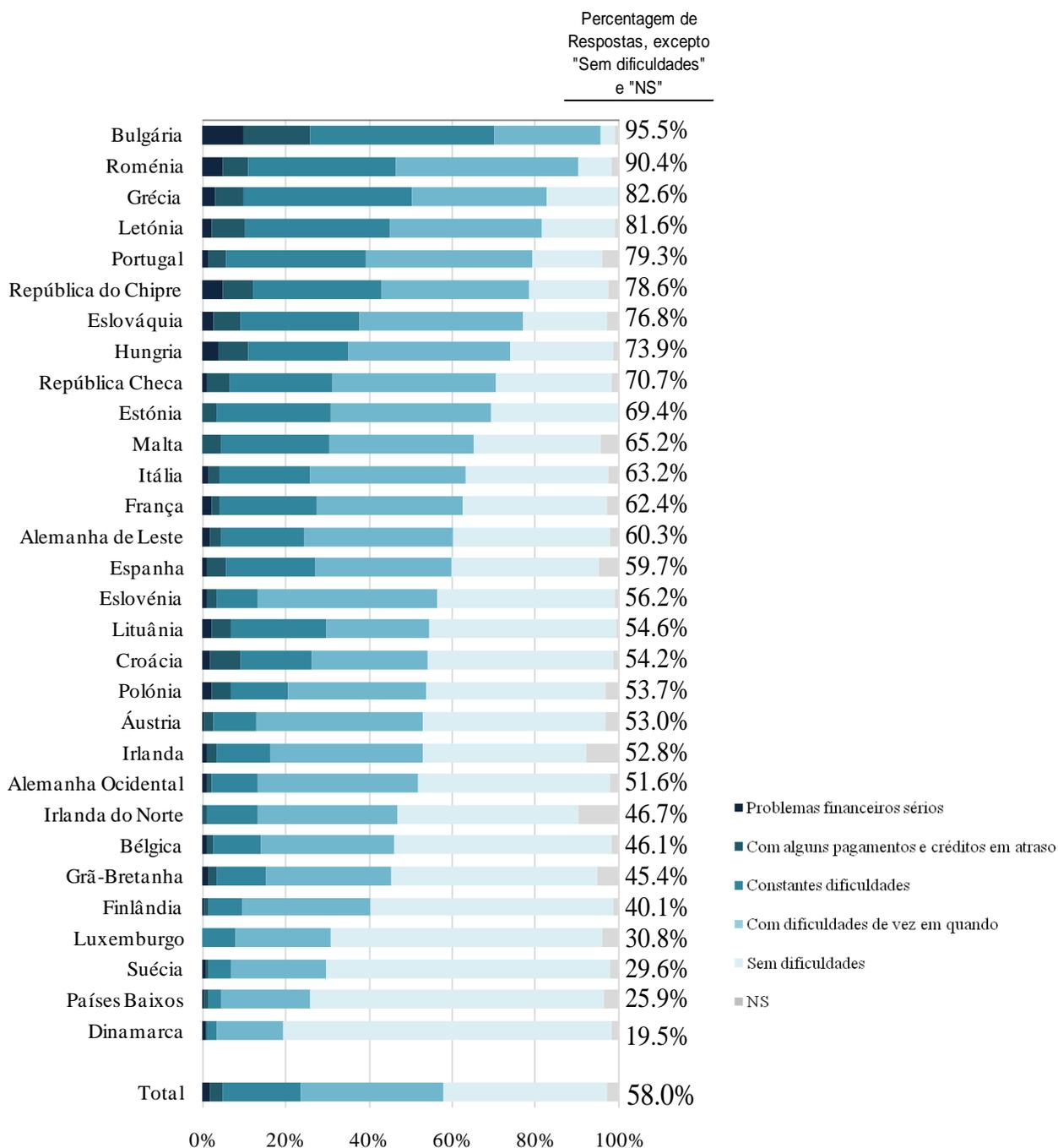


Figura 2. Situação financeira dos respondentes, em cada país

4.3. Medidas

O inquérito aplicado neste estudo contém um elevado número de questões acerca da pobreza, mais concretamente sobre a percepção que as pessoas têm sobre a pobreza e os pobres, em que condições vivem, qual o limiar para se considerarem pobres, o que é que as pessoas privilegiam para uma boa qualidade de vida, a sua situação económica pessoal, entre outras questões relacionados com esta problemática. Neste conjunto de questões, os indivíduos foram também questionados acerca da sua percepção sobre quais as causas da pobreza, podendo estas ser enquadradas nos três tipos de explicações já referidas: individualista, estruturalista e fatalista.

Na análise de dados que se apresenta de seguida, foi utilizado um conjunto de questões retiradas de uma questão de resposta múltipla⁷. De uma questão onde se inquiria os indivíduos acerca de quais as razões que melhor podiam explicar porque é que as pessoas são pobres ou excluídas da sociedade, foram escolhidas seis respostas possíveis, como se pode ver na Tabela 9.

Tabela 9. Variáveis dicotómicas dependentes

Estruturalista	Benefícios sociais / pensões não são suficientemente altos no nosso país
	Os seus trabalhos actuais não pagam o suficiente
Individualista	Sofrem de alcoolismo, abuso de drogas ou outros vícios
	Eles não fazem o suficiente para ultrapassar os problemas
Fatalista	Sofrem de doença de longa duração ou alguma incapacidade
	Sofreram alguma ruptura familiar, ou perderam um membro da família

A escolha das variáveis a utilizar na análise foi feita com base na análise descritiva das mesmas, nomeadamente na frequência de respostas a cada uma das opções quer a nível global, quer ao nível do país, verificando a existência ou não de alguma heterogeneidade entre os países na percentagem de respostas afirmativas. Um dos aspectos importantes também na escolha das variáveis a analisar foi a sua clara classificação numa das tipologias

⁷ Esta questão é uma questão de resposta múltipla, na qual os indivíduos tinham de escolher as três opções que mais representavam a sua opinião.

das atribuições propostas na revisão de literatura, não incluindo razões que pudessem ser ambíguas na perspectiva que indiciava⁸. Optou-se ainda por considerar o mesmo número de variáveis para cada um dos tipos de atribuições, tendo sido escolhidas duas variáveis nominais de cada um dos tipos, como se pode ver na Tabela 9⁹. Estas variáveis são dicotómicas, sendo as opções de resposta *Sim* ou *Não*.

Relativamente às primeiras duas variáveis cujas respostas indicam uma explicação da pobreza através de causas estruturais ou sociais (ver Figura 4 e Figura 3), verifica-se que há um maior número de indivíduos nos países da Europa de Leste a responder afirmativamente que a causa da pobreza possa ser o facto dos benefícios sociais/pensões não serem muito elevados no seu país, principalmente nos países balcânicos como a Grécia, Bulgária, Roménia, Croácia além da Letónia e do Chipre, onde mais de metade da população destes países atribuiu à pobreza esta causa. Também em países como a Lituânia, a Polónia e a Itália, metade ou quase metade dos respondentes atribuíram esta causa à pobreza. Pelo contrário, aqueles que apresentaram uma menor percepção de que esta seria uma das causas da pobreza, com valores inferiores a 20%, são os países mais desenvolvidos da Suécia, Dinamarca, Países Baixos e Luxemburgo. No que diz respeito à percepção de que os salários baixos que os pobres recebem pelo seu trabalho são uma das causas da sua pobreza é um pouco menos referido pelos países balcânicos em relação à outra causa, surgindo, no entanto, a Grécia, o Chipre, a Roménia, a Bulgária e a Polónia com valores mais elevados e superiores a 40%. A esta causa surgem também países da Europa Central que a percebem como uma das causas principais, com mais de 40% de indivíduos a responder afirmativamente: França, Hungria, Alemanha de Leste, Itália e Portugal. Mais uma vez, os países mais desenvolvidos são aqueles que se apresentam com uma opinião não convergente com a perspectiva estruturalista.

⁸ Por exemplo: a razão “Os pobres têm muitos filhos” é por vezes utilizada neste tipo de estudos, e existe no questionário utilizado. Contudo, considerou-se que se torna ambígua, pois pode ser uma atribuição individualista porque não houve planeamento familiar, fatalista porque é algo que lhes sucede na vida, ou pode mesmo ser uma causa social, porque a sociedade não dá condições para se ter muitos filhos.

⁹ Para validar as decisões tomadas, optou-se ainda por introduzir todas as variáveis no modelo de modo a verificar o seu grau de importância na distinção entre os segmentos. As variáveis que não contribuíam para a análise da heterogeneidade, sendo as probabilidades de resposta semelhantes em todos os segmentos, foram retiradas da análise.

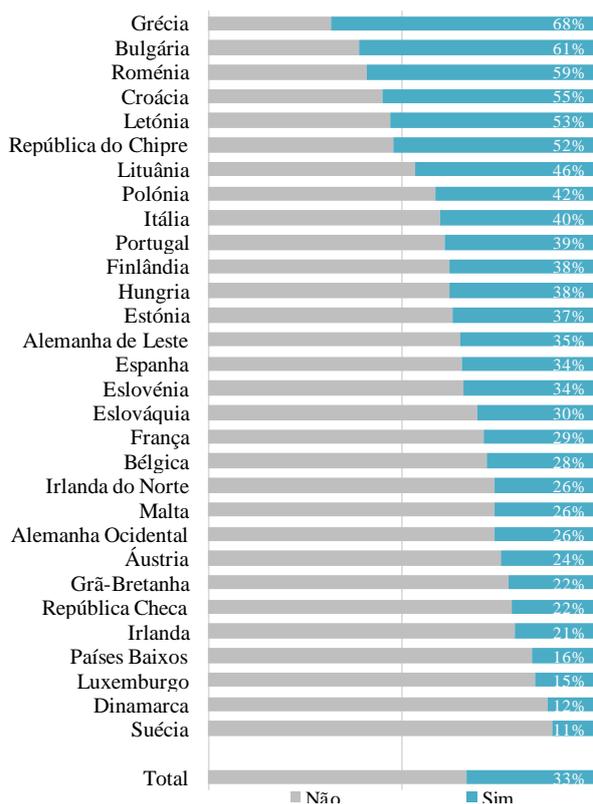


Figura 4. Explicação estruturalista: Benefícios sociais/pensões não são suficientemente altos no nosso país (% de respostas em cada país)

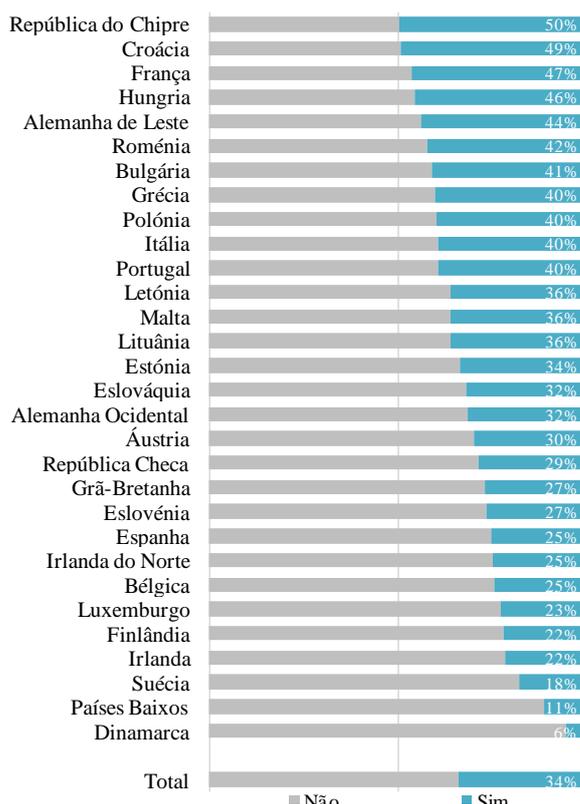


Figura 3. Explicação estruturalista: Os seus trabalhos actuais não pagam o suficiente (% de respostas em cada país)

No que diz respeito às variáveis de cariz mais individualista (ver Figura 5 e Figura 6), em que os respondentes demonstram atribuir a pobreza a causas relacionadas sobretudo com os próprios pobres, verifica-se que países como a Dinamarca, Suécia, Estónia e Finlândia são aqueles em que um maior número de pessoas, perto de 60%, considera que o facto dos pobres sofrerem de alcoolismo, abuso de drogas ou outros vícios é precisamente a causa principal da sua pobreza.

A outra causa individualista examinada, que considera que os indivíduos mais necessitados não fazem o suficiente para ultrapassar os seus problemas, é uma causa que não é muito indicada pelos indivíduos em geral. Contudo, esta é mais apoiada em países da ex-Europa de Leste como a República Checa, Lituânia, Estónia e Eslovénia, com cerca de um quarto dos respondentes que a indicam como uma das principais causas da pobreza.

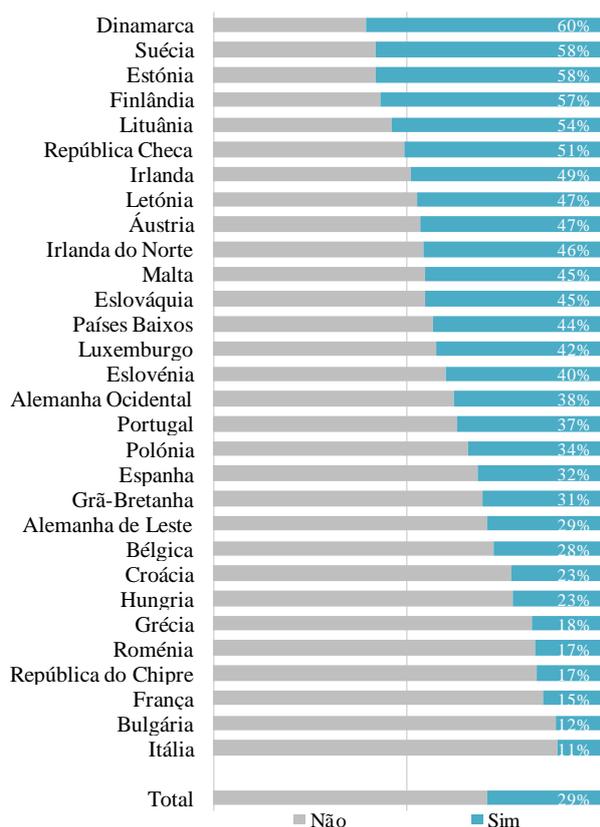


Figura 5. Explicação individualista: Sofrem de alcoolismo, abuso de drogas ou outros vícios (% de respostas em cada país)

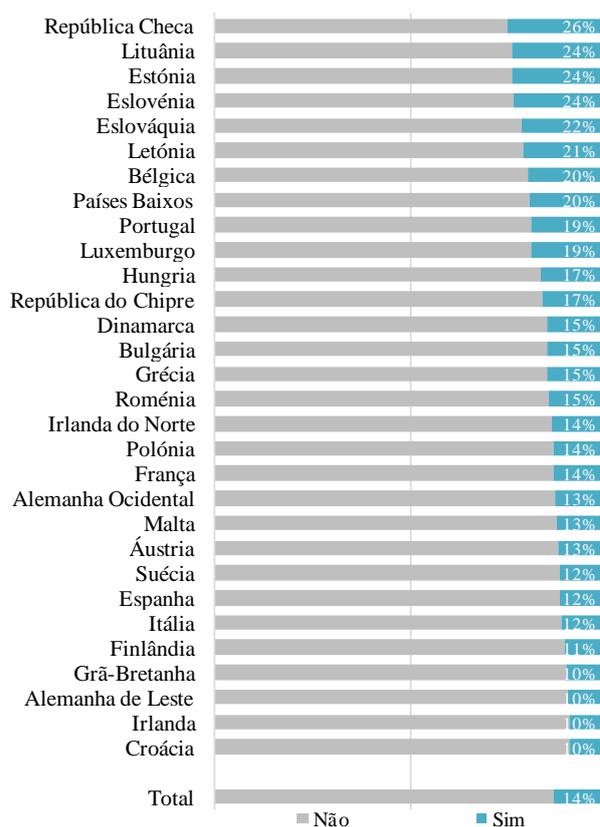


Figura 6. Explicação individualista: Eles não fazem o suficiente para ultrapassar os problemas (% de respostas em cada país)

Por fim, os países que revelam uma explicação da pobreza com base na incapacidade ou doença dos próprios pobres (ver Figura 7) são os países mais desenvolvidos, onde perto de 50% dos indivíduos apoiam esta visão: Países Baixos, Suécia, Dinamarca e Finlândia. Também na República do Chipre, cerca de metade das pessoas pensam que esta é uma das causas principais da pobreza. Por outro lado, os países que apresentam menos esta visão fatalista da pobreza são a Roménia, Espanha e Itália com apenas cerca de 15% dos indivíduos a considerarem que esta é uma das causas principais da pobreza. Apesar de menos referenciada pelos indivíduos de cada país, a ruptura familiar ou perda de alguém próximo (ver Figura 8), é vista como uma das causas principais nos Países Baixos, Malta e Bélgica com 30% ou mais dos indivíduos de cada um dos países a responder afirmativamente.

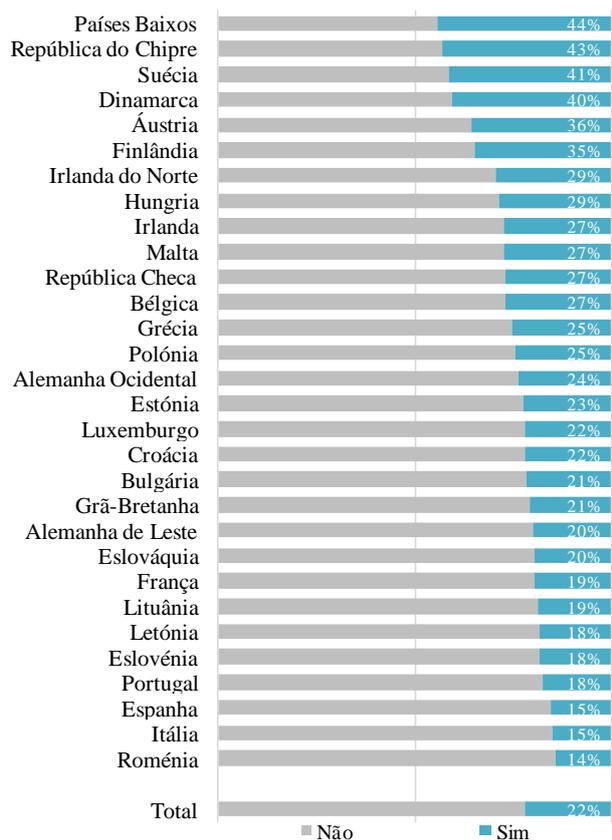


Figura 7. Explicação fatalista: Sofrem de doença de longa duração ou alguma incapacidade (% de respostas em cada país)

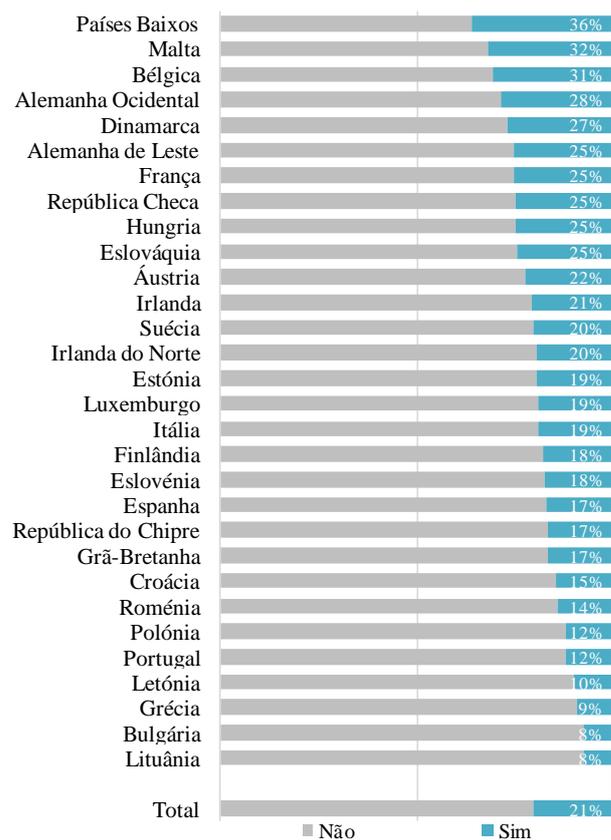


Figura 8. Explicação fatalista: Sofreram alguma ruptura familiar, ou perderam um membro da família (% de respostas em cada país)

Na análise, também foi considerada uma outra variável à qual os respondentes deram a sua opinião sobre o porquê de existirem pessoas que vivem com necessidades, indicando uma de quatro possibilidades. Trata-se de uma variável nominal com cinco categorias de resposta possíveis (incluiu-se a categoria ‘Não Sei’). As opções de respostas enquadram-se na tipologia proposta por van Oorschot e Halman (2000), onde há um cruzamento entre duas dimensões: *Individualismo vs Estruturalismo* e *Culpa vs Fatalismo* e são:

- Pouca sorte (Individualista/Fatalista);
- Preguiça e pouca vontade (Individualismo/Culpa);
- Sociedade injusta (Estruturalista/Culpa);
- Faz parte do progresso (Estruturalista/Fatalista).

Também nesta variável se podem ver as diferenças das percepções das causas de pobreza entre os vários países (ver Figura 9).

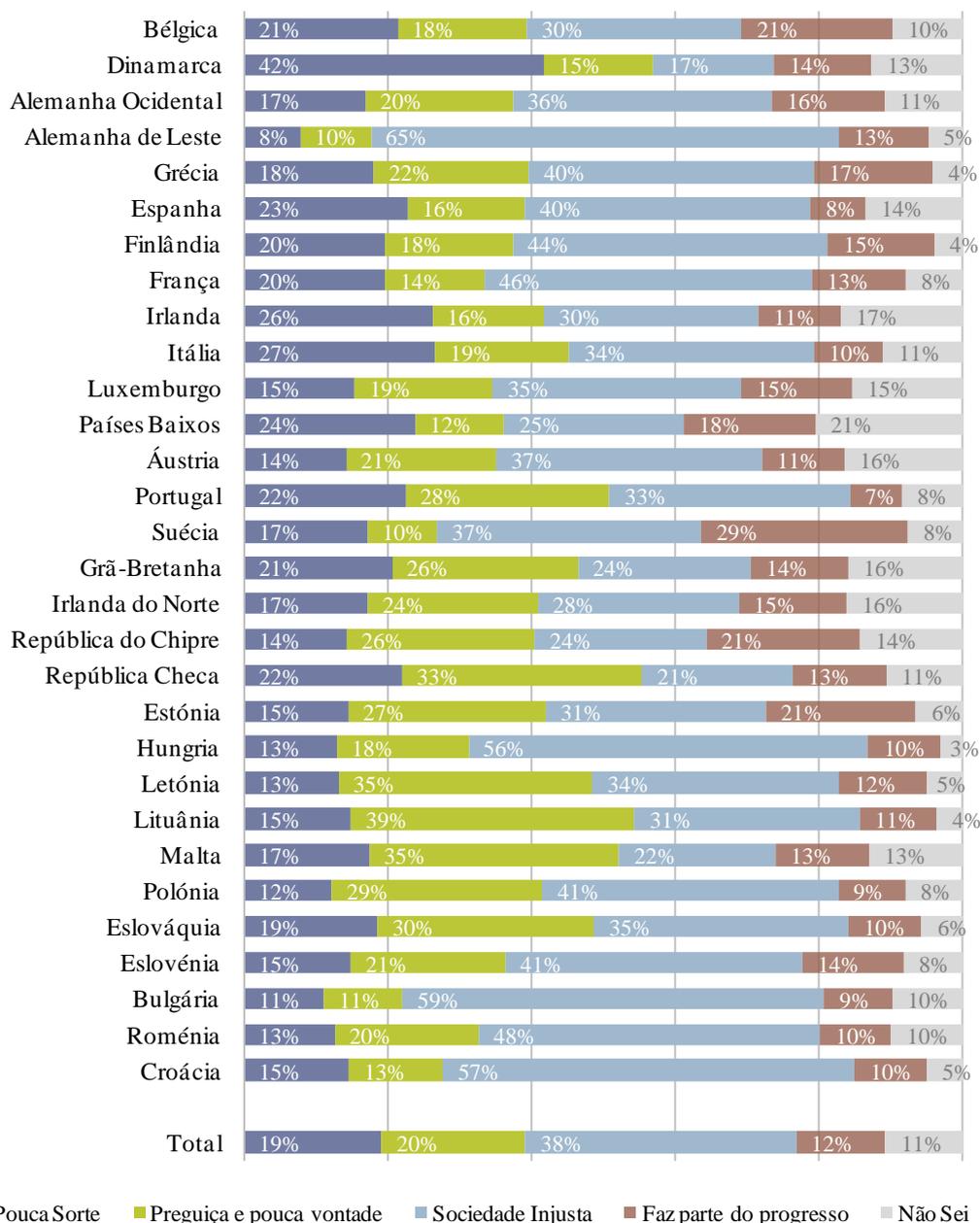


Figura 9. Explicação da existência de pessoas que vivem com necessidades (% de respostas em cada país)

Relativamente à atribuição das causas da pobreza à pouca sorte dos próprios sujeitos, o país em que esta opinião é largamente mais evidente é na Dinamarca, com 42% dos seus cidadãos a pensarem deste modo e aquele que responde em menor grau a esta opção é a região da Alemanha de Leste (8%). Relativamente à atribuição da pobreza à preguiça e pouca vontade dos pobres, os países que são mais desta opinião são a Lituânia, Malta e Letónia, com 35% ou mais dos indivíduos a considerarem esta como a causa de existência de pessoas a passarem necessidades. Mais uma vez a Alemanha de Leste juntamente com a Suécia são os que

concordam menos com esta opção, sendo que só 10% dos respondentes destes *países* a indicam. A Alemanha de Leste é precisamente o *país* que considera em maior grau que as causas de haver pessoas a passarem necessidades são provenientes da própria sociedade e das suas injustiças, com 65% dos indivíduos a responderem afirmativamente a esta opção de resposta. Seguem-se a esta região, a Bulgária, Croácia e Hungria com mais de metade das pessoas a responderem também afirmativamente a esta causa. Aqueles que atribuem em menor grau esta causa estruturalista à pobreza são os respondentes da Dinamarca (17%). Em geral, esta é a opção mais escolhida entre os respondentes. Pelo contrário, a explicação de que a pobreza faz parte do progresso é a explicação menos referida pelos indivíduos em geral, sendo que o país que mais referencia esta causa é a Suécia (29%) e o que faz menos referência é Portugal (7%).

5. Resultados e discussão

5.1. Seleção do modelo

A análise multinível com classes latentes, tal como indicado previamente, foi a metodologia adoptada para o estudo das atribuições dos indivíduos às causas da pobreza, de modo a compreender quais as semelhanças e diferenças entre os indivíduos dentro de cada país em análise e, ao mesmo tempo, quais as semelhanças e diferenças entre os vários países europeus. Procedeu-se à estimação de vários modelos multinível com classes latentes analisando várias combinações do número de segmentos ao nível dos indivíduos ($T=1, \dots, 10$) e do número de segmentos ao nível dos países ($M=1, \dots, 10$).

Na Tabela 10 são apresentados os valores do indicador BIC para cada combinação de T e M .

Tabela 10. Indicador BIC para os modelos estimados

Segmentos ao nível do indivíduo ($T=1, \dots, 10$)	Segmentos ao nível do país ($M=1, \dots, 10$)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	<u>268029.4</u>	268039.6	268049.8	268060.1	268070.3	268080.5	268090.8	268101.0	268111.2	268121.5
2	263092.7	261367.6	260974.9	260867.9	<u>260860.6</u>	260864.9	260878.0	260895.0	260911.8	260932.3
3	261854.7	260049.3	259657.9	259522.2	259432.5	259364.1	<u>259334.0</u>	259347.8	259362.6	259383.2
4	260960.2	259298.5	258948.4	258620.4	258390.9	258327.2	258251.8	<u>258226.9</u>	258253.4	258262.3
5	260653.4	258835.0	258129.7	257752.7	257534.4	257447.5	257351.6	257325.9	257237.7	<u>257218.8</u>
6	260501.0	258536.0	257754.3	257221.7	256944.2	256829.2	256687.5	256583.9	<u>256514.2</u>	256538.8
7	260336.8	258424.7	257474.2	256918.8	256618.4	256372.3	256062.5	255949.5	255909.5	<u>255889.1</u>
8	260330.5	258294.7	257351.0	256838.3	256503.4	256240.4	255907.4	255710.9	255665.7	<u>255652.5</u>
9	260266.5	258232.6	257286.0	256784.7	256459.0	256067.9	255866.7	255604.0	255476.4	<u>255435.0</u>
10	260169.0	258167.4	257271.3	256648.4	256275.2	256071.1	255701.5	<u>255349.2</u>	255376.9	255412.1

O valor mínimo da medida de ajustamento, neste caso o BIC, indicaria o modelo que melhor se ajustaria aos dados, contudo, não se tendo obtido esse valor mínimo, complementou-se a análise destes valores com uma análise das dimensões e perfis apresentados para os segmentos ao nível dos países e dos indivíduos¹⁰.

Assim, começou-se por optar por um número de segmentos de indivíduos igual a $T = 7$, pois como se pode ver pela Figura 10, este parece ser o momento a partir do qual o BIC passa a

¹⁰ Foram obtidos resultados semelhantes para as restantes medidas de ajustamento, não se tendo em nenhuma delas obtido um valor mínimo.

sofrer um decréscimo de pouca relevância. Assim, condicionando a solução a $T = 7$, as melhores soluções a considerar poderiam ser com $M = 6$, $M = 7$ ou $M = 8$, como se pode ver pela Figura 11, a partir de $M = 8$, o BIC deixa de reduzir expressivamente.

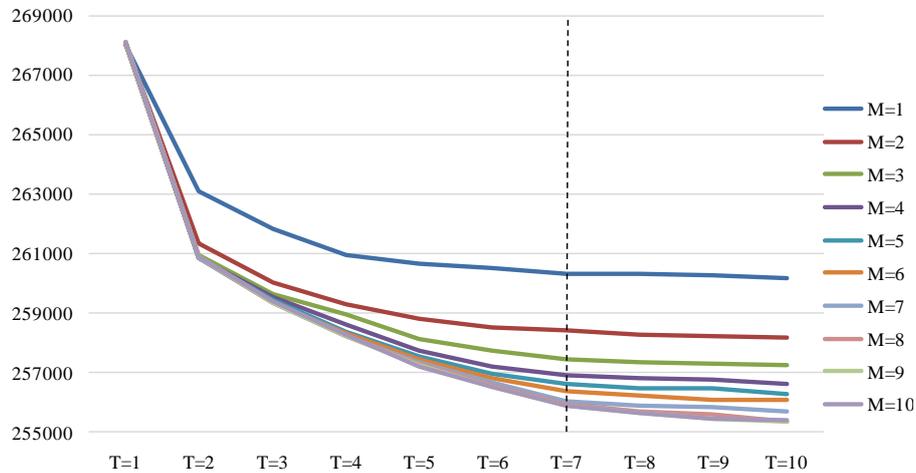


Figura 10. Declive do indicador BIC ao nível dos indivíduos

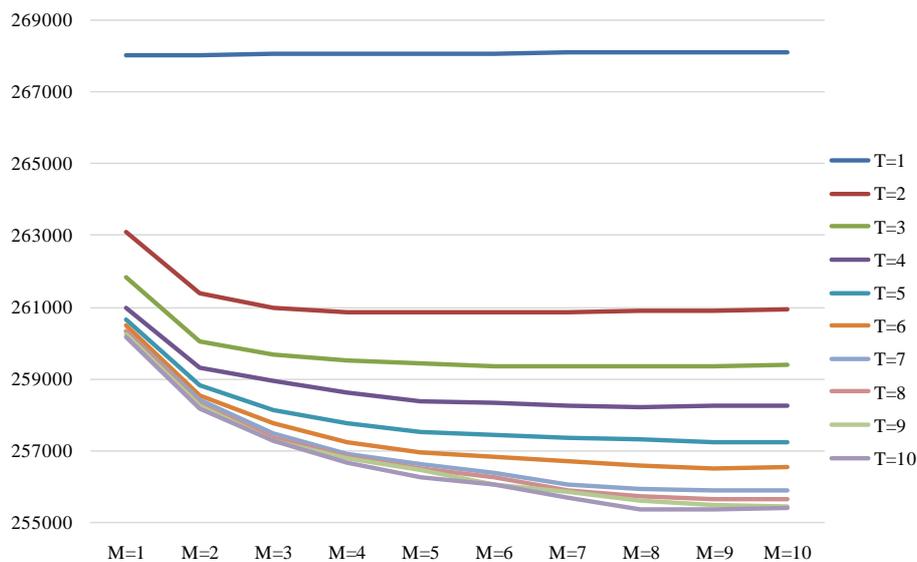


Figura 11. Declive do indicador BIC ao nível dos países

Tendo em consideração que a diferença entre os valores do BIC de cada uma destas soluções é mínima, optou-se por seleccionar a melhor solução com base no perfil de países apresentado. Assim, optou-se por eliminar a solução com $M = 8$, pois esta continha 3 classes latentes que continham apenas um país em cada uma delas. Da mesma forma, a solução com $M = 7$, apresentava também um segmento com um único país, e apresentava segmentos que ao nível da sua interpretação substantiva não constituíam uma boa segmentação.

Apresentando-se a solução com $M = 6$ como uma melhor solução ao nível substantivo, pela conjugação de critérios de ajustamento do modelo, como uma solução de $M = 7$ não se apresenta com melhorias efectivas optou-se pela solução com uma estrutura de seis segmentos ao nível dos países e sete segmentos ao nível dos indivíduos. Deste modo, foi possível reduzir o número de parâmetros a estimar, passando-se de uma solução com 125 parâmetros para outra com 111 parâmetros estimados.

Assim, de seguida, serão apresentados os resultados relativos ao modelo com seis segmentos de países e sete segmentos de indivíduos, por se considerar ser a solução mais apropriada.

5.2.Segmentos ao nível dos indivíduos

Ao nível dos indivíduos, e tal como já foi referido, considerou-se a existência de sete segmentos de indivíduos ($T=7$). Analisando as probabilidades de cada indivíduo pertencer a determinado segmento do nível inferior [$P(X_{ij} = t)$], verifica-se que 20% dos indivíduos pertencem ao segundo segmento, sendo este o de maior dimensão (Tabela 11). O quarto segmento é o que apresenta menor dimensão com apenas 7% dos indivíduos.

Tabela 11. Probabilidades dos segmentos ao nível do indivíduo

	$t = 1$	$t = 2$	$t = 3$	$t = 4$	$t = 5$	$t = 6$	$t = 7$
$P(X_{ij} = t)$	0.202	0.187	0.173	0.072	0.123	0.163	0.081

A percepção dos diferentes segmentos acerca das causas da pobreza pode ser vista na Tabela 12 e Tabela 13. Na Tabela 12 são apresentadas as probabilidades de resposta afirmativa [$\theta_{1t} = (P(Y_{ij} = 1 | X_{ij} = t))$] a cada uma das causas da pobreza sobre as quais os indivíduos foram questionados, para cada um dos segmentos ao nível inferior. Na Tabela 13 apresentam-se as probabilidades de resposta a cada uma das possibilidades de resposta ($s = 1, \dots, 5$) da pergunta sobre o porquê da existência de pessoas a viverem com necessidades, em cada um dos segmentos ao nível dos indivíduos.

Tabela 12. Segmentos dos indivíduos e probabilidades de resposta positiva às variáveis dado o segmento de pertença

Atribuições	Segmentos ao nível dos indivíduos							Agregado
	1	2	3	4	5	6	7	
Benefícios sociais / pensões não são suficientemente altas no nosso país.	0.844	0.002	0.019	0.159	0.176	0.737	0.251	0.348
Os seus trabalhos actuais não pagam o suficiente.	0.000	0.581	0.000	0.304	0.133	0.998	0.329	0.336
Sofrem de alcoolismo, abuso de drogas ou outros vícios.	0.226	0.286	0.615	0.129	0.884	0.054	0.002	0.332
Eles não fazem o suficiente para ultrapassar os problemas.	0.029	0.000	0.119	0.998	0.278	0.029	0.063	0.142
Sofrem de doença de longa duração ou alguma incapacidade.	0.280	0.266	0.419	0.109	0.110	0.125	0.135	0.231
Sofreram alguma ruptura familiar, ou perderam um membro da família.	0.197	0.260	0.361	0.097	0.143	0.058	0.228	0.203

Tabela 13. Segmentos dos indivíduos e probabilidades de resposta a cada um dos itens da questão dado o segmento de pertença

Atribuições	Segmentos ao nível dos indivíduos							Agregado
	1	2	3	4	5	6	7	
Pouca sorte	0.179	0.152	0.296	0.124	0.099	0.117	0.296	0.180
Preguiça e pouca vontade	0.106	0.135	0.162	0.448	0.593	0.087	0.154	0.206
Sociedade injusta	0.537	0.468	0.202	0.202	0.166	0.606	0.284	0.387
Faz parte do progresso	0.117	0.145	0.174	0.149	0.071	0.130	0.087	0.129
Não sei	0.061	0.100	0.166	0.076	0.072	0.060	0.180	0.098

Num primeiro momento, a observação dos resultados permite-nos concluir que os segmentos dos indivíduos se dividem naqueles que têm uma perspectiva mais individualista das causas da pobreza e aqueles que, por outro lado, defendem que as causas da pobreza estão mais relacionadas com a própria sociedade. Assim, podemos dizer que o primeiro, segundo e sexto segmentos são aqueles em que os indivíduos têm visões mais estruturalistas enquanto o terceiro, quarto e quinto segmento vêem as causas da pobreza como consequentes de acções dos próprios pobres. As causas fatalistas são apenas mencionadas pelo terceiro segmento. Relativamente à sétima classe latente, globalmente, pode ser caracterizada precisamente por não se apresentar com uma visão demarcada em nenhuma das opções aqui consideradas.

Centrando-nos agora nos segmentos estruturalistas, o primeiro segmento, e o de maior dimensão, é aquele que atribui as causas da pobreza essencialmente ao facto das pensões ou benefícios sociais não serem suficientemente altos no seu país, com uma probabilidade muito elevada (0.84). Contudo, a probabilidade de indicarem que a pobreza se deve ao facto dos salários serem baixos (outra causa social) é nula. Este grupo tem ainda uma probabilidade, acima do valor agregado, para indicar causas fatalistas como a posse de uma doença/incapacidade (0.28). Pode evidenciar-se a sua tendência estruturalista pelo facto do segmento ter também uma elevada probabilidade (0.54) dos indivíduos dizerem que a causa de existirem pessoas a passar necessidades é a injustiça da sociedade.

O segundo segmento é aquele que apresenta uma maior dimensão (0.19) e caracteriza-se por apresentar um perfil de indivíduos que, ao contrário do anterior, atribui como causa principal da pobreza os baixos salários recebidos por estas pessoas (0.58) e apresenta uma probabilidade nula de possuir indivíduos que considerem que a culpa está nas baixas pensões atribuídas no seu país. Esta classe atribui também à pobreza causas fatalistas como doença/incapacidade (0.27) ou problemas a nível familiar, como rupturas ou perdas de algum membro (0.26). Neste segmento, mais de um quarto dos indivíduos é ainda de opinião que uma causa possível é o facto dos pobres ou excluídos socialmente o serem devido ao seu consumo de drogas ou álcool (0.29), estando contudo semelhante ao total da amostra. No que toca à questão sobre a existência de pessoas a viverem necessidades, este segmento apresenta opiniões heterogéneas, no entanto cerca de metade dos indivíduos é da opinião que a causa principal é o facto de vivermos numa sociedade injusta (0.47).

O sexto segmento, também com uma visão estruturalista, distingue-se destes dois por considerar importantes as duas causas da pobreza referidas, com uma elevada probabilidade para ambas, como se pode ver na Tabela 12. Como causa principal, existe uma probabilidade quase total (0.998) dos indivíduos indicarem que uma das principais causas é o facto de os pobres não receberem salários suficientes pelos trabalhos que fazem, seguida do facto dos benefícios sociais ou pensões não serem suficientemente altos no seu país, com uma elevada probabilidade também (0.74). Para este grupo, a probabilidade de se encontrarem indivíduos que defendam qualquer das causas individualistas é nula, pelo que se pode considerar como sendo o mais estruturalista de todos os grupos encontrados. Quando lhes é perguntado sobre as causas da existência de pessoas a viver com necessidades, é bastante provável encontrar indivíduos que referem que é devido à injustiça da sociedade (0.61). Este segmento é, de todos, aquele que tem uma visão mais estruturalista das causas da pobreza.

No que diz respeito aos segmentos já indicados como se destacando por ter uma visão mais individualista em relação aos restantes segmentos, aquele que atribui a pobreza às duas causas possíveis analisadas, é precisamente o quinto segmento encontrado aquele que tem uma dimensão de 12% do total dos respondentes. Este pode ser visto como o segmento de indivíduos que atribui em maior grau causas de ordem individual: com uma probabilidade de 0.88, os indivíduos deste segmento consideram que a razão que melhor pode explicar porque é que as pessoas são pobres ou excluídas da nossa sociedade é o facto de estas incorrerem em vícios como o abuso de droga ou álcool. Segue-se a esta razão principal, a opinião de que os pobres não fazem o suficiente para ultrapassarem os seus problemas, havendo uma probabilidade de 0.28 para os indivíduos indicarem esta razão. Esta foi a razão menos assinalada por todos os indivíduos, e este foi o segmento que a indicou em maior grau relativamente ao total da amostra. Do mesmo modo, os indivíduos que pertencem a este segmento, quando questionados acerca da razão pela qual existem pessoas que vivem com necessidades, apresentam também uma elevada probabilidade (0.59) de referirem que tal acontece devido à sua preguiça e pouca vontade. Neste segmento, as outras razões são ainda mencionadas por alguns indivíduos, contudo apresentam uma probabilidade inferior às razões individualistas, sendo cada uma delas inferior a 0.17 e inferiores ao global da amostra. O segmento mais pequeno, com um peso de 7%, é o quarto grupo que se caracteriza sobretudo por considerar que os pobres o são devido à sua preguiça e pouca vontade, com uma probabilidade quase unitária. Tal como no segmento anterior, quando inquiridas sobre o porquê de existirem pessoas a passar necessidades, apresentam também uma elevada probabilidade (0.45) de referirem que tal acontece devido à sua preguiça e pouca vontade.

Ainda com uma visão individualista surge o terceiro grupo com a terceira maior dimensão igual a 17%. Este grupo não apresenta apenas uma visão individualista, mas destaca-se igualmente por ser o grupo em que a visão fatalista é mais forte em relação às restantes classes. Este caracteriza-se, então, pelo facto dos indivíduos considerarem que a razão que melhor pode explicar a existência de pobres e excluídos na nossa sociedade é o facto de as pessoas incorrerem em vícios como o abuso de droga ou álcool, com uma probabilidade de 0.62. Seguidamente, estes apresentam uma maior probabilidade de indicar que os pobres são pobres por motivos de doença ou incapacidade (0.42) e o facto de terem sofrido rupturas familiares ou perda de algum membro da família (0.36). De referir ainda que este é um dos segmentos que apresenta um maior número de pessoas que não sabe responder quando questionados sobre o porquê de existirem pessoas que vivem com necessidades (0.17). A esta

pergunta, os indivíduos têm uma probabilidade superior ao total da amostra (0.30) para referir que a causa principal é a pouca sorte dessas mesmas pessoas, indiciando mais uma vez a sua tendência fatalista. Mais dos que os restantes grupos, referem ainda que a pobreza faz parte do progresso (0.17).

Por fim, o sétimo segmento caracteriza-se precisamente pelo facto dos indivíduos não apresentarem uma posição marcada em nenhuma das variáveis aqui analisadas. Contudo, pode referir-se que este grupo tem uma probabilidade nula de considerar que as causas da pobreza podem estar associadas aos próprios pobres. Pode concluir-se que, tendo as seis questões sido retiradas de um conjunto de opções de resposta múltipla, este grupo tem uma visão que não se enquadra em nenhuma das variáveis escolhidas em particular, mas atribui à pobreza causas mais dispersas, apresentando um perfil mais plural de opiniões¹¹. Este grupo tem um peso relativamente pequeno representando 8% do total da amostra.

Concluindo, no que toca aos segmentos mais estruturalistas, podemos concluir que o primeiro segmento é aquele que acredita essencialmente que os pobres são vítimas das baixas prestações sociais do seu país, o segundo segmento crê que os pobres são explorados a nível profissional enquanto os indivíduos do sexto segmento consideram os pobres como vítimas da sociedade em termos gerais. Relativamente aos segmentos individualistas, o quinto segmento é aquele em que esta atribuição mais se destaca, atribuindo então à pobreza a preguiça, pouca vontade e comportamentos desviantes dos pobres. Podemos considerar então este grupo como aquele que considera os pobres culpados pela sua própria pobreza. O quarto segmento, de menor dimensão, considera quase exclusivamente que os pobres são preguiçosos e têm pouca vontade para ultrapassar os seus problemas, daí a sua pobreza. O terceiro segmento pode ser globalmente caracterizado por considerar que os pobres são viciados e ao mesmo tempo tiveram pouca sorte ao longo da sua vida. Por último, o sétimo segmento caracteriza-se por fazer uma atribuição da pobreza mais difusa mas nunca culpando os pobres. Em síntese, os segmentos originados nas análises futuras serão designados como se apresenta na Tabela 14.

¹¹ No Anexo encontram-se as frequências de respostas destes indivíduos às restantes questões não contempladas em análise, onde se pode ver a dispersão de respostas mencionada.

Tabela 14. Denominação dos segmentos ao nível dos indivíduos

Classes Latentes - Nível dos indivíduos	
1	Vítimas de prestações sociais baixas
2	Vítimas de salários baixos
3	Viciados, com pouca sorte
4	Preguiçosos e com pouca vontade
5	Culpados
6	Vítimas da sociedade
7	Tudo menos culpados

Dadas as diferenças encontradas entre os segmentos, para além da influência que a cultura possa trazer a esta matéria de estudo, torna-se importante conhecer quem são os indivíduos pertencentes a cada um destes grupos, quais as suas características sócio-demográficas. Assim, apresenta-se essa caracterização dos grupos em várias variáveis que se demonstraram na literatura como importantes na análise¹².

A primeira variável que se apresenta é a distribuição da variável sexo em cada um dos segmentos encontrados.

Tabela 15. Descrição das classes latentes ao nível dos indivíduos pela variável sexo

Classes Latentes - Nível dos indivíduos	Sexo	
	Masculino	Feminino
Vítimas de prestações sociais baixas	44.9%	55.1%
Vítimas de salários baixos	46.6%	53.4%
Vítimas da sociedade	46.9%	53.1%
Tudo menos culpados	50.0%	50.0%
Viciados, com pouca sorte	49.0%	51.0%
Preguiçosos e com pouca vontade	51.8%	48.2%
Culpados	49.9%	50.1%
Total	48.2%	51.8%

¹² De referir que, nas tabelas apresentadas com o perfil sócio-demográfico dos segmentos, estes são apresentados de forma reordenada, tendo em conta a sua percepção ser de carácter mais individualista ou estruturalista.

Pode verificar-se que todos os segmentos têm sensivelmente a mesma distribuição de indivíduos pelos dois sexos, sendo que as mulheres estão em todos os segmentos em maioria em relação aos homens, tal como na amostra global, à excepção do segmento que considera os pobres como preguiçosos e com pouca vontade. Apesar de esta variável não ser consensual na literatura, há porém quem indique que as mulheres tendem a perceber este fenómeno de modo mais estruturalista que os homens (Hunt, 1996; Reutter *et al.*, 2006). Como se pode ver na Tabela 15, neste caso tal não se verifica de forma tão evidente, contudo, comparativamente aos valores agregados do total da amostra, há uma ligeira sub-representação do sexo feminino nos segmentos com visões individualistas em que os pobres são vistos como culpados, como viciados e com azar e como preguiçosos e com pouca vontade. O segmento que se apresenta com uma diferença maior entre o sexo dos indivíduos é o segmento que acredita que os pobres são vítimas das baixas prestações sociais do país onde vivem, em que as mulheres estão em maioria.

No que diz respeito à situação económica dos participantes, os resultados são interessantes e coerentes com a bibliografia encontrada (Hunt, 1996; Bullock, 1999; Morçöl, 1997; Niemelä, 2008).

Tabela 16. Descrição das classes latentes ao nível dos indivíduos pela sua situação económica

Situação económica	Classes latentes - Nível dos indivíduos							Total
	Vítimas de prestações sociais baixas	Vítimas de salários baixos	Vítimas da sociedade	Tudo menos culpados	Viciados, com pouca sorte	Preguiçosos e com pouca vontade	Culpados	
Sem dificuldades	29.66%	39.68%	24.71%	40.87%	54.47%	42.77%	43.33%	39.06%
Com dificuldades de vez em quando	35.24%	36.26%	36.83%	33.27%	31.23%	32.98%	34.99%	34.39%
Constantes dificuldades	24.75%	16.43%	28.88%	17.55%	9.46%	17.97%	14.52%	18.65%
Com alguns pagamentos e créditos em atraso	4.94%	3.11%	4.89%	2.42%	1.54%	3.28%	2.31%	3.21%
Problemas financeiros sérios	4.12%	1.39%	2.97%	1.23%	0.43%	0.83%	0.76%	1.78%
Não sei	1.28%	3.13%	1.72%	4.65%	2.86%	2.17%	4.09%	2.91%

Conclui-se que o segmento que pensa que os pobres são viciados e com pouca sorte, transmitindo assim uma visão individualista e fatalista, é o grupo em que os indivíduos têm menos dificuldades económicas: pode concluir-se isso pela elevada percentagem de participantes que referem mesmo viverem sem dificuldades (55%) e da baixa percentagem de pessoas, em relação ao valor global, que referem todas as outras opções em que passam dificuldades pelo menos de vez em quando. Os restantes dois grupos de indivíduos com esta

perspectiva das causas da pobreza, também apresentam um elevado número de pessoas que referem não passar dificuldades económicas. De salientar que todos estes grupos apresentam um número bastante reduzido de indivíduos com problemas económicos sérios (valor inferior a 1%). Ao contrário, são os segmentos daqueles que consideram que os pobres são vítimas da sociedade em geral ou das prestações sociais dos seus países serem baixas, aqueles que se destacam por passar mais dificuldades económicas. Estes grupos são aqueles que apresentam uma maior percentagem de indivíduos nestas condições económicas difíceis, bastante superior aos restantes grupos.

Após a definição do perfil dos segmentos pela sua situação económica, considerou-se igualmente importante conhecer qual a situação profissional dos indivíduos de cada segmento.

Tabela 17. Descrição das classes latentes ao nível dos indivíduos pela sua situação profissional

Profissão	Classes latentes - Nível dos indivíduos							Total
	Vítimas de prestações sociais baixas	Vítimas de salários baixos	Vítimas da sociedade	Tudo menos culpados	Viciados, com pouca sorte	Preguiçosos e com pouca vontade	Culpados	
Empregado por conta própria	6.06%	6.06%	6.38%	9.54%	6.35%	9.28%	8.57%	7.36%
Gestores	8.0%	11.8%	8.9%	9.9%	14.5%	11.2%	9.6%	10.5%
Outros colarinhos branco	9.1%	9.3%	11.5%	11.8%	13.1%	9.9%	9.6%	10.8%
Trabalhadores manuais	20.0%	23.8%	23.2%	19.0%	19.5%	21.7%	24.2%	21.3%
Empregado doméstico	8.9%	6.7%	8.5%	10.5%	9.3%	8.5%	6.6%	8.6%
Desempregado	8.7%	7.7%	7.4%	6.7%	3.4%	5.3%	4.7%	6.5%
Reformado	31.7%	23.2%	24.9%	22.8%	24.3%	25.1%	24.6%	25.2%
Estudantes	7.5%	11.5%	9.2%	9.8%	9.6%	9.0%	12.3%	9.7%

Assim, conclui-se que precisamente no grupo daqueles que consideram que as prestações sociais dos seus países baixas, com maior número de pessoas a passar dificuldades, encontra-se uma percentagem elevada de indivíduos reformados (32%), em relação ao total da amostra. Analisando em simultâneo a média da idade dos indivíduos deste segmento, conclui-se que é o segmento com mais idade em relação a todos os outros¹³. Ainda nesta classe, os

¹³ Realizou-se uma análise de variância (ANOVA), concluindo-se que existem diferenças significativas entre os segmentos no que diz respeito à idade ($F=24.905$, $p<0.001$). O segmento que atribui as causas da pobreza às prestações baixas, tem uma média estatisticamente superior aos restantes segmentos ($p<0.01$). O quinto segmento (culpados) com menor média, apenas não se rejeita que seja igual ao segundo segmento (vítimas salários baixos) ($p=0.301$), sendo diferente dos restantes ($p<0.001$).

desempregados também surgem num número superior ao das restantes classes. Assim, pode pensar-se que este segmento percepciona as causas da pobreza muito baseado nas suas próprias experiências. Comparando com as restantes situações profissionais, este é o grupo que apresenta valores mais baixos em relação aos apresentados pela totalidade da amostra, excepto relativamente aos empregados domésticos, apesar de relativamente próximo do valor global. Já o grupo que vê os pobres como viciados e com pouca sorte, mais uma vez, é aquele que tem uma profissão com maiores qualificações, como gestão ou outro tipo de profissão executiva, possuindo por isso um nível de vida socialmente superior aos restantes segmentos de indivíduos. Este segmento apresenta um número de desempregados inferior ao valor global e é, ainda, aquele que apresenta um nível de formação académico mais elevado¹⁴, sendo aquele onde, em média, as pessoas deixam de estudar mais tarde. No que toca ainda à profissão, os restantes segmentos apresentam valores semelhantes às proporções encontradas na totalidade da amostra.

Os resultados apresentados relativos à idade não são coincidentes com as investigações anteriores, que referem que os indivíduos mais velhos apoiam causas individualistas. Não parece existir nenhum padrão de respostas tendo em conta a idade média dos segmentos inquiridos, e ao contrário de resultados anteriores, o segmento que aqui tem mais idade destaca-se por defender causas estruturalistas, apenas indo ao encontro do estudo realizado por Niemelä (2008). No que diz respeito à formação académica, acontece uma situação semelhante em que não se verifica nenhum padrão de respostas em relação à idade de término de estudos. O único segmento que se destaca por ter mais estudos, defende porém uma perspectiva individualista e fatalista. Se por um lado, este resultado vem ao encontro do estudo realizado por Niemelä (2008), que já se opunha às investigações encontradas por outros autores (Bullock, 1999; Hayati e Karami, 2005) afirmando que, tal como aqui, os indivíduos com mais estudos eram aqueles que apresentavam percepções das causas da pobreza de origem mais individualista; por outro não se pode esquecer a componente fatalista deste segmento. Ao contrário do que aqui acontece, segundo Reutter *et al.* (2006), esta perspectiva fatalista era mais defendida por indivíduos com poucas qualificações e menores rendimentos.

¹⁴ Realizou-se uma análise de variância (ANOVA), concluindo-se que existem diferenças significativas entre os segmentos no que diz respeito à formação académica ($F=49.087, p<0.001$). O segmento que considera os pobres viciados e com pouca sorte apresenta um valor estatisticamente superior a todos os restantes segmentos ($p<0.001$).

Tabela 18. Média das variáveis idade e idade em que terminou os estudos em cada uma das classes latentes ao nível dos indivíduos

	Classes latentes - Nível dos indivíduos							Total
	Vítimas de prestações sociais baixas	Vítimas de salários baixos	Vítimas da sociedade	Tudo menos culpados	Viciados, com pouca sorte	Preguiçosos e com pouca vontade	Culpados	
Idade	48.14	44.46	45.09	45.60	47.06	45.33	43.99	45.82
Idade término estudos	17.71	18.53	17.95	17.63	18.94	17.80	17.62	18.05

Por fim, no que toca ao posicionamento político,¹⁵ o primeiro resultado que se pode evidenciar é relativo à reduzida percentagem de indivíduos que recusam responder ou não sabem responder a esta questão no segmento que considera os pobres viciados e com pouca sorte, em relação a todos os outros segmentos. Estes resultados fazem com que não seja possível tirar conclusões tão evidentes para esta variável, pois este grupo apresenta um valor superior em todas as categorias de resposta. Olhando para este segmento como aquele com nível de vida superior e maior formação académica, este indicador de participação pode revelar que são um grupo mais informado e menos desconfiado.

Apesar de existir esta limitação, comparando os restantes segmentos com o mesmo padrão de recusas e respostas “Não sabe”, pode observar-se que os resultados encontrados estão de acordo com a bibliografia apresentada (Cozzarelli *et al.*, 2001; Zucker e Weiner, 1993). Os sujeitos que apresentam uma visão mais individualista das causas da pobreza, nomeadamente aqueles que consideram que os pobres são culpados ou os pobres são preguiçosos e com pouca vontade, são aqueles que apresentam uma percentagem maior de indivíduos que se posicionam mais à direita no espectro político, em relação aos outros segmentos que defendem uma perspectiva estruturalista. Nestes últimos, nota-se que existe uma maior preponderância para existir um posicionamento mais de esquerda.

¹⁵ Esta variável foi recategorizada em cinco categorias: numa escala de 1 a 10, considera-se Esquerda as opções de 1 a 4, Centro as opções 5 e 6, e Direita as opções de 7 a 10. Foram ainda consideradas as categorias Recusa e Não sabe.

Tabela 19. Descrição das classes latentes ao nível dos indivíduos pelo seu posicionamento político

Posicionamento político	Classes latentes - Nível dos indivíduos							Total
	Vítimas de prestações sociais baixas	Vítimas de salários baixos	Vítimas da sociedade	Tudo menos culpados	Viciados, com pouca sorte	Preguiçosos e com pouca vontade	Culpados	
Esquerda	27.40%	28.24%	27.40%	26.60%	27.12%	19.96%	20.96%	26.13%
Centro	32.08%	36.33%	28.85%	32.06%	38.08%	31.19%	35.94%	33.52%
Direita	16.26%	16.36%	18.77%	17.25%	21.54%	24.03%	19.45%	18.59%
Recusa	8.78%	5.80%	9.35%	10.80%	4.70%	11.04%	6.67%	8.14%
NS	15.49%	13.27%	15.63%	13.28%	8.56%	13.77%	16.98%	13.62%

Concluindo, as variáveis que sugerem ter um impacto maior na distinção entre os grupos é a situação económica, aliada à profissão dos indivíduos, chegando-se à conclusão que os indivíduos que sofrem mais problemas financeiros são aqueles que consideram que os pobres são vítimas da sociedade onde vivem, não lhes atribuindo culpa pela sua situação. Assim, o que parece ser claro nesta situação é que o envolvimento das pessoas com o fenómeno da pobreza tem uma importância fundamental na forma como fazem as suas atribuições. Este resultado aqui obtido, relaciona-se com o *erro fundamental da atribuição* (Ross, 1977) que refere que há uma tendência para que os indivíduos atribuam os seus comportamentos positivos a causas internas/individuais, enquanto os comportamentos negativos são atribuídos a factores externos. O contrário acontece quando avaliam os comportamentos de outros indivíduos, enfatizando as causas internas quando os comportamentos são negativos e as causas externas quando são positivos. Da mesma forma, Jones e Nisbett (1972) consideram que a perspectiva do observador não é a mesma da do sujeito observado, isto é, aquele que é observado tende a ver o seu comportamento como decorrente de condições sociais, enquanto o observador tende a analisá-lo como resultado de uma disposição individual do observado. Transpondo para este caso, podemos ver que os mais necessitados tendem a analisar a situação e a atribuí-la a factores externos a si, logo culpando a sociedade pela pobreza. Ao contrário, o grupo daqueles com menos dificuldades, analisando os pobres, considera a pobreza como resultante do seu comportamento individual.

A variável sexo e posicionamento político revelou igualmente ter importância na análise dos segmentos, tendo sido coincidente com a literatura apresentada anteriormente. Assim, os homens são aqueles que tendencialmente defendem uma visão mais individualista das causas da pobreza, ao contrário das mulheres que consideram que os pobres são vítimas da sociedade (Hunt, 1996; Reutter *et al.*, 2006). Quanto ao posicionamento político também se notou que os indivíduos que defendiam posições mais estruturalistas no que toca às causas da

pobreza, são aqueles que se posicionam mais à esquerda no espectro político (Cozzarelli *et al.*, 2001; Zucker e Weiner, 1993).

5.3.Segmentos ao nível dos países

Começa-se por apresentar os resultados relativos à segmentação dos países. Na Tabela 20 apresentam-se as probabilidades *a priori*, indicando a dimensão de cada segmento de países no total da amostra de países. Nesta tabela pode igualmente ver-se as probabilidades de pertença dos países aos segmentos originados (probabilidades *a posteriori*).

Tabela 20. Segmentos dos países e probabilidades de pertença dos países aos segmentos

Segmentos dos países	Peso relativo	Países	Probabilidade
1	0.110	Bélgica, Espanha e Grã-Bretanha	1.000
		Luxemburgo	0.150
		Malta	0.090
2	0.266	Alemanha Ocidental, Finlândia, Irlanda, Irlanda do Norte, Áustria, Republica Checa	1.000
		Malta	0.842
		Luxemburgo	0.775
		Estónia	0.249
		Eslovénia	0.231
3	0.289	Alemanha de Leste, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Portugal	1.000
		Eslovénia	0.769
		Estónia	0.751
		República do Chipre	0.160
		Malta	0.091
4	0.071	França e Itália	1.000
5	0.104	Dinamarca, Países Baixos e Suécia	1.000
6	0.161	Grécia, Bulgária, Roménia e Croácia	1.000
		República do Chipre	0.809

Num primeiro momento, pode ver-se que a grande parte dos países considerados têm probabilidade máxima de se encontrarem no segmento de países considerado. Contudo, pode também observar-se que existem alguns países que se encontram em vários segmentos em simultâneo, como é o caso por exemplo de Malta que apresenta uma probabilidade de 0.84 de se encontrar no segundo segmento, mas ao mesmo tempo, apresenta também uma

probabilidade de 0.09 de pertencer ao primeiro e terceiro segmento. Como se pode ver na Tabela 20, existem mais países com probabilidade de pertença a vários segmentos, sendo esta sempre superior a 0.75 num dos segmentos. Contudo, tendo em conta que dois dos parâmetros do modelo são $P(W_j = m|Y_j)$ e $P(X_{ij} = t|W_j = m)$, pode compreender-se que os países são considerados apenas num só segmento, aquele onde têm maior probabilidade de pertença¹⁶.

Para cada classe de países foram calculados os valores médios de IDH de modo a poder caracterizar-se cada um dos grupos de acordo com o seu nível de desenvolvimento, dados por este indicador¹⁷.

Tal como se esperaria, o segmento dos países da Suécia, Dinamarca e Países Baixos são aqueles que apresentam um valor de IDH médio mais elevado, e os que apresentam um valor médio mais baixo são os países Balcânicos, acontecendo o mesmo relativamente à percentagem de pobreza nestes dois segmentos. Assim, existem quatro segmentos de países considerados muito desenvolvidos, e dois segmentos, com IDH inferior, considerados desenvolvidos. A percentagem de pessoas em risco de pobreza, não apresenta igual padrão, já que países com elevado IDH apresentam percentagens de pobreza mais elevadas do que outros com menor IDH. Por outro lado, vemos que as diferenças entre os países dentro dos próprios grupos também são elevadas.

Tabela 21. Valores do Índice de Desenvolvimento Humano em cada segmento de países

Segmentos dos países	Países	IDH 2007	Min-Máx	Risco de pobreza (%)	Min-Máx
1	Bélgica, Espanha e Grã-Bretanha	0.951	0.947 - 0.955	19.03	15 - 20
2	Alemanha Ocidental, Finlândia, Irlanda, Irlanda do Norte, Áustria, Republica Checa, Malta e Luxemburgo	0.944	0.902 - 0.965	14.10	9 - 19
3	Alemanha de Leste, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Portugal, Eslovénia e Estónia	0.895	0.866 - 0.947	16.01	11 - 26
4	França e Itália	0.956	0.951 - 0.961	16.16	13 - 19
5	Dinamarca, Países Baixos e Suécia	0.962	0.955 - 0.964	11.48	11 - 12
6	Grécia, Bulgária, Roménia, Croácia e República do Chipre	0.866	0.837 - 0.942	21.36	16 - 23

¹⁶ País cuja soma das várias probabilidades *a posteriori* não somem 1 significa que apresentam igualmente reduzidas probabilidades em outros segmentos, não se considerando relevantes para apresentação.

¹⁷ Aqui, os países foram inseridos apenas no segmento com maior probabilidade *a posteriori*, tal como nas próximas análises.

O segmento com maior dimensão ($\hat{\pi}_3 = 0.29$) é o terceiro segmento, onde estão incluídos, essencialmente, os *países* da Europa de Leste: Alemanha de Leste, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Estónia. Neste grupo, inclui-se também Portugal que, sendo igualmente um país periférico, faz parte da Europa Ocidental. Neste grupo os *países* da Europa de Leste têm um IDH inferior a 0.90, sendo considerado apenas elevado. Portugal apresenta um IDH de 0.91, um pouco superior ao limite mínimo para ser considerado um país desenvolvido e a região da Alemanha de Leste apresenta um IDH calculado no total da Alemanha, pelo que não há conhecimento se esta parte da Alemanha tem ou não um IDH inferior. Apresenta uma percentagem de pobreza mediana, no entanto insere-se neste grupo o país com a maior percentagem de pobreza entre todos os países considerados, a Letónia com 26% de indivíduos nestas condições económicas. Outros países deste grupo apresentam igualmente elevadas percentagens de pobreza como a Estónia (19%) e Lituânia (20%).

O segundo maior grupo de países ($\hat{\pi}_2 = 0.27$) é o segmento onde se encontram agrupados grande parte da Europa Central: Alemanha Ocidental, Luxemburgo, Áustria, República Checa. A estes países juntam-se ainda outros não tão centrais, como a Finlândia, Irlanda, Irlanda do Norte e Malta. Em termos do seu IDH, pode observar-se que são países com um índice muito elevado, superior a 0.90 em todos os países deste segmento, sendo assim o quarto segmento mais desenvolvido, segundo este índice. Aqui, os valores da percentagem de pobreza são também considerados medianos, mas o intervalo entre o mínimo e o máximo desta percentagem é também elevado, encontram-se a República Checa com apenas 9% de pessoas em risco de pobreza e a Irlanda do Norte com 19%. Porém, este último valor não pode ser confirmado já que é o valor agregado relativo ao Reino Unido.

O terceiro maior grupo de países ($\hat{\pi}_6 = 0.16$) é onde se incluem os países dos Balcãs e a República do Chipre. Neste grupo, apenas a Grécia e o Chipre apresentam valores superiores a 0.90 para o IDH, os restantes países encontram-se abaixo deste patamar considerando-se então países em desenvolvimento. Assim, este é o segmento com um índice de desenvolvimento humano mais baixo e também com a percentagem de pobreza mais elevada, com todos os países deste segmento a apresentarem elevados valores para este indicador.

A representar cerca de 11% da amostra total ($\hat{\pi}_1 = 0.11$), surge o segmento com os países da Bélgica, Espanha e Grã-Bretanha e praticamente com a mesma dimensão, surgem os países do quinto segmento ($\hat{\pi}_5 = 0.10$), Dinamarca, Suécia e Países Baixos. Estes países

constituem segmentos muito desenvolvidos, com o valor de IDH muito elevado. Por fim, o segmento com menor dimensão ($\hat{\pi}_4 = 0.07$) é constituído apenas por dois países, França e Itália, o segundo segmento mais desenvolvido, a seguir ao quinto. Este segmento apresenta um valor elevado de pobreza, essencialmente pela presença de Itália no segmento, que é um dos países com maior pobreza da Europa. Contudo, também a França apresenta um elevado valor para esta medida.

A distribuição dos segmentos pelas classes latentes dos países, isto é, a probabilidade condicional de pertença dos indivíduos aos segmentos dado que pertencem a determinado segmento de nível superior [$P(X_{ij} = t|W_j = m)$], está indicada na Tabela 22.

Tabela 22. Pesos relativos dos segmentos dos indivíduos

Segmentos ao nível dos indivíduos	Segmentos ao nível dos países						Agregado
	$m=1$	$m=2$	$m=3$	$m=4$	$m=5$	$m=6$	
Vítimas prestações sociais baixas	0.137	0.183	0.218	0.115	0.116	0.342	0.202
Vítimas salários baixos	0.095	0.274	0.245	0.159	0.135	0.045	0.187
Vítimas da sociedade	0.071	0.092	0.212	0.188	0.025	0.335	0.163
Tudo menos culpados	0.332	0.001	0.005	0.373	0.000	0.100	0.081
Viciados, com pouca sorte	0.183	0.238	0.043	0.076	0.657	0.022	0.173
Preguiçosos e com pouca vontade	0.041	0.065	0.084	0.087	0.050	0.093	0.072
Culpados	0.142	0.147	0.194	0.002	0.017	0.064	0.123

Como se pode observar, todos os segmentos de países possuem uma determinada probabilidade de apresentarem cada um dos segmentos de indivíduos, sendo $\sum_{t=1}^T P(X_{ij} = t|W_j = m) = 1$. Os países não são, portanto, constituídos por apenas um tipo de pessoas com determinada percepção das causas da pobreza, podendo contudo existir um segmento de países que se caracterize por ter uma maior probabilidade de possuir um determinado grupo de indivíduos do que outro.

Os grupos de países que apresentam uma opinião mais homogénea, tendo presente segmentos de indivíduos cuja opinião é semelhante, são o quarto, quinto e sexto segmento.

No sexto segmento, países dos Balcãs e Chipre, pode ver-se que a probabilidade de pertencerem indivíduos do primeiro segmento de indivíduos ($\hat{\lambda}_{16} = 0.34$) ou do sexto é semelhante ($\hat{\lambda}_{66} = 0.34$), sendo também os que melhor representam este primeiro segmento - representando no total 68% dos seus indivíduos, um valor muito superior à probabilidade agregada, não condicional do segmento de nível superior. Dos sete segmentos de indivíduos,

os dois que estão presentes neste grupo de países são aqueles que mais atribuem à pobreza causas de ordem estrutural em detrimento de outras: este grupo é constituído principalmente pelos segmentos de indivíduos que vêem os pobres como pensionistas ou como vítimas da sociedade. De salientar que qualquer dos segmentos com uma visão mais de cariz individualista, apresentam-se neste segmento numa proporção extremamente reduzida face à proporção no agregado. Este grupo de países é portanto o mais defensor de que as causas da pobreza estão na própria sociedade.

Nesta região, a presença comunista imposta pela União Soviética foi bastante sentida, excepto na Grécia e no Chipre que foram os únicos países não soviéticos desta região. Até ao início do século XX, os países que constituem o segmento fizeram parte do Império Otomano, império muçulmano que dominou grande parte do sudeste Europeu e Mediterrâneo Oriental, podendo ter sido um elemento unificador de alguns aspectos culturais que ainda hoje se fazem sentir nestes países. Outro aspecto que pode ser importante é a religião destes países: excepto na Croácia e ao contrário dos outros segmentos, aqui a Igreja Ortodoxa tem maior preponderância. Por outro lado, este grupo de países é o que possui um dos menores valores de IDH e os segmentos de indivíduos que o constituem são, precisamente, aqueles que manifestam passar por mais dificuldades financeiras do que os restantes segmentos. Não foram encontrados estudos ao nível das atribuições da pobreza para esta região da Europa, pelo que não é possível comparar estes resultados com outros previamente encontrados.

Também o quarto segmento, França e Itália, é o que se apresenta de seguida como defendendo mais as causas sociais em relação às individuais. Apesar deste segmento ter uma proporção relativamente semelhante à da amostra total no que diz respeito aos segmentos com visão claramente social (vítimas de prestações baixas, salários baixos ou vítimas em geral), o segmento que se destaca mais nestes países é o segmento que considera os pobres como tudo menos culpados da própria pobreza. As probabilidades de terem presentes os segmentos que culpam os pobres ou que atribuem a pobreza ao fatalismo são nulas. Assim, podemos concluir que para França e Itália, de facto, podem atribuir-se várias causas à pobreza, excepto de que os pobres são culpados da sua própria pobreza.

Estes países da Europa Central e Sul são países onde a percentagem de pobreza é elevada, sobretudo em Itália, como já foi referido. Para além disso, segundo Kangas e Ritakallio (2007), Itália é um dos países Europeus onde o fosso entre ricos e pobres é maior, sobretudo pelas diferenças existentes entre as várias regiões Italianas (e.g., Milão e Sicília). A seguir a

Itália, França é um dos países onde estas diferenças também se sentem com intensidade. Ao contrário de Itália, França é também caracterizada por possuir uma percentagem de imigração bastante elevada em comparação com outros países Europeus (PNUD, 2009). Historicamente, estes países partilham o facto de após a II Guerra Mundial terem tido partidos comunistas (*Partito Comunista Italiano-PCI* e *Parti Communiste Français- PCF*) com uma força política expressiva, sobretudo quando comparados com os restantes países da Europa Ocidental. Apesar de lançados alguns pontos de reflexão, aparentemente, nenhum dos indicadores utilizados parece explicar clara e totalmente a reunião destes dois países no que toca às suas percepções das causas da pobreza, pois não há coincidência de factores, porém, poderão ser, à sua maneira, agentes importantes no desenvolvimento de uma perspectiva mais tolerante e responsável das causas da pobreza. Em relação a estudos anteriores, os resultados vêm confirmar os resultados encontrados em França no estudo de van Oorschot e Halman (2000), onde este país se tinha mostrado mais apoiante das causas estruturalistas.

Ao contrário destes dois segmentos expostos, no que toca aos países considerados mais desenvolvidos social e economicamente, Dinamarca, Países Baixos e Suécia, pode ver-se que o segmento de indivíduos que está mais presente neste grupo é o terceiro, que é aquele que considera que, por um lado a culpa da pobreza está nos próprios indivíduos porque sofrem de abuso de álcool ou drogas, mas também por outro lado apresentam pensamentos fatalistas em que os pobres o são por terem pouca sorte. Este segmento apresenta uma relativamente baixa probabilidade para ter presente qualquer dos segmentos de indivíduos que atribuam à pobreza causas sociais, revelando claramente o seu pensamento individualista e fatalista.

Estes resultados não vão de encontro aos estudos realizados anteriormente, que revelam que os países nórdicos apresentavam posições mais estruturalistas (van Oorschot e Halman, 2000), dado o seu desenvolvimento e nível de formação. Seria de esperar encontrar esta visão mais estruturalista, dado o grau de desenvolvimento destes países, como se pode ver pelo elevado IDH, contudo tal não se verificou. O segmento de indivíduos que compõe este grupo de países é caracterizado precisamente por possuir mais formação académica e terem postos de trabalho mais executivos. São aqueles que apresentam menos dificuldades financeiras, como aliás é retratado no indicador de pobreza acima apresentado, e por isso mesmo são aqueles que se encontram mais distanciados da problemática da pobreza. Este grupo de países quase não tem presente os segmentos dos indivíduos que atribuem culpas à sociedade, demonstrando que a sua leitura do fenómeno da pobreza pode ser considerada um pouco descomprometida, desresponsabilizando-se por este fenómeno. Comparando com os restantes

países Europeus, estes países fazem parte do grupo de países em que o Estado de Providência tem sido mais intensamente instalado, pelo que os seus Estados assumem total responsabilidade de garantir serviços públicos e de protecção à população. Desta forma, justifica-se em certa medida que os seus cidadãos não atribuam as culpas à sociedade onde vivem pela pobreza que existe no país.

Os restantes segmentos encontrados podem, de forma geral, ser caracterizados por terem uma visão mais global da pobreza, estando cada um na presença de segmentos com posições diferentes perante a problemática.

Os países do primeiro segmento, Bélgica, Espanha e Grã-Bretanha, podem ser então caracterizados pela sua pluralidade de opiniões. Se por um lado têm uma probabilidade para incluir o segmento dos indivíduos que se caracteriza precisamente por ter as suas opiniões muito dispersas ($\hat{\lambda}_{71} = 0.33$), excluindo apenas do leque de causas possíveis aquelas mais individualistas numa proporção que o destaca dos restantes segmentos e da amostra total; por outro lado, inclui ao mesmo tempo outros segmentos de indivíduos cuja opinião pode variar entre uma e outra perspectiva. Com uma probabilidade de 0.18, este segmento pode incluir o segmento que considera os pobres como viciados e com pouca sorte e com 0.14 como totalmente culpados pela sua própria pobreza, e com uma probabilidade igual pode incluir indivíduos que considerem que a origem da pobreza está no facto das prestações sociais dos seus países serem baixas.

O segundo segmento de países, constituídos pelos países da Europa Central como Alemanha Ocidental, Áustria, República Checa, Luxemburgo e ainda pela Finlândia, Irlanda, Irlanda do Norte e Malta, são países que se caracterizam pelo facto de apresentarem, em relação ao agregado do total da amostra, uma elevada probabilidade para ter presente não só o segmento daqueles que consideram que as causas da pobreza são os baixos salários ($\hat{\lambda}_{22} = 0.27$), mas também por apresentar uma grande probabilidade para possuir indivíduos do segmento que considera que os pobres o são por terem dependências/vícios e terem pouca sorte ao longo da vida ($\hat{\lambda}_{32} = 0.24$).

Estes dois segmentos, o primeiro e o segundo, são constituídos pelos países da Europa Ocidental e Central e pode ser considerado, historicamente, como a parte da Europa que, com as suas raízes católicas ou protestantes, deu origem à cultura ocidental e a difundiu. Todos os países do primeiro segmento têm um regime político de monarquia constitucional, enquanto

no segundo segmento, à excepção de Luxemburgo, todos os países têm um regime político republicano.

Ambos apresentam um valor de IDH bastante elevado e pode compreender-se a diversidade de opiniões existente em cada um destes conjuntos de países, precisamente pelo facto de serem países muito diversificados culturalmente e por possuírem desde há muito tempo uma cultura de liberdade de opinião muito forte. Em termos das suas percepções, essencialmente, estes dois segmentos diferem no facto da Bélgica, Espanha e Inglaterra não valorizarem de todo os baixos salários do seu país enquanto causa da pobreza e por outro lado, possuírem um grupo de pessoas que não tem uma ideia definida das causas da pobreza. Já na Alemanha Ocidental, Áustria, República Checa, Luxemburgo e ainda Finlândia, Irlanda, Irlanda do Norte e Malta, referem bastante o facto dos salários baixos influenciarem a existência de pobreza. Este resultado não seria previsível, ao vermos que o número de pessoas que vivem abaixo de 60% do rendimento médio nacional é muito superior na Bélgica, Espanha e Reino Unido, que não referem os salários baixos como causa, em relação ao outro segmento que apresenta esta opção como causa da pobreza. Será eventualmente outro indicador não analisado neste trabalho, que poderá influenciar esta opinião.

No que diz respeito ao segundo segmento, o facto de nestes países estarem incluídos outros países como Malta, República Checa e Finlândia pode também ser explicado pela evolução histórica e nível de desenvolvimento, que de certa forma fazem aproximar a sua forma de pensar aos países da Europa Central. Relativamente a Malta, não será difícil compreender que Malta se situe neste segmento, já que foi um país colonizado pela Grã-Bretanha, tendo-se tornado independente apenas em 1979. Assim, a cultura ocidental britânica foi claramente difundida neste povo. É um país cuja religião é maioritariamente católica, tal como na Irlanda e Irlanda do Norte. Talvez por este motivo, estes três países (região, no que toca à Irlanda do Norte) tenham revelado que pensam de uma forma um pouco diferente de Inglaterra. Por outro lado, no que diz respeito à República Checa, este país foi um país comunista da Europa de Leste, dominado pela União Soviética até 1989. Contudo, para além de ser um país da Europa de Leste com um IDH considerado muito elevado (ao contrário de outros países ex-comunistas), desde muito cedo demonstrou a sua oposição a este regime, veja-se o período da Primavera de Praga, que pretendia a liberalização política da Checoslováquia através de uma humanização do comunismo e de menores restrições à liberdade de expressão. Porém, estas reformas não foram bem recebidas pelos soviéticos, que as viam como ameaças aos seus ideais, tendo sido travadas por uma nova ocupação do país. Para além disso, a Boémia,

pertencente ao Império Áustro-Húngaro até 1918, foi neste império um centro industrial de grande importância. Na Finlândia, dos países mais desenvolvido social e economicamente, os resultados foram de encontro à literatura existente, que indicava que a Finlândia apesar de ser um país Nórdico, não apresentava resultados semelhantes aos restantes países do norte da Europa (Niemelä, 2008). Este país, ao contrário dos restantes países Nórdicos, foi durante um século (e até 1918) ocupado pelo Império Russo, como Grão-ducado. Para além disso, esta separação pode dever-se também ao atraso no processo de industrialização sentido neste país, permanecendo como um país essencialmente agrário até 1950. Hoje em dia, é considerado como um dos países mais estável do mundo a nível económico e social, contudo também em 1990 sofreu uma grave depressão que pode ter influenciado as atitudes dos indivíduos face à economia e, mais precisamente, à pobreza e às suas causas. Por toda a sua história, pode considerar-se a Finlândia como potencialmente diferente dos restantes países nórdicos aqui considerados, daí a sua inclusão num segmento distinto destes.

Na globalidade destes dois segmentos, respeitante à sua orientação individualista e estruturalista, os resultados encontrados para estes grupos de países apenas em parte corroboram os resultados encontrados anteriormente noutros estudos. Tal como van Oorschot e Halman (2000), que considerou a Alemanha Ocidental, Reino Unido e Irlanda como um grupo pluralista, também aqui estes países se apresentam como um segmento com opiniões amplas no que diz respeito às causas da pobreza, dando importância às três dimensões consideradas, especialmente no segundo segmento onde se incluem a Alemanha Ocidental e Irlanda, onde a probabilidade de apresentarem opiniões fatalistas é superior. Contudo, no estudo realizado por estes autores, a Bélgica apresentava-se como um grupo mais individualista e a República Checa foi mesmo o país que se apresentou como sobrepondo o individualismo às restantes dimensões (van Oorschot e Halman, 2000), não se verificando estes resultados quando estes dois países são comparados com os restantes. Para além disso, também Niemelä (2008) considerou que a Finlândia atribuía mais causas individualistas do que os países vizinhos. Estes resultados não foram confirmados por este estudo, não sendo este o grupo de países com uma visão mais individualista.

Por fim, o terceiro segmento, constituído pelos países da Europa de Leste e Portugal, caracterizam-se por ter uma visão essencialmente estruturalista, apresentando a proporção mais elevada do que na amostra, uma probabilidade de ter presente os três segmentos que consideram os pobres como vítimas da sociedade (vítimas da sociedade em geral, vítimas de prestações sociais baixas e vítimas de salários baixos).

Apesar desta prevalência de atribuições estruturalistas, esta classe é também aquela onde se encontra uma maior probabilidade de possuir indivíduos do segmento que considera os pobres como globalmente culpados pela sua pobreza. Apesar desta relevância da visão individualista, o segmento que vê os pobres como viciados e com pouca sorte tem uma representação quase nula neste conjunto de países, indicando que consideram que, na explicação da pobreza, é mais importante a pouca vontade dos pobres em detrimento de justificações de ordem fatalista. Esta evidência pode estar relacionada com o facto de na História recente destes países haver períodos de regimes ditatoriais onde os seus cidadãos deviam sobretudo obedecer e conformarem-se às normas superiores a todos os níveis: políticos, sociais, económicos e educacionais. Segundo Schwartz e Bardi (1997), indivíduos que viveram regimes totalitaristas viram claramente a formação das suas atitudes e valores sociais influenciadas por estas vivências. Neste caso, todos os países destes segmentos experienciaram um regime totalitarista comunista, excepto Portugal, que viveu um regime totalitarista de direita. Segundo estes autores, devido ao regime totalitarista vivenciado, existem diferenças na prioridade que os indivíduos da Europa de Leste ou Ocidental dão a determinados valores sociais. Os Europeus de Leste aprenderam a evitar qualquer comportamento ou iniciativa que constituísse um risco adoptando valores de moderação, auto-disciplina e ordem social e criticando e sancionando todos aqueles que pudessem pôr em causa esta ordem social. Estes indivíduos aprenderam ainda a viver num clima de desconfiança do próximo, pois não lhes era permitido exprimir livremente as suas ideias e convicções. Esta redução da confiança interpessoal faz com que os valores sociais que enfatizam a omissão dos interesses pessoais em favorecimento do bem-estar comum, como a justiça social, responsabilidade, entre outros, deixem de fazer sentido para estes indivíduos (Schwartz e Bardi, 1997). Não havendo este sentimento de vivência em sociedade, justifica-se que as pessoas façam atribuições internas dos problemas dos restantes indivíduos. De referir ainda que, para além da proximidade geográfica que os países Bálticos têm da Rússia, ainda hoje, devido ao longo período de controlo russo, existe uma elevada população de origem Russa a viver nestes países, o que de certo modo pode explicar as suas atitudes.

Apesar desta classe ser, entre as várias encontradas, aquela com maior probabilidade de possuir indivíduos com atribuições pessoais à pobreza, os indivíduos dão principal importância às causas sociais. Como já foi referido, nestes países, estão presentes de forma relevante segmentos de indivíduos com uma visão de que a pobreza tem origem em causas sociais, em proporção próxima à encontrada sem ter em conta a segmentação ao nível

superior. Estes resultados vêm, mais uma vez, ao encontro de outros estudos que indicavam que os países de Leste tinham uma visão essencialmente estrutural, mas que culpavam mais os pobres do que os ocidentais (van Oorschot e Halman, 2000, Stephenson, 2000). Para além disso, reforça-se a ideia da importância da situação financeira dos indivíduos que nos segmentos presentes nestes países se revelam como aqueles com maiores dificuldades, o que confirma também a elevada percentagem de pobreza dos países deste segmento. Em termos globais, a percentagem de pobreza do segmento poderá ser mais baixa do que na realidade, devido ao facto do valor atribuído à Alemanha de Leste ser o valor do total da Alemanha, não se sabendo o valor real da pobreza nesta região. Contudo, em relação aos restantes países, existem de facto países neste segmento com valores relativamente baixos de pobreza, como a Eslováquia (11%) e a Eslovénia e Hungria (12%).

Relativamente a Portugal se encontrar neste grupo de países, tal pode justificar-se pelo facto de ter igualmente passado por um período de regime totalitário, apesar de ter sido um regime de direita, ao contrário destes países da Europa de Leste. Para além disso, à semelhança destes, encontra-se geograficamente numa situação periférica da Europa, o que pode de algum modo afastar os seus indivíduos das formas de pensar dos países da Europa Ocidental. Também Portugal, apresenta um valor de IDH mais baixo em relação aos países da Europa Central e Ocidental, o que torna o país mais próximo das condições de desenvolvimento dos países da Europa de Leste. Para além disso, os próprios indivíduos dos segmentos que constituem este grupo de países indicou viver com mais dificuldade do que os restantes. Outros estudos desenvolvidos no âmbito dos estudos sobre valores sociais europeus têm igualmente aproximado Portugal aos países com que aqui ele se agrega (Vala, 2008; Lima e Novo, 2006; Ringdal *et al.*, 2007).

Coerentemente com a literatura apresentada (van Oorschot e Halman, 2000), conclui-se que, globalmente, os segmentos são principalmente constituídos por sujeitos que fazem mais atribuições da pobreza a causas sociais do que individuais e que a perspectiva menos apoiada pelos indivíduos é o fatalismo. Apesar de haver uma certa heterogeneidade na forma de pensar dos indivíduos em cada país, a análise multinível com classes latentes permite-nos perceber que existem grupos de países com perfil idêntico de indivíduos relativamente à percepção das causas da pobreza, havendo grupos de países cuja opinião tende mais para

determinada perspectiva do que para outra, no que toca a explicação que dá às causas da pobreza.

Por último, considera-se importante referir como conclusão dos resultados encontrados que, tal como referido por Kreidl (2000), também neste estudo se verificou que apesar de haver diferentes perspectivas para explicar as causas da pobreza, os indivíduos justificam-na através da conjugação das várias explicações, de acordo com os tipos de atribuições estudados, não os considerando mutuamente exclusivos. Desta forma, confirma-se o carácter complexo que tem o fenómeno da pobreza e a forma como as pessoas o percebem. De realçar que, apesar do esforço feito no sentido de analisar os resultados utilizando as questões menos ambíguas de cada uma das perspectivas, há necessariamente uma ligação entre cada uma delas que é inevitavelmente influenciadora das respostas dos sujeitos. Tome-se como exemplo o caso do abuso de drogas e álcool, culpabilizante do indivíduo e, por isso, claramente individualista. Poderá, no entanto, haver respondentes que ao pensarem nesta causa a relacionem com as experiências de vida negativas na vida dos pobres que os obriguem a enveredar por estes caminhos, daí poder ser uma atitude não só culpabilizante mas também compreensiva por parte dos respondentes. Apesar de se ter consciência desta possibilidade, não se pode ter em conta na análise por não existirem variáveis esclarecedoras desta situação.

6. Conclusão

A percepção das causas da pobreza tem-se revelado como muito importante no que diz respeito a vários aspectos relacionados com a pobreza, nomeadamente no que concerne à problemática da exclusão social. Estas percepções podem influenciar não só o modo como os indivíduos se comportam com os pobres, como as relações que estabelecem com os mais necessitados, nomeadamente promovendo a sua inclusão social ou, pelo contrário, conduzindo à sua exclusão social; como se mobilizam para lutar contra a pobreza, e mais ainda, que leis legitimam, ou não, nos seus países como forma de apoio social e combate à pobreza. A forma como cada indivíduo percebe esta problemática está muito relacionada com as suas vivências e com outras atitudes e valores sociais, daí a importância de não ser estudada só do ponto de vista individual, devendo esta análise ter em conta o contexto social onde os indivíduos estão inseridos.

Com a perspectiva de trabalhar esta questão de um ponto de vista multidimensional, a análise multinível com classes latentes revelou-se como uma ferramenta adequada para estudar dados com uma estrutura hierárquica, tratando as percepções da pobreza ao nível individual e ao nível dos países de origem destes indivíduos. O modelo estimado que faz a conexão entre os indivíduos e o seu próprio país de origem, mostrou-se muito relevante para o conhecimento mais aprofundado da temática em causa, pois permitiu não só conhecer qual o perfil dos indivíduos dentro do próprio país, qual a probabilidade dos países atribuírem à pobreza causas individualistas, sociais ou fatalistas, como também, conhecer quais as semelhanças e diferenças entre os países europeus no que diz respeito a esta problemática social. Os dois modelos são então considerados interdependentes, uma vez que os segmentos dos países são originados com base nas suas semelhanças no que toca à estrutura de segmentação ao nível dos indivíduos, específica de cada país. Nos estudos na área das Ciências Sociais e Humanas, torna-se extremamente importante considerar esta estrutura hierárquica, pois pensa-se que o país de proveniência dos indivíduos tem uma grande importância na sua opinião, já que estes são influenciados por questões de ordem cultural, histórica, política entre outras (Pirani *et al.*, 2009).

O modelo multinível com classes latentes escolhido apresenta seis segmentos de países no nível superior e sete segmentos de indivíduos ao nível inferior. Em termos de redução da medida de ajustamento, em comparação com um modelo que não considere a

heterogeneidade entre países, isto é, com uma estrutura com apenas um segmento ao nível superior, verifica-se que a redução do valor do BIC apresenta uma expressiva redução (Bijmolt *et al.*, 2004), indicando que é de facto fundamental a inclusão deste nível de análise para uma melhor compreensão do fenómeno.

Conclui-se com este estudo que as causas sociais como explicação da pobreza são, de forma geral, as mais referidas pelos indivíduos: dos sete segmentos encontrados, quatro destes segmentos defendem que a pobreza tem origem na própria sociedade, constituindo estes grupos a maioria da totalidade da amostra. As causas que culpabilizam os pobres pela sua própria pobreza, são menos indicadas do que as causas sociais, contudo existem alguns grupos de indivíduos que se destacam por dar também importância a factores individuais na explicação que fazem da pobreza: considerando-os como globalmente culpados, culpados pelo seu vício em drogas e álcool ou preguiçosos e com pouca vontade em ultrapassar os seus problemas. As causas fatalistas são as menos indicadas pela globalidade da amostra, existindo apenas um grupo que destaca estas causas fatalistas, em simultâneo com a atribuição da pobreza a situações de consumo de drogas e álcool pelos pobres.

Analisando o perfil sócio-demográfico dos vários segmentos encontrados, pode observar-se que os países que referem causas de origem social são aqueles que apresentam mais dificuldades económicas. Particularmente, isto acontece no segmento que considera que as prestações sociais do seu país são baixas ou que aliado a isto também considera os salários dos pobres baixos. No segmento que considera os pobres “vítimas de prestações baixas” existe um maior número de pessoas reformadas e desempregadas, e apresentam-se como o segmento mais envelhecido. Já no que diz respeito aos segmentos que culpabilizam os pobres, nota-se que estes têm um nível de vida superior, apresentando-se com um reduzido número de pessoas com problemas financeiros. Em particular, o grupo que considera os indivíduos como viciados e com pouca sorte é o grupo com maior nível de formação académica e onde as pessoas exercem mais lugares profissionais de gestão ou executivos. Com base nestes resultados, conclui-se que o factor principal para a distinção entre os segmentos é precisamente o envolvimento dos indivíduos com a pobreza, neste caso através da sua situação económica e da experiência de problemas financeiros. Dada esta experiência, os indivíduos compreendem melhor ou pior o fenómeno. Assim, pode ver-se que os mais necessitados, tendem a analisar a situação e a atribuí-la a factores externos a si, logo culpando

a sociedade pela pobreza. Ao contrário, o grupo daqueles com menos dificuldades, analisando os pobres, considera a pobreza como resultante do seu comportamento individual.

Os resultados demonstram existir diferenças ao nível do posicionamento político dos indivíduos. Apesar de existirem muitas recusas e pessoas a indicar que não se conseguem posicionar politicamente, nota-se uma tendência para que os segmentos que defendem que a pobreza é causa da injustiça da sociedade, são segmentos mais posicionados à esquerda, e ao contrário, os que culpabilizam os pobres posicionam-se mais à direita.

No que diz respeito aos grupos de países originados, conclui-se em primeiro lugar que estes não são constituídos por apenas um tipo de pessoas com determinada percepção das causas da pobreza. Existem no entanto segmentos que se caracterizam por ter uma maior probabilidade de possuir um determinado grupo de indivíduos do que outro. Os resultados parecem indicar uma união entre os países que apresentam o mesmo nível de desenvolvimento humano, pois os vários segmentos originados reúnem países com semelhante IDH, seja este muito elevado ou mais baixo.

O segmento com uma visão mais estruturalista da pobreza em relação aos restantes segmentos é constituído pelos países Balcânicos e o Chipre. A probabilidade de se encontrarem segmentos de pessoas que culpabilizam os pobres pela sua própria pobreza neste segmento é praticamente nula. São os países com menor IDH, onde os indivíduos manifestaram ter maiores problemas financeiros e com maior idade.

De seguida, o agrupamento de países com uma visão também estruturalista é constituído pelos países da Europa de Leste e Portugal. Contudo, apesar destes considerarem sobretudo que as causas que originam a pobreza se devem à sociedade em que vivemos, também se destacam por possuir o grupo de indivíduos que culpabiliza os pobres pela sua pobreza, com maior destaque do que nos restantes segmentos de países. A seguir aos países Balcânicos e o Chipre, este é um dos grupos com uma situação económica mais problemática.

Os países da Europa Central/Ocidental viram-se desagrupados e reunidos em três segmentos distintos de países. Itália e França constituem um segmento que considera que os pobres o são devido às injustiças da sociedade ou a vários outros motivos, excepto à culpa dos próprios pobres; Bélgica, Espanha e Reino Unido formam um

segmento e Alemanha Ocidental, Luxemburgo, Áustria, Finlândia, República Checa, Irlanda, Irlanda do Norte e Malta, formam outro. Estes dois últimos caracterizam-se por terem uma visão pluralista das causas da pobreza, atribuindo estas causas a vários aspectos. A diferença entre os dois segmentos, reside em que o segmento Bélgica, Espanha e Reino Unido, ao contrário do outro segmento, não contém o grupo de indivíduos que considera exclusivamente que os salários baixos do seu país são uma causa para a pobreza.

Por fim, o segmento dos países mais desenvolvidos, Dinamarca, Suécia e Países Baixos, ao contrário do segmento anterior, quase não atribui à sociedade as causas da pobreza, considerando que esta se pode explicar pelo facto dos indivíduos consumirem álcool ou drogas e por causas fatalistas, acreditando que os pobres o são por acontecimentos inevitáveis que lhes aconteceram. São o grupo de países com mais formação e com menos problemas económicos.

De forma geral, pode concluir-se que os indivíduos justificam a existência da pobreza através da conjugação das várias explicações, de acordo com os tipos de atribuições estudados, não os considerando mutuamente exclusivos (Kreidl, 2000). Esta investigação permitiu-nos então, para além de conhecer a estrutura de segmentos em cada país da União Europeia, fazer um estudo comparativo entre estes países possibilitando uma leitura mais ampla e fiel destes dados, já que a intervenção deve ser ajustada à realidade local e deve adaptar-se às atitudes da sua população.

No que diz respeito à problemática da pobreza, considera-se pertinente a inclusão de outras variáveis que possam ser importantes neste fenómeno, de modo a melhor compreender a heterogeneidade encontrada. Assim, em investigações futuras procurar-se-á incluir um conjunto de covariáveis quer ao nível sócio demográfico quer comportamental. Numa primeira fase procurar-se-á comparar os resultados obtidos neste estudo com um modelo multinível com classes latentes que inclua as variáveis sócio-demográficas aqui consideradas¹⁸ enquanto covariáveis do nível inferior. Numa segunda fase, pretende-se incluir variáveis específicas sobre o contacto dos indivíduos com a pobreza, directo ou indirecto. Considera-se que este tenha um papel fundamental na modelação das atitudes sociais dos

¹⁸ Variáveis sexo, posicionamento político, nível socioeconómico e profissão.

indivíduos e na forma como cada um percebe este fenómeno. Desta forma pretende-se incluir uma variável que permita ter em conta o grau de envolvimento e o grau de conhecimento da realidade em si.

Um outro aspecto que se considera importante é perceber de que modo as atribuições de cada indivíduo podem influenciar os seus comportamentos para com os pobres, nomeadamente em que medida é que o facto de ter uma visão mais estruturalista ou individualista das causas da pobreza, pode influenciar o comportamento dos indivíduos na luta contra a pobreza, por exemplo, pela sua participação em campanhas de solidariedade social ou em outros tipos de ajudas sociais.

Ao nível da segmentação dos países, sentiu-se que os indicadores analisados não explicam totalmente os segmentos encontrados e o porquê das diferenças e semelhanças entre determinados países no que diz respeito à sua percepção das causas da pobreza. Em investigações futuras, será importante a análise de vários indicadores europeus que permitam estudar esta matéria de um modo mais abrangente, possibilitando uma melhor compreensão do fenómeno. Será importante utilizar estes indicadores como covariáveis ao nível superior, de forma a perceber o seu impacto e a sua significância no modelo.

A nível metodológico, o relativamente pequeno número de países considerado neste estudo (30 países) constitui uma limitação à aplicação deste tipo de modelos, já que o desempenho de um modelo multinível com classes latentes depende do número de países ou de indivíduos por país, não havendo ainda definições sobre requisitos mínimos para estes dados (Bijmolt *et al.*, 2004). Tal como se pode ver no estudo de simulação realizado, a precisão da estimação ao nível superior, apesar de razoável, não foi tão eficaz como se pretendia devido ao reduzido número de grupos. Assim, em futuros estudos, procurar-se-á reunir uma amostra com mais países sob análise ou considerando as regiões destes países, comparando assim as diferentes regiões dos países da União Europeia (Pirani *et al.*, 2009).

Em investigações futuras, será também importante focar no estudo dos indicadores de decisão do número de classes latentes nos dois níveis de análise. Esta decisão apresentou-se como uma dificuldade nesta investigação e como um ponto de introdução de uma componente subjectiva na análise, já que numa situação em que nenhum modelo se apresenta com um valor mínimo para uma das medidas de ajustamento, tornou-se importante recorrer a uma análise mais substantiva da problemática. Apesar da decisão dos segmentos ser um processo

combinado entre as medidas de ajustamento dos modelos e a interpretabilidade das soluções, é importante desenvolver-se mais investigação neste âmbito.

As privações económicas pelas quais os pobres são obrigados a passar conduzem a outras de carácter mais social, nomeadamente a falta de acesso aos mais diferentes serviços, à informação e às oportunidades. Estas carências agudizam o sentimento de incapacidade, impossibilitando a renovação da sua motivação e a esperança de alcançar uma melhor qualidade de vida. Neste Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social enfatiza-se a importância de cada cidadão contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social. É dada particular importância à forma como cada um vê os pobres, pois um bom conhecimento das verdadeiras causas da pobreza pode conduzir à sua inclusão e a uma maior predisposição para ajudar. A interacção social com estes indivíduos é essencial para a sua dignidade humana. Assim, a importância do conhecimento das percepções das causas da pobreza reside num ponto fundamental: a eliminação dos estereótipos que existem sobre os pobres e que conduzem à sua profunda estigmatização. Só conhecendo estas percepções, é possível criar campanhas de sensibilização adequadas, melhorando o conhecimento deste fenómeno a um nível global e envolvendo todos os actores sociais nesta luta pelo bem-estar comum.

Bibliografia

Aaker, J. e Maheswaran, D. (1997). The effect of cultural orientation on persuasion. *Journal of Consumer Research*, 24, 315- 328.

Abouchedid, K. e Nasser, R. (2001). Poverty attitudes ant their determinants in Lebanon's plural society. *Journal of Economic Psychology*, 22, 271-282.

Ajzen, I. (1991), The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179-211.

Ajzen, I. (2002). *Constructing a TPB questionnaire: Conceptual and methodological considerations*. University of Massachusetts Amherst, Office of Information Technologies. Disponível em <http://www-unix.oit.umass.edu/~ajzen/tpb.html>, acessado em Fevereiro de 2010.

Bijmolt, T.H., Paas, L.J. e Vermunt, J.K. (2004). Country and consumer segmentation: Multi-level latent class analysis of financial product ownership. *International Journal of Research in Marketing*, 21, 323-340.

Bullock, H.E. (1999). Attributions for poverty: A comparison of middle-class and welfare recipient attitudes. *Journal of Applied social Psychology*, 29(10), 2059-2082.

Comissão Europeia (1977). The perception of Poverty in Europe. Eurobarometer 5. Bruxelas. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_8_en.pdf

Comissão Europeia (1990). The perception of Poverty in Europe in 1989. Eurobarometer 32. Bruxelas. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_45_en.pdf

Comissão Europeia (2007). Report: Poverty and exclusion. Special Eurobarometer 279/Wave 67.1. Bruxelas. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_279.pdf.

Comissão Europeia (2010). Report: Poverty and social exclusion. Special Eurobarometer 321/Wave 72.1. Bruxelas. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_321_en.pdf

Cousins, S. (1989), Culture and selfhood in Japan and the US, *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 124-131. [Cit. em Aaker e Maheswaran (1997)]

Cozzarelli, C., Wilkinson, A.V. e Tagler, M.J. (2001). Attitudes toward the poor and attributions for poverty. *Journal of Social Issues*, 57(2), 207-227.

Dias, J.G. (2004). *Finite Mixture Models. Review, Applications, and Computer-intensive Methods*. Groningen, The Netherlands: Research School Systems, Organisation and Management, University of Groningen.

Dias, J.G. (2006). Model selection for the binary latent class model. A Monte Carlo simulation, Springer-Verlag. Em Batagelj, V., H.-H. Bock, A. Ferligoj, and A. Žiberna (eds.), *Data Science and Classification*, Berlin: Springer-Verlag, 91-99.

Eagly, A. H. e Chaiken, S. (1998). Attitude structure and function. Em D. T. Gilbert, S. T. Fiske e G. Lindzey (eds), *The Handbook of Social Psychology (4ª Edição)*, Vol. 1, pp. 269-322. New York: McGraw-Hill.

Eurostat - Statistical Office of the European Communities (2010). Base de dados com variável de taxa de indivíduos em risco de pobreza, após transferências sociais, disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tsisc030&plugin=0>

Feagin, J. (1972), We still believe that God helps those who help themselves. *Psychology Today*, 6, 101-129. [Cit. em Niemelä (2008)]

Feather, N.T. (1983). Causal attributions and beliefs about work and unemployment among adolescents in state and independent secondary schools. *Australian Journal of Psychology*, 35, 211-232. [Cit. em Maciel *et al.* (1998)]

Feather, N.T. (1974), Explanations of poverty in Australian and American samples. *Australian Journal of Psychology*, 26(3), 199-216. [Cit. em Abouchedid e Nasser (2001)]

Fishbein, M., & Ajzen, I. (1974), Attitudes towards objects as predictors of single and multiple behavioral criteria. *Psychological Review*, 81, 59-74.

Furnham, A. (1982), Explanations for unemployment in Britain. *European Journal of Social Psychology*, Vol. 12, 335-352.

Goodman, L. A. (1974). The analysis of systems of qualitative variables when some of the variables are unobservable: Part I. A modified latent structure approach. *American Journal of Sociology*, 79, 1179–1259.

Halman, L. e van Oorschot, W. (1999). Popular perceptions of poverty in dutch Society. *WORC Paper 99.11.01*, Tilburg University.

Hayati, D. e Karami, E. (2005). Typology of causes of poverty: The perception of Iran farmers. *Journal of Economic Psychology*, 26, 884-901.

Heider, F. (1958), *The Psychology of Interpersonal Relations*. Wiley, Nova Iorque. Cit. em Leyens, J.P. (1979). *Psicologia Social*. Lisboa: Edições 70.

Hine, D.W. e Montiel, C.J. (1999). Poverty in developing nations: a cross-cultural attributional analysis. *European Journal of Social Psychology*, 29, 943-959.

Hox, J. (2002). *Multilevel Analysis: Techniques and Applications*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Hunt, M.O. (1996). The individual, society, or both?: A comparison of black, latino, and white beliefs about the causes of poverty. *Social Forces*, 75(1), 293-322.

Jones, E. E. e Nisbett, R. E. (1972). The actor and the observer: Divergent perceptions of the causes of the behavior. Em Jones, E.E., Kanouse, D. E., Kelley, H. H., Nisbett, R. E., Valins, S. e Weiner, B. (eds.), *Attribution: Perceiving the causes of behavior* (pp. 79-94). Morristown, NJ: General Learning Press. [Cit. em Leyens (1979)]

Kangas, O.E. e Ritakallio, V.M. (2007). Relative to what?: Cross-national picture of European poverty measured by regional, national and European standards. *European Societies*, 9 (2), 119-145.

Kreidl, M. (2000). Perceptions of poverty and wealth in western and post-communist countries. *Social Justice Research*, 13(2), 151-176.

Lazarsfeld, P. F., e Henry, N. W. (1968). *Latent Structure Analysis*. Boston: Houghton Mifflin. [Cit. em Magidson e Vermunt (2004)]

Leyens, J.P. (1979). *Psicologia Social*. Lisboa: Edições 70, 153-174.

Lima, M.L. e Novo, R. (2006). So far so good? Subjective and social well-being in Portugal and Europe. *Portuguese Journal of Social Science*, 5(1), 5-33.

Ljubotina, O.D. e Ljubotina, D. (2007). Attributions of poverty among social work and non-social work students in Croatia. *Croatian Medical Journal*, 48, 741-749.

Maas, C.J.M. e Vermunt, J.K. (2004). Editorial introduction to special issue on "Multilevel and other types of random coefficients models". *Statistica Neerlandica*, 58, 125-126.

Maciel, C., Brito, S. e Camino, L. (1998). Explicações das desigualdades sociais: um estudo com meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11 (2), 209-232.

Magidson, J. e Vermunt, J.K. (2004). Latent class models. Em D. Kaplan (ed.), *The Sage Handbook of Quantitative Methodology for the Social Sciences*, Chapter 10. Thousand Oakes: Sage Publications, 175-198.

Morçöl, G. (1997). Lay explanations for poverty in Turkey and their determinants. *The Journal of Social Psychology*, 137(6), 728-738.

Nasser, R., Abouchdid, K. e Khashan, H. (2002). Perceptions of the causes of poverty comparing three national groups: Lebanon, Portugal, and South Africa. *Current Research in Social Psychology*, 8(7), 101-118.

Niemelä, M. (2008). Perceptions of the causes of poverty in Finland. *Acta Sociologica*, 51(1), 23-40.

Papacostas, A. (2007). *Eurobarometer 67.1: Cultural values, poverty and social exclusion, developmental aid and residential mobility, February-March 2007*. Brussels, Belgium: TNS Opinion & Social. Cologne Germany: Zentralarchiv für Empirische Sozialforschung/Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research. Disponível em <http://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/ICPSR/studies/21522?archive=ICPSR&q=eurobarometer+67.1>.

Patterson, B.H., Dayton, C.M. e Graubard, B.I. (2002). Latent class analysis of complex sample survey data: Application to dietary data. *Journal of the American Statistical Association*, 97, 721-741.

Pirani, E., Schifini D'Andrea, S. e Vermunt, J.K. (2009). *Poverty and social exclusion in Europe: Differences and similarities across regions*, Paper prepared for the XXVI IUSSP Conference.

PNUD (2009). *Relatório de Desenvolvimento Humano - Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos*. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/chapters/portuguese/>, acessado em Março de 2010.

Reutter, L. I., Veenstra, G., Stewart, M. J., Raphael, D., Love, R., Makwarimba, E. e McMurray, S. (2006). Public attributions for poverty in Canada. *Canadian Review of Sociology & Anthropology*, 43(1), 1-22.

Ringdal, K. , Eikemo, T. e Mastekaasa, A. (2007). *Health and happiness in Europe: A multilevel analysis of data from the European Social Survey*. Artigo apresentado no congresso anual da American Sociological Association, Nova Iorque.

Ross, L.D. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings: distortions in the attribution process. Em: Berkowitz, L., *Advances in Experimental Social Psychology*, 10, New York: Academic Press, 173-220.

Schwartz, S.H. e Bardi, A. (1997). Values and adaptation to communist rule. *Political Psychology*, 18(2), 385-410.

Stephenson, S. (2000). Public beliefs in the causes of wealth and poverty and legitimization of inequalities in Russia and Estonia. *Social Justice Research*, 13(2), 83-100.

Triandis, H.C., Bontempo, R., Villareal, M.J., Asai, M. e Lucca, N. (1988). Individualism and collectivism: cross-cultural perspectives on self-ingroup relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 323–338.

Vala, J. (2008). *Confiança Interpessoal: uma perspectiva longitudinal*, apresentada em Os Tempos da vida e as percepções de bem-estar em 23 países Europeus: X Seminário de Apresentação de Resultados do European Social Survey 2006, Lisboa, ICS-UL e CIES/ISCTE. Disponível em <http://www.atitudessociais.org/divulga/comunica/Confiancainterpeessoal.pdf>.

van Oorschot, W. e Halman, L. (2000). Blame or fate, individual or social: An international comparison of popular explanations of poverty. *European Societies*, 2(1), 1-28.

Vermunt, J. K. (2003). Multilevel latent class models. *Sociological Methodology*, 33, 213–239.

Vermunt, J. K. (2008). Latent class and finite mixture models for multilevel data sets. *Statistical Methods in Medical Research*, 17, 33-51.

Vermunt, J.K. e Magidson, J. (2002). Latent class cluster analysis. Em Hagenaars, J. e McCutcheon, A. (eds.), *Applied latent class analysis*, 89-106. Cambridge University Press.

Vermunt, J.K. e Magidson, J. (2005). Hierarchical mixture models for nested data structures. Em C. Weihs und W. Gaul (eds.), *Classification: The Ubiquitous Challenge*, Heidelberg: Springer, 176-183.

Wedel, M., ter Hofstede, F., e Steenkamp, J.-B.E.M. (1998). Mixture model analysis of complex samples. *Journal of Classification*, 15(2), 225–244.

Zucker, G.S. e Weiner, B. (1993) Conservatism and perceptions of poverty: An attributional analysis. *Journal of Applied Social Psychology*, 23, 925-943. Cit. em Bullock, H.E. (1999). Attributions for poverty: A comparison of middle-class and welfare recipient attitudes. *Journal of Applied social Psychology*, 29(10), 2059-2082.

ANEXO

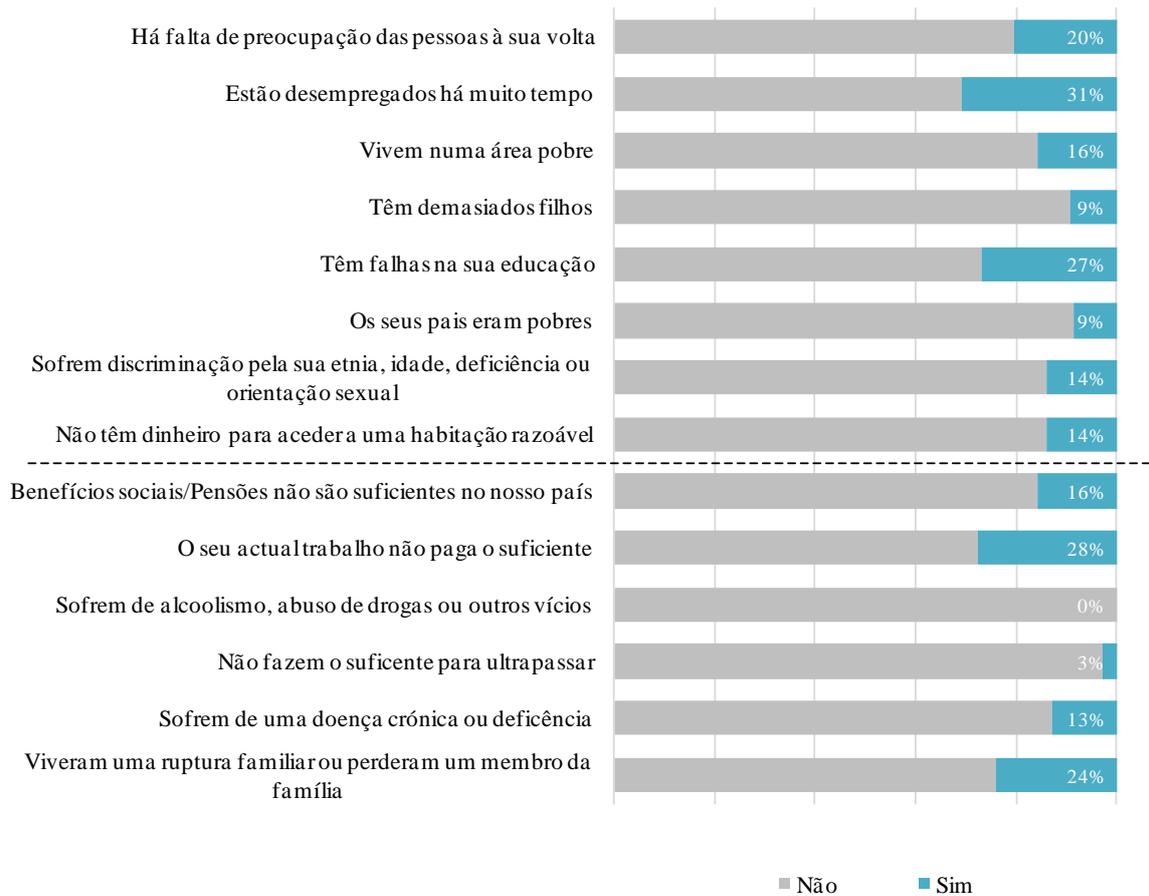


Figura 1 - Percentagens de respostas às várias opções da questão de resposta múltipla original no sétimo segmento de indivíduos encontrado (Segmento “Tudo menos culpados”).